



Plano Estratégico 2021_2026

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

4º Trimestre de 2025

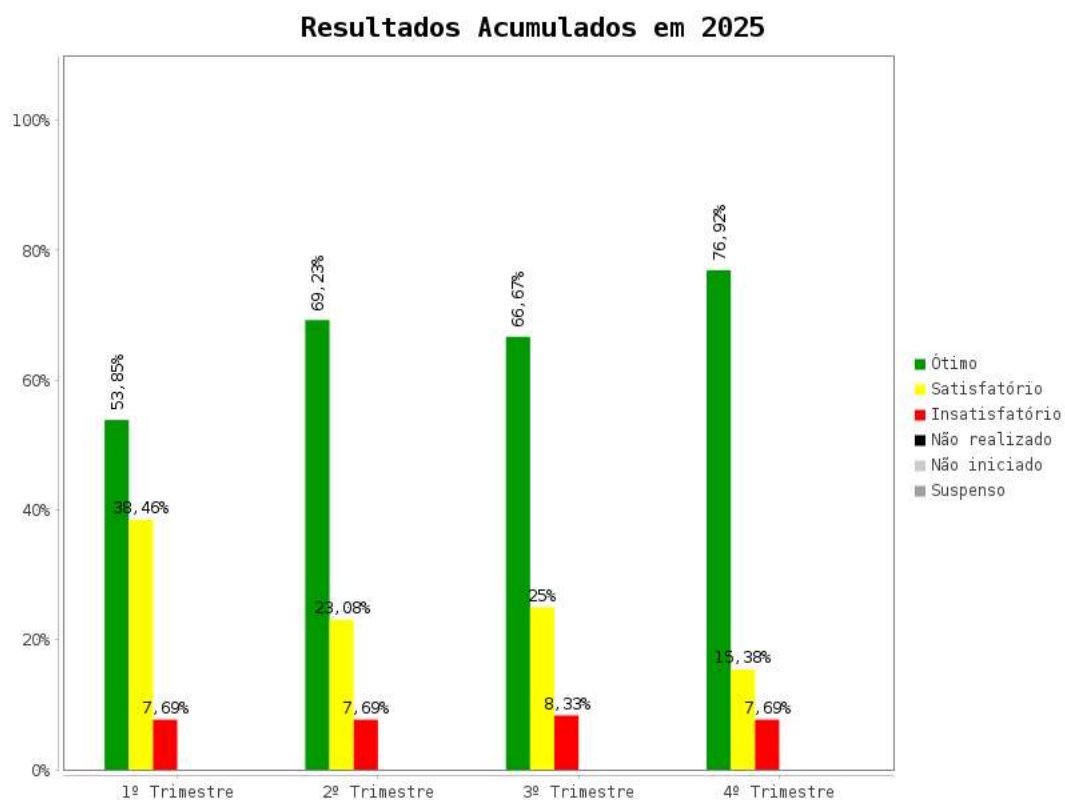
1. Mapa Geral

Ótimo**Plano Estratégico 2021_2026**

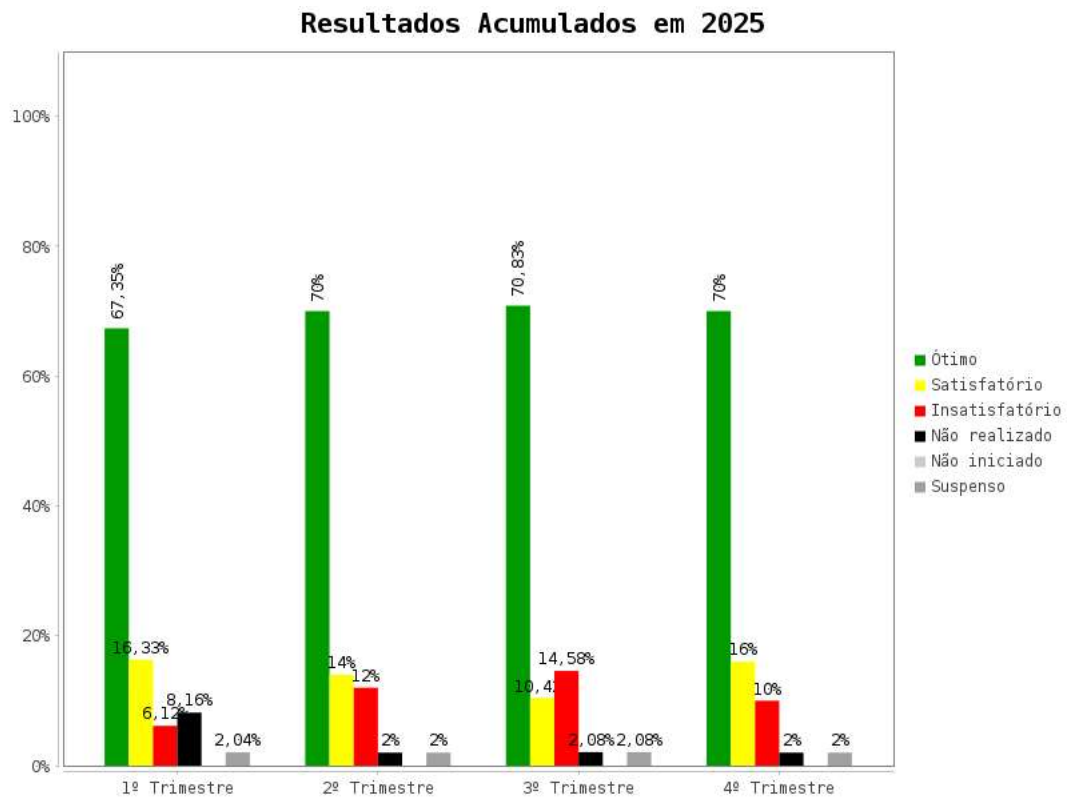
Sociedade	Garantir dos direitos da cidadania 100,00%	Fortalecer a relação institucional com a Sociedade 99,34%			
Processos Internos	Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional 94,66%	Combater os ilícitos eleitorais 91,22%	Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional 100,00%	Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional 61,17%	Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente 37,80%
Recursos	Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação 81,61%	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira 90,24%	Promover a transformação digital 75,27%	Aperfeiçoar a infraestrutura 95,40%	

2. Evolução Qualitativa dos Desempenhos por Trimestre

2.1. Objetivos Estratégicos



2.2. Indicadores Estratégicos



3. Resultados 4º Trimestre de 2025.

Nome			Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
Plano Estratégico 2021_2026						84,63%	Ótimo
OE 01 - Garantir dos direitos da cidadania						100,00%	Ótimo
IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário	100,00%	100,00%		1		100,00%	Ótimo
OE 02 - Fortalecer a relação institucional com a Sociedade						99,34%	Ótimo
IE 02 - Taxa de satisfação do cliente externo do tribunal regional eleitoral do rio de janeiro	150,00%	63,75%		1		235,29%	Ótimo
IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação	82,97%	85,00%		1		97,61%	Ótimo
IE 04 - Taxa de Atendimento no Prazo das Demandas Recebidas da Ouvidoria	94,74%	95,00%		1		99,73%	Ótimo
IE 05 - Índice da Transparência	100,00%	100,00%		1		100,00%	Ótimo
OE 03 - Aprimorar a gestão do processo eleitoral						80,98%	Ótimo
IE 06A - Taxa de requerimentos de alistamento eleitoral por meio digital	17,60%	90,00%				19,55%	Insatisfatório
IE 07 - Taxa de zonas eleitorais com padrão mínimo de eficiência	91,52%	98,00%		1		93,38%	Ótimo
IE 08 - Taxa de mesários voluntários	55,18%	60,00%		1		91,96%	Ótimo
IE 09A - Taxa de aperfeiçoamento dos Processos Eleitorais	7,45	7,00		1		106,43%	Ótimo
IE 11 - Taxa de aderência ao PIE							Suspense
IE 12 - Taxa de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria	91,54%	88,50%		1		103,43%	Ótimo
OE 04 - Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional						94,66%	Ótimo

Nome			Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 13 - Taxa de atendimento à demanda – 1º grau	591,98%	100,00%		1		591,98%	Ótimo
IE 14 - Taxa de atendimento à demanda – 2º grau	118,67%	100,00%		1		118,67%	Ótimo
IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais – 1º grau	31,12%	33,00%		1		105,71%	Ótimo
IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º grau	54,60%	25,00%		1		78,66%	Ótimo
OE 05 - Combater os ilícitos eleitorais						91,22%	Ótimo
IE 17A - Taxa de julgamento no tempo médio razoável – 1º Grau	61,83%	75,00%		1		82,44%	Ótimo
IE 18A - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau	321,46%	75,00%		1		428,61%	Ótimo
OE 06 - Promover a educação eleitoral e a participação cidadã						92,56%	Ótimo
IE 19 - Taxa de estudantes atendidos em ações socioeducativas	735,99%	421,00%		1		174,82%	Ótimo
IE 20 - Taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas	79,17%	93,00%		1		85,13%	Ótimo
OE 07 - Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional						100,00%	Ótimo
IE 21 - Taxa de inserções positivas na imprensa	99,78%	95,00%		1		105,03%	Ótimo
IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo	80,18%	80,00%		1		100,22%	Ótimo
IE 24 - Taxa de alcance das mídias sociais	101,44%	4,00%		1		2.535,90%	Ótimo
OE 08 - Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional						61,17%	Satisfatório
IE 26 - Índice de aprimoramento da governança institucional	53,20%	76,80%		1		69,27%	Satisfatório
IE 27 - Taxa de Maturidade da Execução da Estratégia	36,11%	70,00%		1		51,59%	Satisfatório

Nome			Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 28A - Taxa de processos com riscos geridos	9,30%	34,00%		1		27,36%	Insatisfatório
IE 29 - Taxa de aprimoramento da gestão de riscos e controles internos	75,00%	92,50%		1		81,08%	Ótimo
IE 30 - Taxa de auditorias que alcançaram o padrão mínimo de qualidade	100,00%	100,00%		1		100,00%	Ótimo
IE 32 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna	42,86%	65,00%		1		65,93%	Satisfatório
IE 33 - Índice de gestão e governança das contratações	69,50%	95,00%		1		73,16%	Satisfatório
IE 34A - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA)	18,89%	90,00%		1		20,99%	Insatisfatório
OE 09 - Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente						37,80%	Insatisfatório
IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD	0,00%	95,00%		1		0,00%	Insatisfatório
IE 36 - Taxa de assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados	100,00%	100,00%		1		100,00%	Ótimo
IE 37 - Índice de aprimoramento do processo administrativo eletrônico	48,66%	95,00%		1		51,22%	Satisfatório
IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação		1,00%		1			Não realizado
OE 10 - Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação						81,61%	Ótimo

Nome			Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 40 - Índice de satisfação com o clima organizacional	64,90%	74,00%		1		87,70%	Ótimo
IE 41 - Taxa de realização de Exames Periódicos de Saúde (EPS)	18,89%	25,00%		1		75,54%	Satisfatório
IE 42 - Taxa de aderência ao PAC	61,25%	75,00%		1		81,67%	Ótimo
IE 43 - Taxa de unidades avaliadas por competência	45,45%	72,00%		1		63,13%	Satisfatório
IE 44 - Taxa de servidores capacitados	107,51%	62,00%		1		173,40%	Ótimo
OE 11 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira						90,24%	Ótimo
IE 46 - Taxa da Execução Planejada de Orçamento de Despesas Discricionárias	74,67%	85,00%		1		87,85%	Ótimo
IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias	94,19%	98,00%		1		96,11%	Ótimo
IE 49 - Taxa de pagamento de empenho	80,68%	93,00%		1		86,76%	Ótimo
OE 12 - Promover a transformação digital						75,27%	Satisfatório
IE 50 - Taxa de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC	99,19%	98,50%		1		100,70%	Ótimo
IE 51 - Índice de governança de TIC	89,79%	92,00%		1		97,60%	Ótimo
IE 52 - Taxa de satisfação dos usuários de TIC	97,41%	95,00%		1		102,54%	Ótimo
IE 53 - Taxa de adequação dos equipamentos aos padrões	96,57%	100,00%		1		96,57%	Ótimo
IE 54 - Taxa de entrega de soluções de TI	41,67%	72,50%		1		57,47%	Satisfatório
IE 55 - Taxa de atendimento ao Plano de Transformação Digital	0,00%	90,00%		1		0,00%	Insatisfatório
OE 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura						95,40%	Ótimo

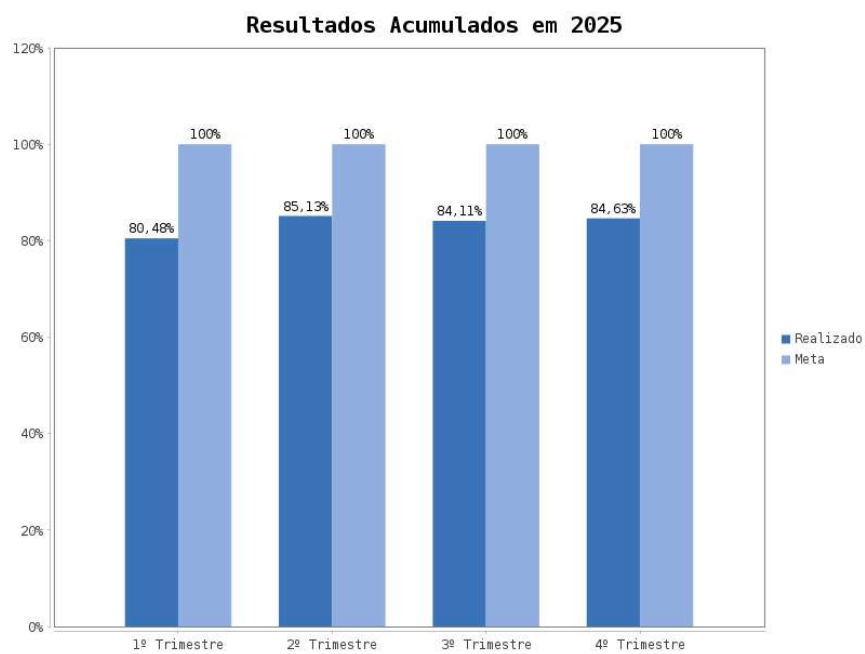
Nome			Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 56A - Taxa de unidades com infraestrutura adequada	50,54%	40,22%		1		125,67%	Ótimo
IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança	77,17%	85,00%		1		90,79%	Ótimo

Obs: Os indicadores do tipo quanto menor melhor terão seus desempenhos limitados em 0 % e os do tipo quanto maior melhor em 100%, para efeito de cálculo dos IEs.

4. Resultados do Período

Plano Estratégico 2021_2026

Desempenho do Período: 84,63%



Responsável: ASSTEC.

Fechado pela ASSTEC.

OE 01 - Garantir dos direitos da cidadania

Desempenho do Período: 100,00%



Responsável: SGPR.

Análise de contexto

Fechado pela ASSTEC.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Fechado pela ASSTEC.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

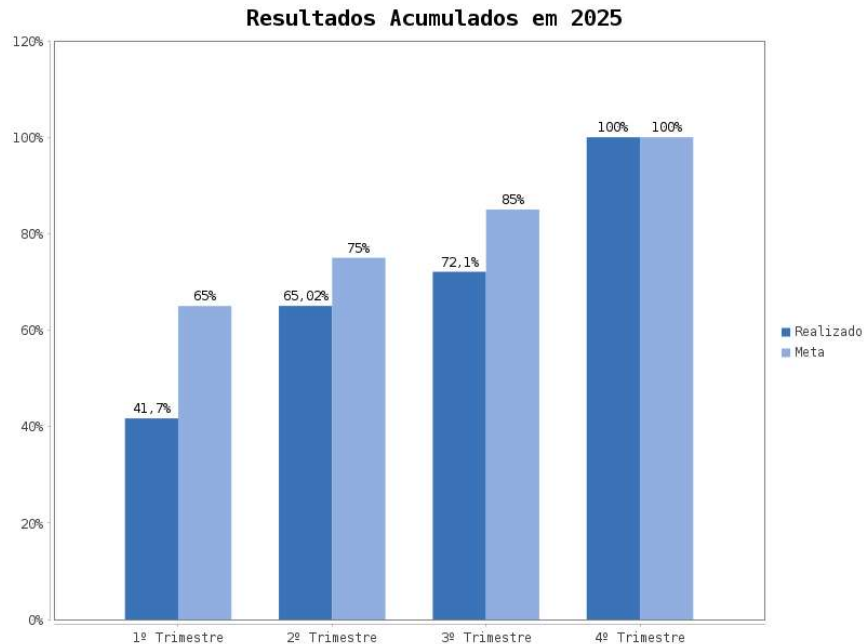
Fechado pela ASSTEC.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Fechado pela ASSTEC.

Riscos associados ao objetivo

Fechado pela ASSTEC.

IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário**Desempenho do Período: 100,00%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CPLAN.**

Análise de contextoNo XVIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nos dias 02 e 03 de dezembro de 2024, sob coordenação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), foram aprovadas quatro metas nacionais para a Justiça Eleitoral para o ano de 2025.

O resultado de 100% do IE 01 no ano de 2025 representa a média do percentual de cumprimento das quatro metas nacionais no período, conforme especificação abaixo:

Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos - 102,67%. Foram 18.320 processos distribuídos e 18.809 processos resolvidos.

Meta 2 - Julgar processos mais antigos: 133,21%.

Identificar e julgar até 31/12/2025:

a) 70% dos processos distribuídos até 31/12/2023: 134,21%

b) todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos (2019) ou mais: 66,67% (9 passivos e 6 resolvidos).

Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

Identificar e julgar até 31/12/2025:

90% dos processos referentes às eleições de 2022: 50,72% (passivo: 46 e resolvidos: 21)50% dos processos referentes às eleições de 2024: 157,05% (passivo: 312 e resolvidos: 245)Obs.: Distribuídos até 31/12/2024, que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade).

Meta 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário: Implantar, em 2025, um projeto oriundo do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal ou órgão da administração pública, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030) - 100%.

Em relação às metas 1, 2 e 4, os dados foram extraídos no dia 21/01/2026 do Painel de Metas do CNJ (DATAJUD) com os dados atualizados até o dia 31/12/2025.

Quanto à Meta 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário, o TRE-RJ firmou parceria com a Rede Bossa Inova (Laboratórios de Inovação dos tribunais do Fojurj - TRT-RJ, TJ-RJ, TRE-RJ e TRF-2) para compor o projeto de divulgação dos Pontos de Inclusão Digital (PIDs), denominado "Divulga PID". O projeto foi cadastrado pelo Ideia, laboratório de Inovação do TJRJ, na plataforma RenovaJud. As atividades do Projeto Divulga PID estão documentadas no processo SEI 2025.0.000014917-9. A meta alcançou o percentual de cumprimento de 100% após a conclusão das 3 etapas de implementação, cujo prazo final era até o dia 31/10/2025.

Seguem abaixo os dados comparativos com a média dos demais Tribunais Eleitorais de grande porte (TREs BA, MG, PR e SP):

Meta 1: TRE-RJ - 102,67%, média dos outros TREs de grande porte -102,95%.Meta 2: a) Julgar processos mais antigos: 70%

dos processos distribuídos até 31/12/2022: TRE-RJ - 134,21%, média dos demais TREs de grande porte - 137,57%.

b) todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos ou mais: TRE-RJ - 66,67%, médias dos demais TREs de grande porte: 80,75%.

Meta 4: a) Eleições 2022: 50,72%, médias dos demais TREs de grande porte: 97,39%;

b) Eleições 2024 – 157,05%, médias dos demais TREs de grande porte: 180,56%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos. Inicialmente, cabe registrar que a Portaria CNJ nº 141/2024 dispõe que os tribunais deverão elaborar plano de ação quadrimestral no ano de 2025 para cumprimento das Metas Nacionais 1 e 2 (art. 4º).

Com relação às metas processuais (Metas 1, 2 e 4), seguem abaixo as principais ações realizadas no ano de 2025:

1º grau:

a) Capacitações sobre processamento no PJe (1º grau) e gestão processual para os servidores das Zonas Eleitorais (1º grau).

Curso “Gestão Cartorária – Fase 2”: foi realizada com sucesso a segunda fase do curso Gestão Cartorária com Ênfase em Processos Judiciais, com foco em aspectos práticos da gestão processual e uso estratégico de dados. Os tópicos abordados foram: Identificação de gargalos processuais; interpretação de indicadores e gráficos; priorização estratégica; simulações práticas com base em dados reais; simulação de cenários. Avaliação e impacto da capacitação: antes do curso, 69% dos participantes declararam nível de conhecimento ótimo ou bom; após a formação, esse índice saltou para 98%, evidenciando um avanço significativo na qualificação técnica.

b) Emissão de Alerta “Processos Paralisados há mais de 30 dias”: com o objetivo de impulsionar a regularização do trâmite processual nas zonas eleitorais. Foram realizados 659 alertas direcionados a processos sem movimentação há mais de 30 dias, abrangendo todas as classes em tramitação.

c) Emissão de alertas específicos para procedimentos da classe Inquérito Policial, Termo Circunstanciado e Representação Criminal/Notícia de Crime, com foco nos casos sem movimentação há mais de 30 dias ou expedidos à Polícia Federal há mais de 120 dias.

d) Implementação de plano de ação específico junto a 7 Juízos previamente selecionados, com foco na redução do acervo de Prestações de Contas Eleitorais (PCEs) e no cumprimento do prazo estabelecido até 19/12/2025. Dentre as ações previstas no referido plano estão as seguintes: apoio técnico na elaboração de pareceres, em parceria com a ASCEPA; monitoramento contínuo da evolução dos julgamentos e baixas por meio do uso de Dashboard; realização de ações voltadas à otimização do fluxo processual e ao cumprimento das metas nacionais do CNJ.

e) Conclusão do Lab 26 na 93ª Zona Eleitoral de Barra do Piraí e na 149ª Zona Eleitoral de Guapimirim. Foram três e quatro meses, respectivamente, de acompanhamento e ações direcionadas.

Obs.: O LAB26 é um projeto inovador visando à melhoria da gestão cartorária, com atendimentos e orientações dedicados, visitas in loco e visitas do chefe de cartório à Sede para intercâmbio de experiências.

f) Disponibilização da plataforma Radar (que reúne os diversos painéis BI de gestão processual) na página do TRE-RJ na Internet para os magistrados.

g) Realização de um encontro virtual, no dia 05/11/25, com os Juízes Eleitorais para a apresentação da plataforma RADAR, que foi criada com o objetivo de reunir em um só ambiente web diversos painéis BI e sistemas que auxiliam o juízo eleitoral na autogestão cartorária, com enfoque processual e em dados eleitorais.

Obs.: A ferramenta recebeu o Selo de Boas Práticas do TSE e foi premiada pelo 2º Prêmio Inovação do Poder Judiciário, demonstrando sua relevância na gestão processual de primeira instância.

2º grau:

a) Realização de encontros periódicos das áreas de planejamento estratégico com as áreas judiciárias do 2º grau para acompanhamento do desempenho das metas (2º grau).

Os encontros realizados entre esta CPLAN e as Assessorias dos Gabinetes dos Desembargadores Eleitorais estão registrados no processo SEI 2025.0.000021666-6.

b) Ação contínua: monitoramento constante dos processos em trâmite no 2º grau e, a partir de controles elaborados pela SJD em painéis BI e dashboards no sistema Metabase, foi possível estabelecer a organização de ordens de prioridade na apreciação de processos/recursos pela Corte, traçando-se orientações específicas voltadas à manutenção do indicador em níveis positivos.

c) Retomada da terceira fase de implementação da ferramenta Judi-Bot: ferramenta desenvolvida pelo TRE-RJ com a finalidade de automatizar, por meio de robô, tarefas executadas no sistema PJe. Com isso, foram disponibilizadas novas automações que devem auxiliar na otimização de tarefas das unidades que atuam no processamento dos feitos eleitorais.

Cabe ainda mencionar a conclusão da ação “Desenvolver Painel de BI e dashboards que permitam acompanhar em tempo real o desempenho das metas nacionais no âmbito do 1º e 2º graus”, conforme previsto no Plano de Ação das Metas 1 e 2 (2º grau) nos moldes da Portaria CNJ Nº 141/2024.

Obs.: Conforme informado no Aviso CSCOR nº 01/2025, o Painel de Metas Nacionais está disponível na Intranet, no menu

Sistemas, bem como o Pannel de Metas Nacionais do 1º grau também está disponível dentro do sistema RADAR.

Em relação à Meta 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário, foram realizadas as seguintes atividades no âmbito do Projeto Divulga PID: a) Organização e padronização dos principais canais de acesso, reunindo em um só espaço os links e recursos mais utilizados por cada instituição; b) Capacitação dos atendentes; c) Ações de Divulgação: O TRE-RJ, que até então não dispunha de uma página dedicada aos PIDs, desenvolveu e disponibilizou na intranet e na internet conteúdos consolidados sobre o tema, além de uma matéria de divulgação, conforme os links abaixo:

Página dos PIDs no site do TRE-RJ

Matéria de divulgação

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)O OE 01 alcançou desempenho máximo (100%) no ano de 2025, o que reflete o excelente índice (100%) alcançado pelo IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário, único indicador estratégico vinculado ao objetivo.

Em 2025, foram executadas diversas ações que impactaram positivamente o desempenho do Tribunal nas metas nacionais. A tendência é de manutenção do ótimo desempenho do IE 01 para o ano de 2026, dada a implementação de diversas ações estruturantes.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas1. Lançar o novo formato do Prêmio de Eficiência das Zonas Eleitorais.

Obs.: Conforme informações da SVPCRE, o Prêmio está em fase de revisão em diversos pontos, tais como: forma de categorizar as Zonas Eleitorais; novos requisitos a serem avaliados, nova forma de premiação, entre outros.

Esta ação voltará a ser implementada com o objetivo inicial, de reconhecer a eficiência e o desempenho das Zonas Eleitorais, mas num aspecto mais abrangente em relação às atividades cartorárias.

A previsão de lançamento deste novo prêmio é para 2026.

2. Automatizar mais etapas do processamento judicial.

3. Incrementar o uso de Inteligência Artificial Generativa para dar suporte à análise de processos.

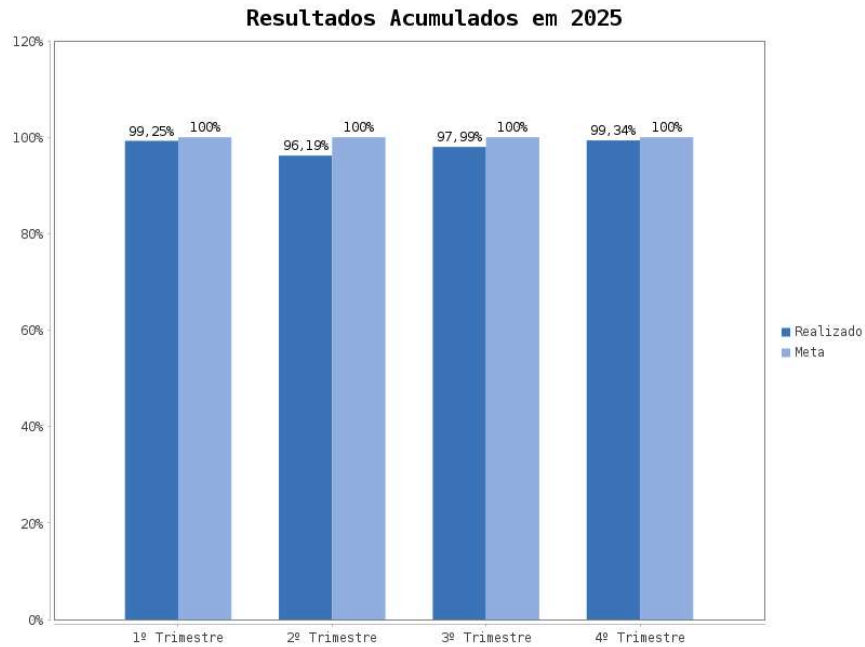
4. Implementação do projeto “Foco nas Ações Penais”, com a finalidade de auxiliar as zonas eleitorais na diminuição do acervo processual desta referida classe.

Realizar capacitação em Inteligência Artificial.

Riscos associados ao objetivoDespriorização, pelos cartórios eleitorais, das atividades voltadas ao processamento e julgamento dos feitos em razão das atividades voltadas para as eleições em 2026, prejudicando o alcance da Visão institucional no que diz respeito à prestação jurisdicional.

OE 02 - Fortalecer a relação institucional com a Sociedade

Desempenho do Período: 99,34%



Responsável: SGPR.

Análise de contextoFechado pela ASSTEC.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela ASSTEC.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela ASSTEC.

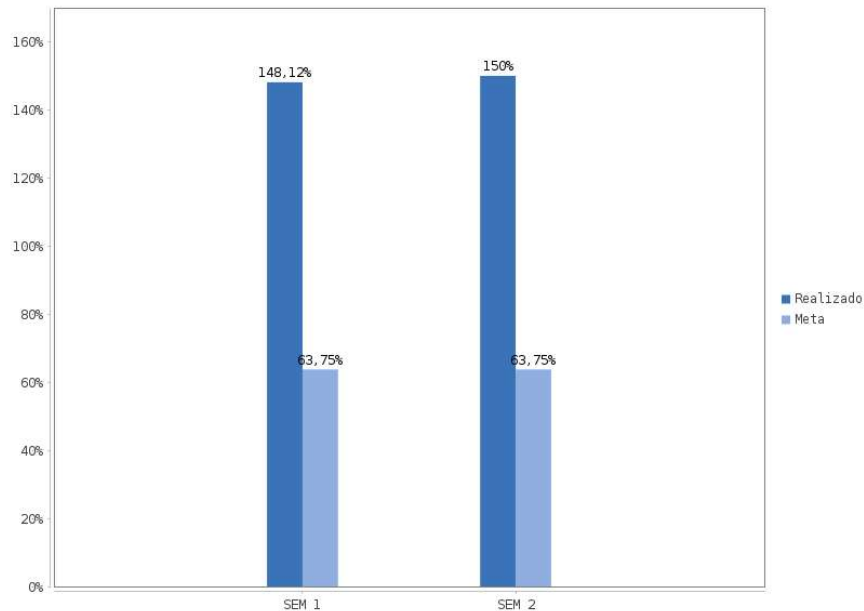
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela ASSTEC.

Riscos associados ao objetivoFechado pela ASSTEC.

IE 02 - Taxa de satisfação do cliente externo do tribunal regional eleitoral do rio de janeiro

Desempenho do Período: 235,29%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: NOUVE.

Análise de contextoDurante o segundo semestre de 2025, foram registradas 611 avaliações referentes aos atendimentos presenciais realizados pelas Zonas Eleitorais.

Importante registrar que todo o modelo de pesquisa de satisfação, análise dos dados, inclusive e sistemas vinculados a este indicador, passaram por avaliação do NOUVE no período de referência e serão totalmente remodelados no novo Plano Estratégico do TRE-RJ 27/32. Entretanto ainda em 2026 será avalida, em conjunto com a equipe técnica a pertiência de implementação de ajustes na Estratégia vigente.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosApesar do recebimento de avaliação satisfatória, com média acima de 4,68, em todos os quesitos avaliados na maioria, na pesquisa, a utilização de dados brutos para a avaliação sem considerar o percentual de atendimento pode inviezar a percepção do Tribunal, não auxiliando a instituição na implementação das melhorias necessárias e/ou desejáveis em seu atendimento. Situação que emsejou a realização de avaliações de ajustes neste indicador, além da realização de benchmarking com outros Regionais.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Durante o período, foram identificadas diversas demandas relacionadas à dificuldade de acesso aos serviços do Gov.br e do I NSS, em razão de supostas inconsistências na biometria dos cidadãos. Muitos usuários foram orientados por esses órgãos a procurar a Justiça Eleitoral para realizar nova coleta biométrica.

Contudo, verificou-se que, em grande parte dos casos, a biometria já se encontra regularmente cadastrada no banco de dados da Justiça Eleitoral, sendo o problema decorrente da migração das informações entre os sistemas dos diferentes órgãos públicos.

As possíveis soluções para esses casos ainda estão em análise, o que poderá gerar impacto na percepção de qualidade e na satisfação do usuário externo com os serviços prestados pela Justiça Eleitoral.

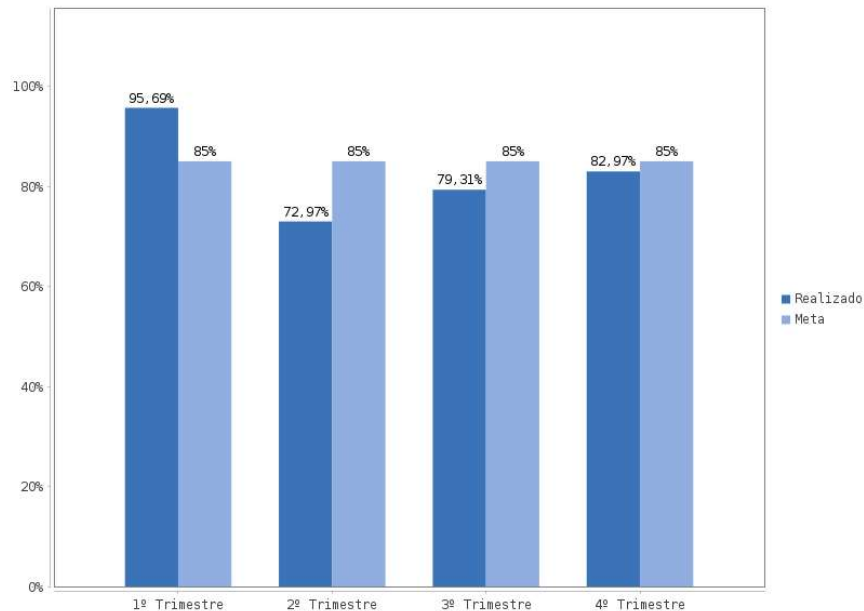
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasConsiderando os resultados obtidos no período e a identificação das melhorias necessárias, não só neste indicador como em demais vinculados ao núcleo de ouvidoria, segue em implantação, desde 01/06/2025, novas ferramentas tecnológicas de apoio a unidade, inclusive algumas delas são ferramentas nacionais de apoio às Ouvidorias da JE.

Riscos associados ao objetivoHá o risco de que outros órgãos, como o INSS e o Gov.br, continuem redirecionando cidadãos à Justiça Eleitoral mesmo quando as demandas não estão relacionadas a falhas no cadastro eleitoral. Essa prática pode gerar frustração no público, desgaste institucional e impacto direto nos índices de satisfação com os serviços prestados.

IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação

Desempenho do Período: 97,61%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: NOUVE.

Análise de contextoNo período de referencia , a Central de Atendimento Telefônico (CAT) recebeu um total de 237 avaliações referentes aos serviços prestados. Desse total, 227 avaliações foram classificadas como satisfatórias, o que representa um índice de 95,7% de aprovação por parte dos usuários que utilizaram o canal.

Os dados demonstram alto nível de aprovação dos atendimentos realizados, refletindo a eficiência e a resolutividade do canal, mesmo diante da diversidade de demandas recebidas.

Cabe destacar que tanto a CAT quanto a Ouvidoria atuam como canais estratégicos de interlocução com o cidadão, especialmente em períodos de menor movimento eleitoral. O desempenho positivo desses canais é essencial para a manutenção da confiança institucional e da qualidade do serviço público prestado pela Justiça Eleitoral.

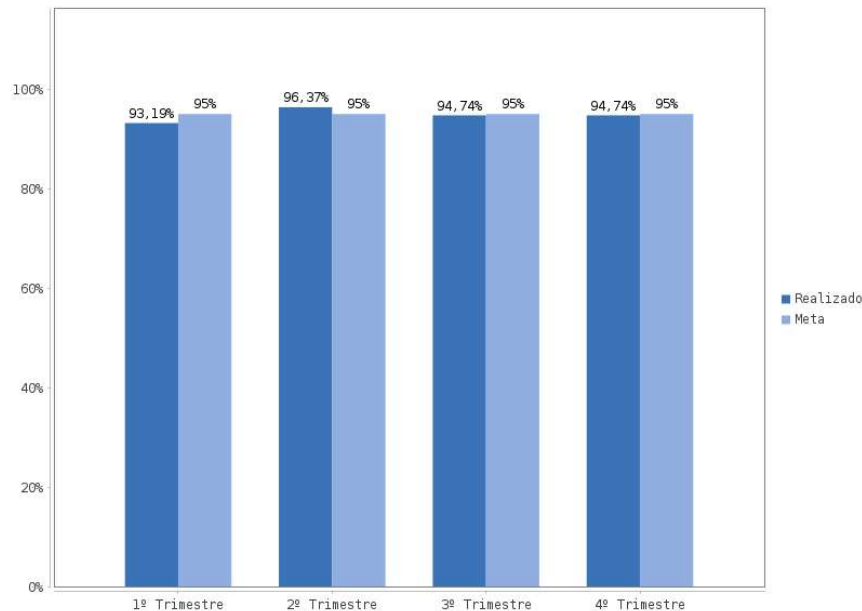
Importante destacar que alterações nesse indicador e nas medições foram sugeridas durante a construção do PE 27/32 para aperfeiçoar essa medição, levando em consideração as informações proporcionais e relativos aos dados integrais de atendimento e não somente valores brutos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosAo longo do trimestre foi implantado o novo sistema de atendimento do NOUVE, sistema Nacional de Ouvidorias da JE - SAC-RJ, objetivando estruturar o registro de ocorrências e a geração de análises e informações para alta adm. Após esse processo de implantação, foram iniciados as alterações dos painéis de monitoramento dos dados e implantação dos novos controles que passarão a ser utilizados para monitoramento da qualidade dos serviços prestados (CAT e OUVIDORIA)

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Considerando a mudança dos métodos de medição é possível que inicialmente ocorra diminuição da performance dos ultimos períodos.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasImplementação de um programa de capacitação contínua das equipes de atendimento. É fundamental promover treinamentos regulares voltados ao aperfeiçoamento das habilidades de comunicação bem como à atualização constante sobre os procedimentos institucionais.

Riscos associados ao objetivoNão foram identificados riscos.

IE 04 - Taxa de Atendimento no Prazo das Demandas Recebidas da Ouvidoria**Desempenho do Período: 99,73%****Resultados Acumulados em 2025****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: NOUVE.****Análise de contexto**

As manifestações recebidas pela Ouvidoria são processadas dentro dos prazos regulamentares, observando-se os fluxos internos e os encaminhamentos às unidades responsáveis, quando necessário. O desempenho, portanto, resulta da atuação conjunta entre a Ouvidoria e as demais unidades do Tribunal. Desde o final do 2º trimestre o Núcleo de Ouvidoria vem implementando um série de modificações nos sistemas de apoio e na padronização e bases de atendimento. O objetivo é que a partir do primeiro trimestre de 2026 todos os levantamentos de dados realizados pelo NOUVE seja simplificados e mais fidedignos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No 4º trimestre, foram realizadas ações estruturantes nas bases dos sistemas de recebimento e padronização na extração de relatórios no período em referência não é possível aferir de forma fidedigna maiores informações senão dos atendimentos totais. Essas ações foram finalizada em 1/12/26 quando finalizamos a implantação do sistema nacional de ouvidorias da JE no entanto a disponibilização dos dados por parte do TSE ainda não ocorreu e a previsão é que se normalize ao longo do primeiro trimestre de 2026.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com a consolidação dos painéis de monitoramento e o uso ativo das ferramentas Tempo de Resposta das Unidades e ATRDP, a Ouvidoria vem aprimorando sua capacidade de identificar gargalos e propor ações direcionadas.

A tendência para os próximos trimestres é de manutenção do bom desempenho, com possibilidade de melhora no tempo médio de resposta, a depender do engajamento contínuo das unidades envolvidas. A entrada das demandas relacionadas à LGPD sinaliza a necessidade de atenção específica a esse tipo de pedido, que tende a se tornar mais frequente.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Manutenção do monitoramento contínuo dos prazos por meio das ferramentas gerenciais disponíveis.

Acompanhamento das novas demandas de LGPD, com possível orientação às unidades quanto à correta tratativa desses pedidos.

Reforço das ações orientativas junto às unidades com histórico de maior incidência de atrasos, com foco na prevenção de recorrências.

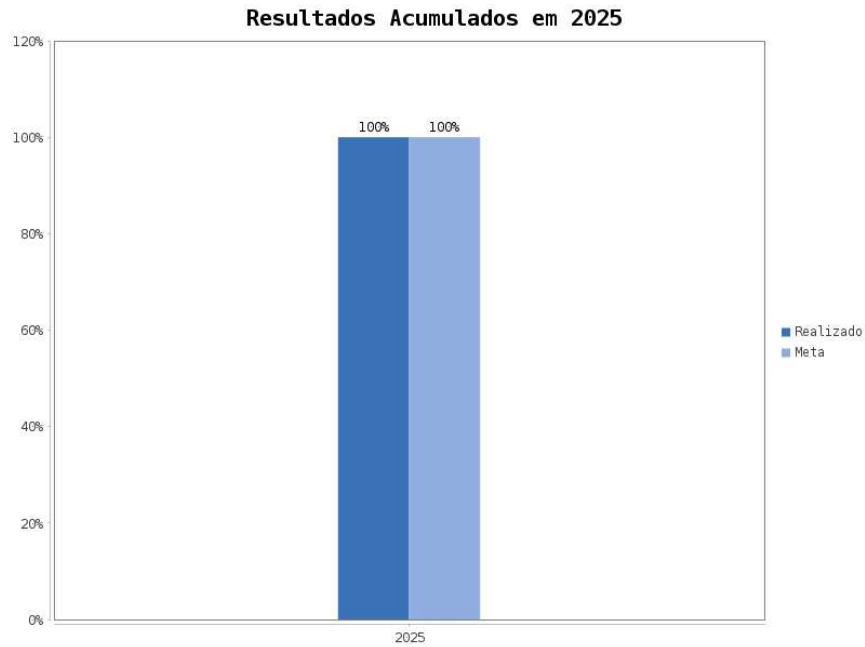
Aprimoramento dos alertas automáticos e comunicação ativa (e-mails e telefonemas), garantindo resposta dentro dos prazos legais e regimentais.

Riscos associados ao objetivo

O principal risco segue sendo a insatisfação do usuário em caso de resposta intempestiva, o que pode comprometer a imagem institucional do Tribunal. O crescimento das manifestações, embora positivo como sinal de confiança, pode representar um desafio adicional para a manutenção da agilidade nas respostas.

IE 05 - Índice da Transparência

Desempenho do Período: 100,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASIPRE.

Análise de contextoFechado pela Asstec.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela Asstec.

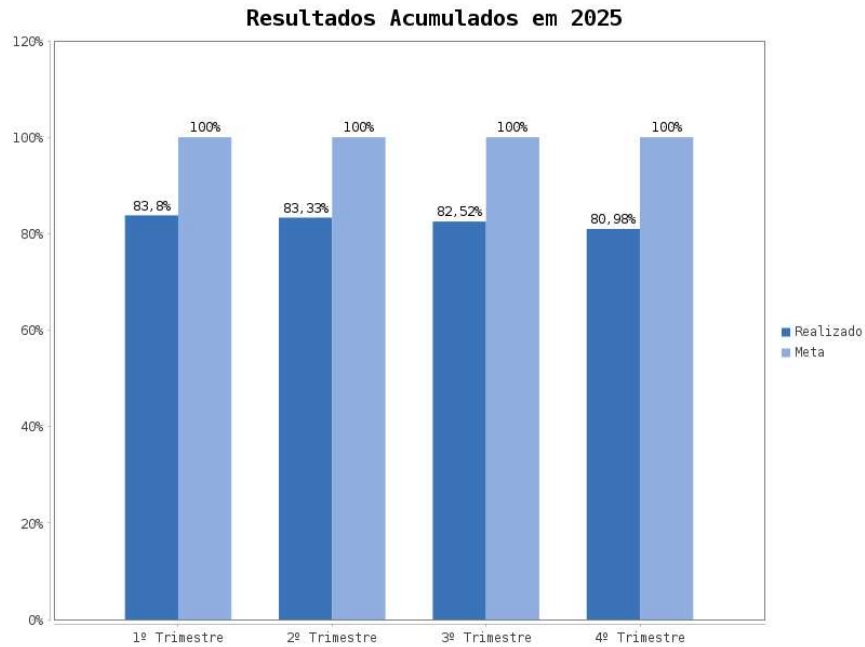
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela Asstec.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela Asstec.

Riscos associados ao objetivoFechado pela Asstec.

OE 03 - Aprimorar a gestão do processo eleitoral

Desempenho do Período: 80,98%



Responsável: DG.

Análise de contextoFechado pela ASSTEC.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela ASSTEC.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela ASSTEC.

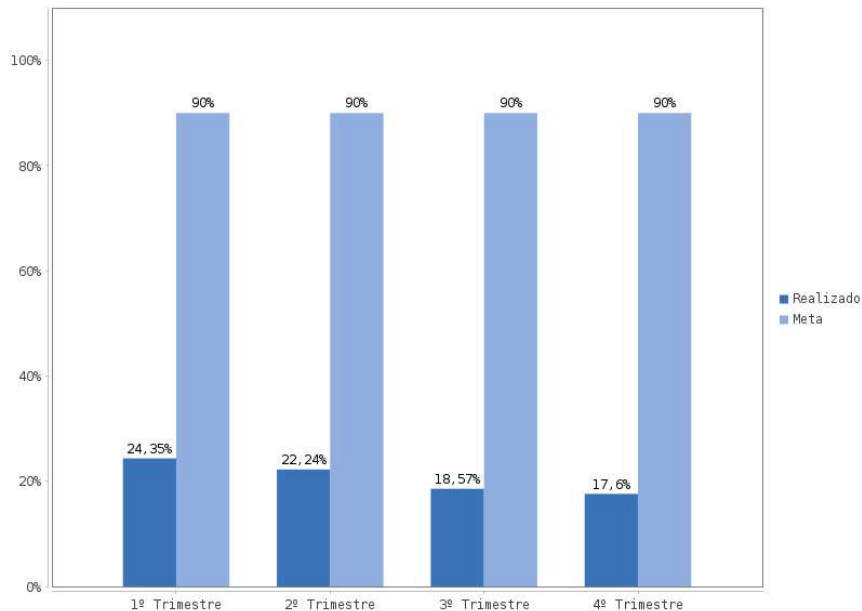
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela ASSTEC.

Riscos associados ao objetivoFechado pela ASSTEC.

IE 06A - Taxa de requerimentos de alistamento eleitoral por meio digital

Desempenho do Período: 19,55%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSORI.

Análise de contexto: Aumento do atendimento presencial por conta de demandas oriundas do Gov.br e INSS.

Baixo engajamento dos eleitores no uso da ferramenta Título Net.

Realidade social no país, com elevado número de excluídos digitais.

Necessidade de estimular o comparecimento do eleitorado para coleta de dados biométricos nas unidades de atendimentos da Justiça Eleitoral Fluminense, que vai de encontro ao objetivo deste indicador.

Na RAE do 1º trimestre de 2025, decidiu-se pela necessidade de se reanalisar o indicador, inclusive quanto à necessidade de sua manutenção, suspensão ou cancelamento, tendo em vista que as iniciativas para alavancar o desempenho do IE06A vão de encontro com o objetivo referente à biometrização.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos: Realizada a análise do indicador, sugeriu-se o seu cancelamento.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo): Tendência de piora no desempenho do indicador, em virtude do aumento na busca pelos serviços da Justiça Eleitoral de forma presencial, decorrente de demandas do Gov.BR e INSS, além da necessidade de convocar os eleitores para a biometrização.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas: Sugere-se o cancelamento do indicador, pelos seguintes motivos:

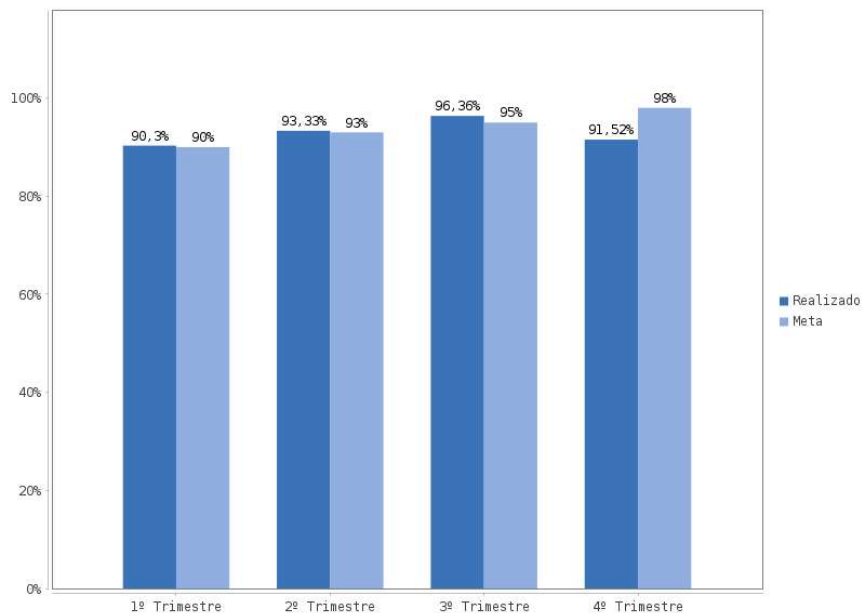
o indicador foi criado na pandemia de Covid-19, quando o atendimento presencial e a coleta biométrica haviam sido restringidos e a diretriz era incentivar os requerimentos de alistamento eleitoral (RAE) de forma virtual, a fim de diminuir o comparecimento às zonas eleitorais e às Centrais de Atendimento ao Eleitor; com o fim da pandemia e a retomada do atendimento biométrico, as regras de funcionamento do Título NET mudaram, passando a exigir o comparecimento dos eleitores sem biometria cadastrada (inclusive daqueles que solicitam alistamento eleitoral) às unidades de atendimento, a fim de efetivar a coleta; atualmente, a diretriz adotada pelo TSE aponta para a necessidade de aumentar o percentual de eleitores biometrizados; conflito de objetivos: o objetivo atual do Tribunal de aumentar o percentual de eleitores biometrizados no Estado, que envolve a necessidade de comparecimento presencial a uma unidade de atendimento, vai de encontro às iniciativas de alavancar o desempenho do IE06A, que envolvem o estímulo à procura por serviços eleitorais pelo meio digital; alto percentual de excluídos digitais. Após o alcance do percentual desejado de biometrização no Estado, poderá ser criado novamente um indicador relacionado com a utilização dos serviços eleitorais digitais, de preferência considerando a realidade brasileira de elevado número de excluídos digitais.

Riscos associados ao objetivo: Baixo desempenho devido aos fatores já relacionados na análise do contexto.

IE 07 - Taxa de zonas eleitorais com padrão mínimo de eficiência

Desempenho do Período: 93,38%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SVPCRE.

Análise de contextoMeta do indicador: 98% no 4º trimestre (Zonas Eleitorais com situação “satisfatório” - acima de 70% no Ranking de Eficiência).

Resultado do 4º trimestre: Tivemos a média de eficiência de 91,52% no Ranking de Eficiência, com 93,38% de alcance na meta do indicador. Em relação ao quantitativo de zonas eleitorais por “situação” neste período, tivemos a média de 153 Zonas Eleitorais em situação “satisfatório” (acima de 70%), 6 em situação “atenção” (entre 70% e 50%) e 6 em situação “insatisfatório” (entre 50% e 25%). No 3º trimestre, tivemos 158 Zonas Eleitorais em situação “satisfatório” e 2 6 em situação “insatisfatório”.

Seguem abaixo as informações de cada eixo do Ranking de Eficiência das Zonas Eleitorais:

1) Eixo Eficiência Processos Judiciais - desempenho de 86,03% no final do 4º trimestre (final do 3º trimestre; 92,86%).

Dentro deste eixo, há 5 variáveis, as quais apresentaram os respectivos resultados no final do 4º trimestre:

- Redução da Taxa de congestionamento: 69,74% (final do 3º trimestre: 82,87%)
- Redução Processos Parados há mais de 30 dias: 98% (final do 3º trimestre: 97%)
- Redução Processos Concluídos há mais de 30 dias: 100% (final do 3º trimestre: 99%)
- Redução Baixas sem Decisão: 97% (final do 3º trimestre: 96%)
- Índice de Atendimento à Demanda: 83,03% (final do 3º trimestre: 95,76%)

OBS.: Houve uma queda no desempenho do 4º trimestre em comparação ao 3º trimestre. Isto ocorreu devido à diminuição na baixa processual, o que afetou diretamente a taxa de congestionamento e o índice de atendimento à demanda neste período. As zonas eleitorais que ficaram na situação “insatisfatório” apresentaram, em média, 45% de eficiência neste eixo, sendo processos com pendência de baixa nas classes processuais Ação Penal, Representação Especial e Representação em sua maioria.

2) Eixo Eficiência Procedimentos Administrativos Eleitorais - desempenho de 96,11% no final do 4º trimestre (final do 3º trimestre: 96,22%).

Os processos analisados neste eixo são exclusivos da Justiça Eleitoral e não são considerados para o Prêmio CNJ de Qualidade, mas também desempenham importância no âmbito processual, uma vez que tratam de assuntos administrativos diretamente ligados a eleições e direitos políticos, por exemplo.

OBS.: O desempenho neste eixo se manteve praticamente o mesmo do 3º trimestre, sendo um bom desempenho.

3) Eixo Eficiência Metas Nacionais — desempenho de 89,32% no final do 4º trimestre (final do 3º trimestre: 93,25%).

OBS.: A eficiência das metas do CNJ no 4º trimestre foi menor se comparada ao 3º trimestre. As zonas eleitorais em situação “insatisfatório” possuem poucos processos pendentes de julgamento, porém todos permanecem sem julgamento, com 0% de cumprimento da referida meta.

Dados extraídos do painel de Metas Nacionais CNJ, desenvolvido internamente pelo Tribunal.

Obs.: Metas Nacionais CNJ:

Meta 1 (Julgar mais processos que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no período);

Meta 2 (Julgar processos mais antigos: a_distribuídos até 31/12/2023; b_distribuídos até 31/12/2019);

Meta 4 (Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais: a_referentes às eleições de 2022; b_referentes às eleições de 2024).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos- Aprimoramento do projeto Lab26

- Alerta “Processos Paralisados há mais de 30 dias”: com o objetivo de impulsionar a regularização do trâmite processual nas zonas eleitorais, foram realizados 659 alertas direcionados a processos sem movimentação há mais de 30 dias, abrangendo todas as classes em tramitação.

- Expansão das ações focadas em PCEs. - Início de planos de ação focados na classe PC-PP.

- Fase 2 do curso de Gestão Cartorária em formato on-line.

- Curso de capacitação com foco em processamento no PJE e gestão processual para servidores das Zonas Eleitorais.

- Reunião virtual com os Juízes Eleitorais para apresentação da plataforma Radar (acesso, navegação, possíveis consultas), que reúne os diversos painéis BI de gestão cartorária e produtividade processual.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Com a proximidade do início das preparações para as eleições gerais de 2026, os esforços das zonas eleitorais se viram para as atividades relacionadas às eleições, diminuindo a força-tarefa dirigida ao processamento dos feitos judiciais. Sendo assim, existe a possibilidade de ocorrer a diminuição da eficiência processual das zonas eleitorais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas- Reforço e expansão do plano de ação PCEs (plano de ação PCEs - Zonas Críticas): planos de ação junto às zonas eleitorais com processos de Prestação de Contas Eleitorais pendentes com o objetivo de diminuir ou zerar tal acervo processual.

- Teste Piloto Projeto “Alertas Zonas”;

- Projeto “Foco nas Ações Penais”, com a finalidade de auxiliar as zonas eleitorais na diminuição do acervo processual desta referida classe.

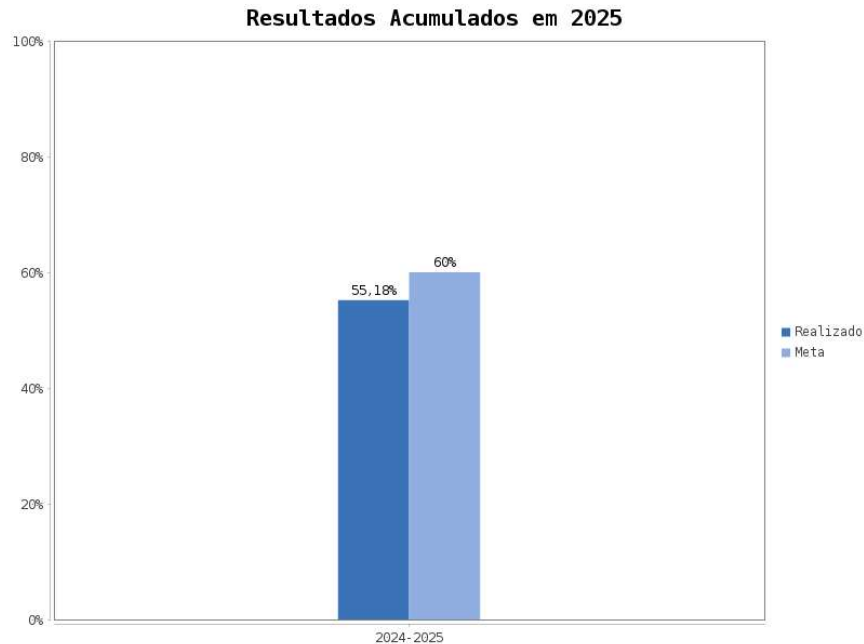
- Revisão do Ranking de Eficiência das Zonas Eleitorais (aprimoramento das análises realizadas).

- Retomada do Prêmio de Eficiência das Zonas Eleitorais (com o objetivo de reconhecer os esforços das zonas eleitorais e incentivar a melhoria da eficiência processual).

Riscos associados ao objetivo Diminuição do percentual de Zonas Eleitorais com padrão mínimo de eficiência (70%), que reflete na celeridade processual.

IE 08 - Taxa de mesários voluntários

Desempenho do Período: 91,96%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASVPCRE.

Análise de contexto

A unidade competente para a matéria Mesários Voluntários (SEPLAT, subordinada à VPCRE) foi extinta pela Resolução TRE nº 1.335, de 2 de julho de 2024. De forma provisória, foi atribuída ao Grupo Permanente de Treinamento de Mesários e Colaboradores (GTM/RJ), cuja coordenadora é a Assistente da Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria (ASVPCRE), até a alteração do Regulamento Administrativo, o que ainda não ocorreu. Desde então e até às Eleições 2024, todo o esforço de trabalho da equipe foi concentrado nas atividades de elaboração, compilação e distribuição de material instrucional aos multiplicadores de treinamento de pessoal de eleição, além das tarefas relacionadas à contratação do manual da cartilha de mesários. Importante destacar que as entregas referentes ao voluntariado eram desenvolvidas por uma seção e estão, no momento, a cargo de um grupo de trabalho em que todos os membros atuam sem prejuízo de suas funções nas unidades onde estão lotados, o que reduz, significativamente, o tempo de dedicação à matéria. Em acréscimo, destaco que nenhum dos membros do grupo atuou na SEPLAT anteriormente e, portanto, não têm nenhuma expertise no conteúdo.

As eleições de 2024, por seu perfil municipal, não foi tão marcada pela polarização política observada no pleito anterior, o que pode não ter fomentado a mesma participação no processo eleitoral observado anteriormente.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Como já informado no item anterior, o GTM/RJ somente passou a responder pela matéria em julho de 2024 quando estava envolvido completamente em suas atividades regulamentares, que têm seu apogeu justamente no período eleitoral, inviabilizando a busca por novas parcerias com universidades para concessão de horas de atividades complementares e do convênio com OAB/RJ para concessão de horas de estágio para estudantes de direito.

Após as eleições, o Grupo dedicou-se ao conhecimento e atualização dos dados dos convênios e parcerias. Devido à extinção da unidade no sistema SEI, foi necessária a identificação, consulta e envio à unidade GTM/RJ de todos os 158 processos de tratativas de convênio que estavam sob a responsabilidade da SEPLAT.

Todas as planilhas de controles foram revistas e consolidadas em uma única, de forma a otimizar os trabalhos futuros. Atualmente, há 170 instituições de ensino superior cadastradas (campi e polos incluídos) que não foram contatadas e 97 que, apesar de contatadas, não retornaram e necessitam que sejam estabelecidas novas conversas.

Atente-se que duas grandes instituições de ensino não possuem convênio com este Regional para concessão de horas de atividades complementares em razão do trabalho voluntário: UERJ e Estácio de Sá. Esta última conta com uma extensa gama de campi e polos, com quem as negociações foram feitas de forma individual, resultando em apenas 3 convênios.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Os trabalhos de atualização do Regulamento Administrativo do TRE/RJ foram retomados e tem-se a expectativa de revisão da unidade competente para tratamento do Programa Mesário Voluntário, de forma que fique a cargo de uma seção e não de um

grupo de trabalho, a fim a possibilitar o desenvolvimento das tarefas de forma mais célere.

Saliente-se que, caso a mudança se concretize, deverá ser levado em conta o tempo necessário para o novo setor integrar as novas atividades aos rol das já existentes.

Nos próximos meses, o GTM estará envolvido com o Plano de Ação oriundo da Avaliação das Eleições com vista à melhoria do treinamento dos multiplicadores de mesários.

A previsão para os próximos 6 meses é, portanto, de estabilidade no desempenho do objetivo.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Buscar apoio da administração para retornar as negociações com as universidades UERJ e Estácio, esta, de forma centralizada.

Para 2026, será necessária a renovação da parceria com a OAB/RJ.

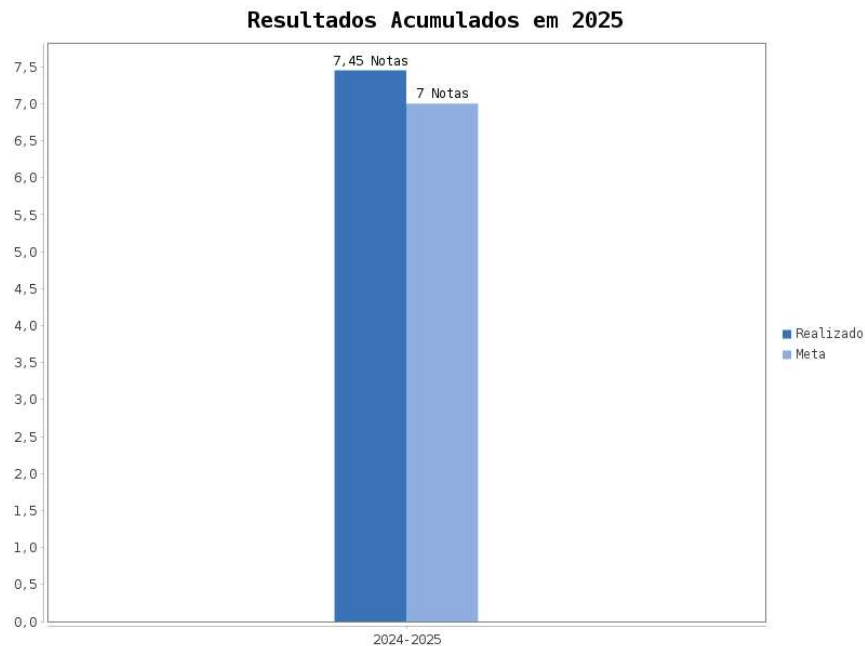
Riscos associados ao objetivo

A manutenção das atividades do Programa Mesário Voluntário como atribuição de grupo de trabalho e não à unidade.

Falta de apoio da administração junto à UERJ e à Estácio de Sá , tendo em vista que apenas o encaminhamento de ofício, sem uma negociação junto à Reitoria das Universidades, não se mostrou efetiva

IE 09A - Taxa de aperfeiçoamento dos Processos Eleitorais

Desempenho do Período: 106,43%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASPLEL.

Análise de contexto

Trata-se de análise do Indicador Estratégico IE 09A – "AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS ELEITORAIS", referente às Eleições de 2024, cuja periodicidade é bianual.

Inicialmente, cabe destacar que nas Eleições de 2022, o indicador correspondia ao IE 09 – "TAXA DE APERFEIÇOAMENTO DOS PROCESSOS

ELEITORAIS", elaborado para medir a avaliação média do público interno em relação às atividades desenvolvidas no processo eleitoral e sua periodicidade

de medição e análise são bianuais, ou seja, após cada pleito eleitoral, sendo apurado com base na avaliação das eleições, realizada pelos(as)

servidores(as) e magistrados(as) do TRE-RJ.

A medição era realizada a partir do somatório das médias das notas atribuídas a cada tema previsto na avaliação das Eleições dividido pelo número de temas

submetidos à avaliação.

O IE 09A, por sua vez, mede a nota do público interno em relação às atividades desenvolvidas no processo eleitoral, sendo composto por duas variáveis:

a) MMNATPE, correspondente à média das notas atribuídas aos temas que foram objeto de melhoria priorizada na Eleição anterior (somatório das notas

atribuídas a cada tema dividido pelo número de temas);

b) MNATE, equivalente à média das notas atribuídas aos temas que não foram objeto de melhoria priorizada na Eleição anterior (somatório das notas

atribuídas a cada tema dividido pelo número de temas).

O resultado do indicador corresponde ao somatório das duas variáveis dividido por dois.

Para que fossem definidas as metas de 2022 (6,70), 2024 (7,0) e 2026 (7,5), usou-se como parâmetro a média da avaliação das eleições de 2020 (6,60),

utilizando-se, para tanto, a métrica de notas de 1 a 10 para cada tema avaliado.

No entanto, na Avaliação das Eleições de 2024 julgou-se mais adequada a utilização da métrica de notas de 1 a 5 para cada tema avaliado e não mais de

1 a 10. Dessa forma, os resultados da medição das duas variáveis que compõem o indicador foram multiplicados por dois, para fins de registro no

sistema GERIR.

Nesse sentido, a média das notas atribuídas aos temas que foram objeto de melhoria priorizada na Eleição de 2022 ficou em 7,3 e a média das notas dos temas que não foram objeto de melhoria priorizada no referido pleito foi 7,6, totalizando a média 7,45 como resultado do IE09A.

Dos 16 temas avaliados, 09 foram objeto de melhoria prevista no Plano de Melhorias para as Eleições de 2024:

- Fechamento de Cadastro
- Fiscalização de Propaganda
- Geração de Mídias e Preparação de Urnas
- Infraestrutura
- Kit Zona
- Locais de Votação
- Requisição e cessão de Servidores
- Transporte (Distribuição e recolhimento de materiais, mídias e urnas)
- Mesários e demais auxiliares, inclusive Junta Eleitoral

Por outro lado, 07 temas não foram objeto de melhoria prevista no Plano de Melhorias para as Eleições 2024:

- Suprimento de Fundos
- Justificativa Eleitoral (inclusive sistema Justifica e E-Título)
- Segurança nas Eleições
- Prestação de Contas de Campanha
- Representação e Direito de Resposta
- Registro de Candidaturas
- Captação, Transmissão, Totalização de Votos e Diplomação de Eleitos

Este resultado do IE09A (7,45) equivale a 106% do grau de cumprimento da meta estabelecida para as Eleições de 2024, definida em 7,00.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em relação ao ciclo monitoramento da Avaliação das Eleições 2022, foram realizadas as seguintes ações:

1 - Atualização dos status do andamento dos planos de ação aprovados na Intranet > Portal das Eleições > submenu Avaliação das Eleições >

Monitoramento;

2 – Instrução mensal dos processos de monitoramento no SEI, com informação à Coordenadoria de Planejamento Estratégico e à Diretoria-Geral, para fins de conhecimento do andamento dos planos de ação e eventual atuação junto às unidades responsáveis pela execução das melhorias;

3 - Atualização mensal por parte das unidades responsáveis, nas planilhas compartilhadas pela Asplel no Google Space, do andamento da execução dos seus Planos de Ação.

Em relação ao ciclo elaboração da Avaliação das Eleições 2024, foram realizadas as seguintes ações:

1 - Disponibilização, em junho de 2024, de formulário para registro de comentários, elogios e sugestões de melhoria para os processos de trabalho

que serão submetidos à Avaliação das Eleições no momento que estavam sendo executados (Aviso DG 10/2024);

2 - Disponibilização, em outubro de 2024, do formulário de Avaliação de Eleições, com campo para atribuição de notas e de registro de comentários para cada um dos temas avaliados (Aviso DG 40/2024);

3 - Compilação, Tratamento e disponibilização dos resultados da Avaliação das Eleições 2024 num painel BI disponibilizado no Portal das Eleições

([https://app.powerbi.com/view?](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiOTFINjc1NzktNGRjMCO0NjFkLWJlZjEtZDhmYmRiNDEzMGM2liwidCI6IjFlYzYzc4ZDk3LTQ3NTctNGU1Ny05YmM4LTlxMWU2NzQ4ZWU0MyJ9)

[r=eyJrljoiOTFINjc1NzktNGRjMCO0NjFkLWJlZjEtZDhmYmRiNDEzMGM2liwidCI6IjFlYzYzc4ZDk3LTQ3NTctNGU1Ny05YmM4LTlxMWU2NzQ4ZWU0MyJ9](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiOTFINjc1NzktNGRjMCO0NjFkLWJlZjEtZDhmYmRiNDEzMGM2liwidCI6IjFlYzYzc4ZDk3LTQ3NTctNGU1Ny05YmM4LTlxMWU2NzQ4ZWU0MyJ9));

4 - Indicação, pelas unidades responsáveis, de propostas de tratamento para cada uma das demandas advindas pela Avaliação das Eleições 2024;

5 - Realização de reunião com a Comissão de Representantes das Zonas Eleitorais - CORZE, para apresentação dos resultados da Avaliação das Eleições 2024;

6 - Indicação, pela CORZE, de 8 demandas (assuntos) da Avaliação das Eleições 2024 que consideram mais relevantes serem

objeto de melhorias para

as Eleições de 2026;

7 - Consolidação, pela Alta Administração, e aprovação, pelo Presidente do TRE-RJ, do Plano de Melhorias para as Eleições 2026;

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Primeiramente, cabe destacar que a próxima medição do IE-09A somente ocorrerá após o próximo pleito

Espera-se que o desempenho do indicador atinja a meta prevista para as Eleições de 2026, estabelecida em 7,5, considerando o seu desempenho no

pleito de 2024 (7,45), que consistiu em Eleições Municipais, as quais demandam um esforço maior por parte Zonas Eleitorais, principalmente no que

concerne aos Processos de Fechamento de Cadastro, Registro de Candidaturas e Prestação de Contas de Campanha.

Desta forma, a tendência é que o indicador alcance a meta estabelecida no final do Plano Estratégico 2021-2026 (7,5).

Esta Assessoria pretende, ainda, solicitar a alteração da ficha do indicador para readequação das unidades de medida do indicador para a escala de 1 a 5 e

também das metas bianuais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A Asplel pretende manter a mesma metodologia utilizada para coleta de dados (aplicação de formulários com campo para atribuição de notas e registro de

comentários relacionados ao tema avaliado) e realização de workshops com utilização da metodologia de inovação (CIDA), desenvolvida pela Assessoria

para auxiliar as unidades responsáveis, e as que participam do processo de trabalho objeto da melhoria, a identificarem de forma colaborativa possíveis

soluções para as demandas advindas da Avaliação das Eleições, que são priorizadas de acordo com o binômio efetividade x esforço.

A Assessoria continuará, ainda, a realizar o monitoramento mensal dos planos de ação para implementação das melhorias priorizadas pela Administração na

Avaliação das Eleições de 2024, os quais deverão estar concluídos até o próximo pleito.

Riscos associados ao objetivo

Seguem alguns riscos que podem contribuir para o baixo desempenho do indicador:

1 – Dimensionamento equivocado dos prazos previstos para o início e fim das atividades previstas nos Planos de Ação.

2 - Atraso na execução das atividades previstas no Plano, o que desencadeia atrasos na implementação das ações necessárias ao desenvolvimento das

atividades das zonas eleitorais e/ou de outras unidades;

3 – Dificuldade na identificação da necessidade de readequação dos prazos previstos nos planos de ação construídos para implementação das melhorias oriundas da Avaliação das

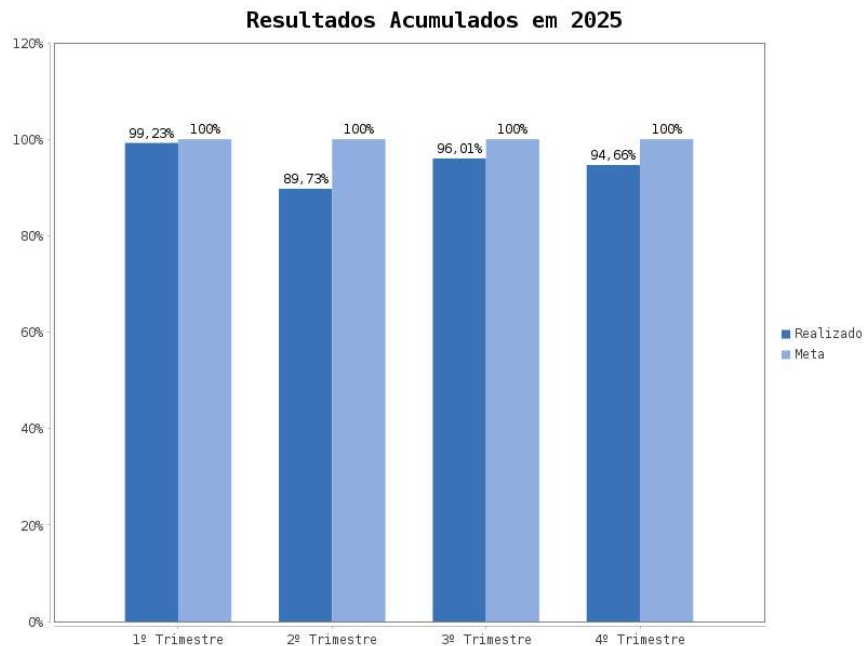
Eleições;

4 – Não identificação, pelas unidades responsáveis, da necessidade de dar andamento aos planos de ação sob suas responsabilidades, assim como de encaminhar à Asplel, no

prazo assinalado para tanto, os reportes mensais;

5 – Alterações significativas na legislação eleitoral ou nos normativos e/ou na estrutura deste TRE-RJ, que de alguma forma, possam impactar o trabalhos

relacionados às eleições gerais.

OE 04 - Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional**Desempenho do Período: 94,66%****Responsável: SGPR.**

Análise de contextoO OE 04 é composto por quatro indicadores estratégicos, a saber, IE 13 - Taxa de atendimento à demanda - 1º Grau; IE 14 - Taxa de atendimento à demanda - 2º Grau; IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 1º Grau; e IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º Grau.

Os IEs 13 e 14 medem a relação entre o número de processos judiciais baixados e o número de novos casos, respectivamente, no 1º e 2º grau. O IE 14 concluiu o ano de 2025 com ótimo desempenho, alcançando 118,67% da meta estabelecida.

O IE 13, da mesma forma, apresentou desempenho ótimo, com 591,98% de cumprimento da meta.

Os IEs 15 e 16 medem, no 1º e no 2º grau, o percentual de processos que permanecem em tramitação sem solução definitiva, excluídas as execuções fiscais, os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, monitorando os processos pendentes de solução.

Assim, quanto menor o percentual obtido no período base, melhor o desempenho do índice.

Nesse contexto, ambos concluíram o ano de 2025 com ótimo desempenho: o IE 15 atingiu 105,71% da meta e o IE 16, 78,66%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos1º grau

Aprimoramento do projeto Lab26;

Alerta “Processos Paralisados há mais de 30 dias”: com o objetivo de impulsionar a regularização do trâmite processual nas zonas eleitorais, foram realizados 659 alertas direcionados a processos sem movimentação há mais de 30 dias, abrangendo todas as classes em tramitação;

Expansão das ações focadas em PCEs. - Início de planos de ação focados na classe PC-PP;

Fase 2 do curso de Gestão Cartorária em formato on-line;

Curso de capacitação com foco em processamento no PJE e gestão processual para servidores das Zonas Eleitorais; e

Reunião virtual com os Juízes Eleitorais para apresentação da plataforma Radar (acesso, navegação, possíveis consultas), que reúne os diversos painéis BI de gestão cartorária e produtividade processual.

2º grau

Manteve-se o monitoramento constante dos processos em trâmite no 2º grau e, a partir de controles elaborados pela SJD em painéis BI e dashboards no sistema Metabase, foi possível estabelecer a organização de ordens de prioridade na apreciação de processos/recursos pela Corte, traçando-se orientações específicas voltadas à manutenção do indicador em níveis positivos. Ainda nesta esteira, o procedimento administrativo (2025.0.000030227-9) solicitando a criação da Seção de Processamento de Feitos Criminais, continua sua tramitação, a qual quando criada, trará maior especialização no tratamento de casos criminais complexos contribuindo para melhoria na efetividade e celeridade da prestação jurisdicional do tribunal. Por fim, foi retomada a 3ª fase de implementação da ferramenta Judi-Bot, com a disponibilização de novas automações que devem auxiliar na otimização de tarefas

das unidades que atuam no processamento dos feitos eleitorais, trazendo mais melhorias aos processos de trabalho.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Considerando observações realizadas no painel de acompanhamento criado no BI Metabase para a variável analisada, percebe-se na situação mensal, queda significativa ao longo do último trimestre na variável de processos autuados em relação aos meses anteriores, o que parece ir ao encontro das projeções de queda de recursos em processos relacionados com as eleições 2024.

Contudo, não se pode olvidar que a manutenção de uma das serventias de 2º grau vaga (Gabinete do Membro Jurista 2), poderá impactar negativamente na manutenção do alcance de percentuais considerados Satisfatórios/Ótimos para item em análise.

Por derradeiro, o início da recomposição da força de trabalho de unidades subordinadas à Coordenadoria de Acórdãos de Sessões, tende a melhorar o desempenho de tais unidades, trazendo benefícios no médio prazo para melhora da meta de desempenho do referido item em análise.

Considerando que, conforme projeções traçadas pela Assessoria de Contas Eleitorais e Partidárias da Secretaria-Geral da Presidência, já subiram à segunda instância, mais de 70% de Recursos em Prestações de Contas Eleitorais previstas, e que conforme análise do BI Metabase, grande parte dos Recursos que aportaram no 2º grau no último trimestre são provenientes de Prestação de Contas Eleitorais do último pleito, somando-se a isso a diminuição observada no volume de processos distribuídos nos últimos meses, pela análise destas variáveis, verifica-se tendência de estabilidade no alcance de percentuais próximos à meta adequada caso estabelecida.

De toda sorte, nos termos do despacho exarado em procedimento administrativo (2025.0.000030227-9) pelo Coordenador de Processamento e Registros Partidários, sinaliza-se o aumento crescente de feitos criminais que tem aportado na segunda instância, o que poderia ter impacto negativo na manutenção da estabilidade do índice.

Com relação ao primeiro grau e com a proximidade do início das preparações para as eleições gerais de 2026, os esforços das zonas eleitorais se viram para as atividades relacionadas às eleições, diminuindo a força-tarefa dirigida ao processamento dos feitos judiciais. Sendo assim, existe a possibilidade de ocorrer a diminuição da eficiência processual das zonas eleitorais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Além da retomada da implementação de novas funcionalidades na ferramenta Judi-Bot. o incremento cada vez maior de ferramentas de automação no sistema PJe e de Inteligência Artificial Generativa para dar suporte à análise de processos relacionados ao pleito que se aproxima (principalmente RCANDs e PCEs) possuem potencial para otimizar o tempo de análise de tais processos, adicionalmente, está em trâmite Processo SEI que solicita a criação de nova seção na CORIP, especializada no processamento de feitos criminais, o que deve trazer maior especialização no tratamento de casos criminais complexos, contribuindo para melhora na efetividade e celeridade da prestação jurisdicional do tribunal.

A criação de nova seção de processamento na unidade CORIP, especializada no processamento de feitos criminais, poderá trazer maior especialização no tratamento de casos criminais complexos, contribuindo para melhora na efetividade e celeridade da prestação jurisdicional do tribunal. O incremento cada vez maior de ferramentas de automação no sistema PJe e de Inteligência Artificial Generativa para dar suporte à análise de processos relacionados ao pleito que se aproxima (principalmente RCANDs e PCEs) possuem potencial para otimizar o tempo de análise de tais processos, impactando diretamente no alcance de bons índices de cumprimento do item ora analisado.

Por fim, a Administração deve monitorar e agir em relação aos gargalos identificados nos painéis disponibilizados no Metabase, os quais têm influência considerável para o crescimento da taxa de congestionamento.

Em relação ao primeiro grau, destacam-se as seguintes propostas:

Reforço e expansão do plano de ação PCEs (plano de ação PCEs - Zonas Críticas): planos de ação junto às zonas eleitorais com processos de Prestação de Contas Eleitorais pendentes com o objetivo de diminuir ou zerar tal acervo processual;

Teste Piloto Projeto "Alertas Zonas";

Projeto "Foco nas Ações Penais", com a finalidade de auxiliar as zonas eleitorais na diminuição do acervo processual desta referida classe;

Revisão do Ranking de Eficiência das Zonas Eleitorais (aprimoramento das análises realizadas); e

Retomada do Prêmio de Eficiência das Zonas Eleitorais (com o objetivo de reconhecer os esforços das zonas eleitorais e incentivar a melhora da eficiência processual).

Riscos associados ao objetivo O aumento crescente de feitos criminais, conforme descrito no despacho de id 4694183 no procedimento SEI 2025.0.000030227-9, possui potencial para causar impacto negativo para cumprimento da meta estabelecida para atendimento da demanda. Além disso, a situação de ausência de membro ocupando o Gabinete do Membro Jurista 2, tem impacto direto na distribuição dos feitos para os demais órgãos julgadores da 2ª instância impactando também no percentual de atendimento do indicador nas futuras análises.

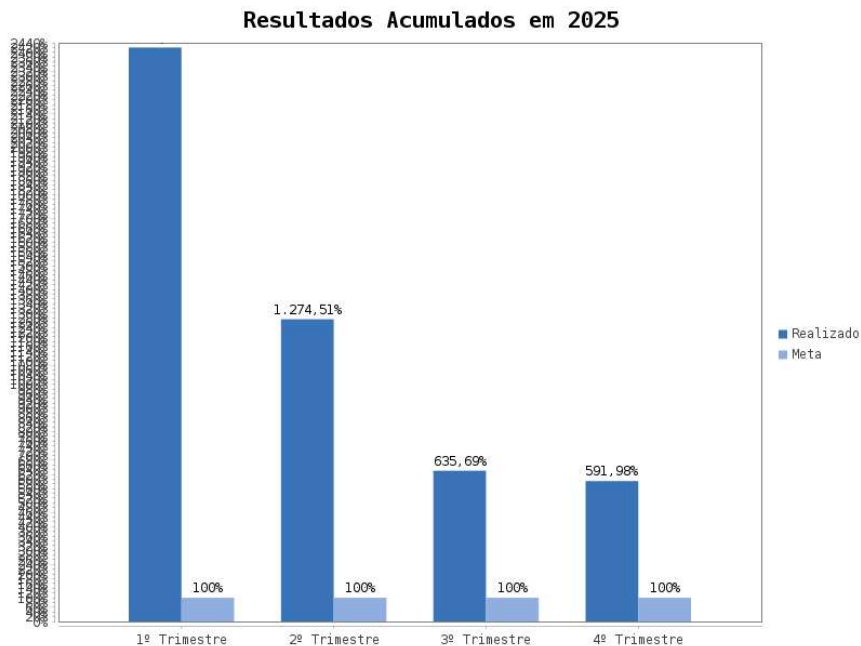
Ademais, a diminuição da taxa de atendimento à demanda interfere diretamente na produtividade e celeridade processual e no aumento do acervo processual.

Os gargalos observados no processamento das demandas judiciais objeto da presente análise, causam reflexos diretos no

percentual de congestionamento dos processos.

IE 13 - Taxa de atendimento à demanda – 1º grau

Desempenho do Período: 591,98%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SVPCRE.

Análise de contexto Este indicador verifica se a unidade judiciária foi capaz de baixar processos na mesma quantidade de processos ingressados no período. O ideal é que o percentual de 100% seja atingido e mantido para evitar o acúmulo de casos pendentes. O IAD é um indicador do CNJ, também cobrado no Prêmio CNJ de Qualidade. Em análise aos ingressos e baixas processuais referentes ao 4º trimestre de 2025, temos os seguintes dados (extraídos do Atena — Indicadores):

- Casos Novos Criminais: Outubro - 7 / Novembro - 3 / Dezembro - 3 (Total: 13 novos processos)
- Casos Novos Não Criminais: Outubro – 154 / Novembro - 280 / Dezembro - 185 (Total: 619 novos processos)
- Processos Baixados Criminais: Outubro - 18 / Novembro - 8 / Dezembro - 9 (Total: 35 processos)
- Processos Baixados Não Criminais: Outubro – 1.156 / Novembro – 987 / Dezembro – 537 (Total: 2.680 processos)
- Processos Pendentes Criminais: 4º Tri — 305 processos
- Processos Pendentes Não Criminais: 4º Tri — 3.694 processos

Destaco, abaixo, as classes com maiores quantitativos de processos pendentes de baixa no final do 4º trimestre de 2025:

- " Prestação de Contas Eleitorais (PCE): 1.616 processos
- " Prestação de Contas de Partidos Políticos (PC-PP): 754 processos (no 3º trimestre eram 1.325 processos, considerando o ingresso de 1.218 processos após Julho);
- " Requerimento de Regularização de Omissão de Prestação de Contas Anual e Eleitorais (RROPCE e RROPCE): 448 processos;
- " Representação (Rp): 314 processos;
- " Representação Especial (RepEsp): 277 processos;
- " Ação Penal (APEL): 217 processos;

No final do 3º trimestre de 2025, tínhamos um acervo de 6.062 processos pendentes de baixa.

Ocorreu o ingresso de 632 processos e, em contrapartida, uma baixa de 2.715 processos no 4º trimestre de 2025. Hoje, temos um acervo de 3.999 processos pendentes de baixa.

Como o quantitativo de casos novos foi muito inferior ao montante de baixas processuais, o desempenho neste indicador foi muito superior à meta, tendo o alcance de 591,98% da meta do indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos As mesmas adotadas no IE 07.

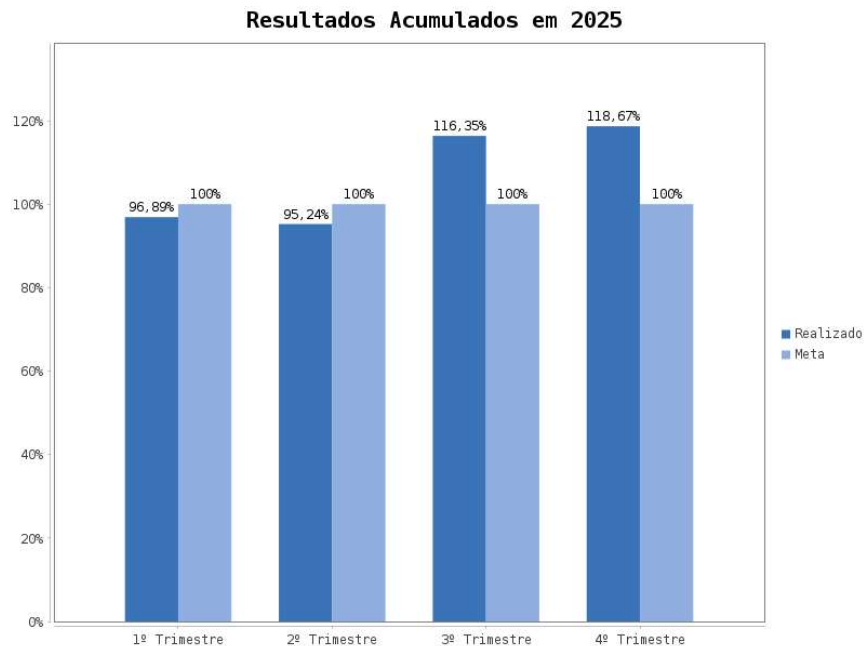
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A mesma feita no IE 07.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasAs mesmas propostas no IE 07.

Riscos associados ao objetivoDiminuição da taxa de atendimento à demanda, que interfere diretamente na produtividade e celeridade processual e no aumento do acervo processual.

IE 14 - Taxa de atendimento à demanda – 2º grau

Desempenho do Período: 118,67%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SJD.

Análise de contexto O Índice de Atendimento à Demanda (IAD) indica a capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%.

Na presente análise, portanto, são somados os casos de conhecimento e de execução que ingressaram no âmbito do 2º grau de jurisdição ao longo do 4º trimestre de 2025, contrapondo-se tal número com o quantitativo de processos de mesma natureza que foram baixados no período.

Importante esclarecer que as variáveis informadas no sistema GERIR são alimentadas a partir de dados estatísticos levantados no QlikSense, cabendo observar que há diferenças entre os valores indicados para as variáveis do sistema QlikSense e Metabase, sendo que o resultado apontado pelo Metabase indica o atingimento de índice de 137,62 %, ao passo que para o QlikSense - cujos dados foram lançados no sistema GERIR - foi alcançado o percentual de 130,61%. De qualquer modo, em ambas as hipóteses o desempenho para o indicador deve ser considerado “Ótimo”, de acordo com as metas estabelecidas para o trimestre em análise. No recorte referente ao ano de 2025 como um todo, atingiu-se o percentual de 102,58%, observação realizada no Qlik Sense, contra os 124,44% observados no Metabase.

De acordo com a extração de dados realizada no metabase, dentro do período de análise, foram autuados 194 novos processos no 2º grau, com ingresso majoritário de Recursos em Prestações de Contas Eleitorais, correspondendo à 93 novas autuações, seguidos de Recursos em AIJE com 29 novos processos autuados no período, Propagandas Partidárias, com 19 autuações e Prestação de Contas Anuais, com 8 processos. Neste ponto cabe observar que se manteve a tendência observada no período de análise anterior com diminuição de novos processos autuados no período em comparação com o trimestre de análise anterior (271 processos no 3º trimestre e 194 autuações no 4º trimestre), esta diminuição se deve ao fato de que a maioria dos processos referentes às prestações de contas das eleições de 2024 que receberiam recurso, pelas projeções traçadas pela Assessoria de Contas Eleitorais e Partidárias da Secretaria-Geral da Presidência, já subiram à segunda instância, restando pouco mais de 195 processos desta classe para aportarem no 2º grau.

No que concerne ao quantitativo de processos baixados no período de análise, pela extração de dados da mesma plataforma (Metabase), observa-se que foram baixados 267 processos, o que permitiu manter o percentual de alcance da meta, dentro de faixa de desempenho considerada ótima. Cabe ressaltar neste ponto, que o fim do biênio de dois membros do tribunal, no período de análise, contribuiu sobremaneira para se alcançar percentual ótimo de atendimento à demanda, uma vez que foram pautados para julgamento todos processos de sua relatoria no último mês de exercício da função.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Manteve-se o monitoramento constante dos processos em trâmite no 2º grau e, a partir de controles elaborados pela SJD em painéis BI e dashboards no sistema Metabase, foi possível estabelecer a organização de ordens de prioridade na apreciação de processos/recursos pela Corte, traçando-se orientações específicas voltadas à manutenção do indicador em níveis positivos. Ainda nesta esteira, o procedimento administrativo (2025.0.000030227-9) solicitando a criação da Seção de Processamento de Feitos Criminais, continua sua tramitação, a qual quando criada, trará maior especialização

no tratamento de casos criminais complexos contribuindo para melhoria na efetividade e celeridade da prestação jurisdicional do tribunal. Por fim, foi retomada a 3ª fase de implementação da ferramenta Judi-Bot, com a disponibilização de novas automações que devem auxiliar na otimização de tarefas das unidades que atuam no processamento dos feitos eleitorais, trazendo mais melhorias aos processos de trabalho.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Considerando observações realizadas no painel de acompanhamento criado no BI Metabase para a variável analisada, percebe-se na situação mensal, queda significativa ao longo do último trimestre na variável de processos autuados em relação aos meses anteriores, o que parece ir ao encontro das projeções de queda de recursos em processos relacionados com as eleições 2024. Contudo, não se pode olvidar que a manutenção de uma das serventias de 2º grau vaga (Gabinete do Membro Jurista 2), poderá impactar negativamente na manutenção do alcance de percentuais considerados Satisfatórios/Ótimos para item em análise. Por derradeiro, o início da recomposição da força de trabalho de unidades subordinadas à Coordenadoria de Acórdãos de Sessões, tende a melhorar o desempenho de tais unidades, trazendo benefícios no médio prazo para melhora da meta de desempenho do referido item em análise.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Além da retomada da implementação de novas funcionalidades na ferramenta Judi-Bot, conforme descrito acima, o incremento cada vez maior de ferramentas de automação no sistema PJe e de Inteligência Artificial Generativa para dar suporte à análise de processos relacionados ao pleito que se aproxima (principalmente RCANDs e PCEs) possuem potencial para otimizar o tempo de análise de tais processos, adicionalmente, está em trâmite Processo SEI que solicita a criação de nova seção na CORIP, especializada no processamento de feitos criminais, o que deve trazer maior especialização no tratamento de casos criminais complexos, contribuindo para melhoria na efetividade e celeridade da prestação jurisdicional do tribunal.

Riscos associados ao objetivo O aumento crescente de feitos criminais, conforme descrito no despacho de id 4694183 no procedimento SEI 2025.0.000030227-9, possui potencial para causar impacto negativo para cumprimento da meta estabelecida para atendimento da demanda. Além disso, a situação de ausência de membro ocupando o Gabinete do Membro Jurista 2, tem impacto direto na distribuição dos feitos para os demais órgãos julgadores da 2ª instância impactando também no percentual de atendimento do indicador nas futuras análises.

IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais – 1º grau

Desempenho do Período: 105,71%



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SVPCRE.

Análise de contexto Este indicador analisa o percentual de processos que permanecem pendentes de baixa ao final do período-base em relação ao total de processos que tramitaram no mesmo período. São excluídos do cômputo os suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório. A taxa de congestionamento é um indicador do CNJ, também cobrado no Prêmio CNJ de Qualidade.

A meta deste indicador foi de 33% no 4º trimestre de 2025 e, seguindo o que é exigido na portaria do Prêmio CNJ de Qualidade.

Em análise aos ingressos e baixas processuais referentes ao 4º trimestre de 2025, temos os seguintes dados (extraídos do Atena — Indicadores):

- Casos Novos Criminais: Outubro - 7 / Novembro - 3 / Dezembro - 3 (Total: 13 novos processos)
- Casos Novos Não Criminais: Outubro - 154 / Novembro - 280 / Dezembro - 185 (Total: 619 novos processos)
- Processos Baixados Criminais: Outubro - 18 / Novembro - 8 / Dezembro - 9 (Total: 35 processos)
- Processos Baixados Não Criminais: Outubro - 1.156 / Novembro - 987 / Dezembro - 537 (Total: 2.680 processos)
- Processos Pendentes Criminais: 4º Tri — 305 processos
- Processos Pendentes Não Criminais: 4º Tri — 3.694 processos

Destaco, abaixo, as classes com maiores quantitativos de processos pendentes de baixa no final do 4º trimestre de 2025:

" Prestação de Contas Eleitorais (PCE): 1.616 processos

" Prestação de Contas de Partidos Políticos (PC-PP): 754 processos (no 3º trimestre eram 1.325 processos, considerando o ingresso de 1.218 processos após Julho);

" Requerimento de Regularização de Omissão de Prestação de Contas Anual e Eleitorais (RROPCE e RROPCE): 448 processos;

" Representação (Rp): 314 processos;

" Representação Especial (RepEsp): 277 processos;

" Ação Penal (APEL): 217 processos;

No final do 3º trimestre de 2025, tínhamos um acervo de 6.062 processos pendentes de baixa.

Ocorreu uma baixa de 2.715 processos no 4º trimestre de 2025, totalizando 3.999 processos pendentes.

Seguindo a análise feita no IE13, tivemos menos ingresso de processos em comparação com o quantitativo de baixas processuais neste período. O resultado da taxa de congestionamento foi 31,12%, superior à meta de 33%, tendo um alcance de 105,71% da meta.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosAs mesmas adotadas no IE 07 e IE13.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)A mesma feita no IE 07 e IE13.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasAs mesmas propostas no IE 07 e IE13.

Riscos associados ao objetivoAumento da taxa de congestionamento, que interfere diretamente na produtividade e celeridade

processual e no aumento do acervo processual.

IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º grau**Desempenho do Período: 78,66%****Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SJD.**

Análise de contexto A Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) indica o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem receber baixa. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais. A taxa de congestionamento também é um dos itens que compõe o eito Produtividade do Prêmio CNJ de Qualidade de 2025, mas para o próximo prêmio do CNJ de Qualidade, este item não fará mais parte da análise, conforme disposto na Portaria CNJ 471/2025. Na presente avaliação são considerados apenas os processos de 2º grau para o indicador, somando-se os casos de conhecimento e de execução judicial não fiscal.

Tendo em vista que conforme informado no Relatório da Estratégia do 1º trimestre de 2025, foi aprovada, na última RAE, a adequação da ficha técnica do indicador ao item equivalente à Taxa de Congestionamento Líquida (art. 10, II) do Prêmio CNJ de Qualidade, foi utilizado como recorte para presente análise a situação observada na taxa de congestionamento, entre os meses de outubro a dezembro de 2025. Conforme descrito anteriormente, este item não fará parte da avaliação no Prêmio CNJ 2026, mas levando-se em consideração o disposto no sistema Gerir, naquilo que tange ao cálculo do indicador para atingimento da meta, serão considerados para o cálculo do valor acumulado os valores referentes ao 3º e 4º trimestre do ano de 2025. Neste ponto, faz-se necessário trazer uma ressalva, uma vez que os índices observados no indicador de apoio do sistema gerir, apresentaram valores acumulados para o período de análise muito discrepantes em face dos observados no sistema Qlik sense para o mesmo período de análise, sendo apresentado o valor acumulado de 189,28% no sistema Gerir contra 54,57% apresentado no sistema Qlik sense, assim sendo, foi demandada a Assessoria de Dados do tribunal para que solicitasse a correção dos cálculos apresentados no sistema Gerir.

Isto posto, denota-se que apesar dos esforços empreendidos para a adequação do índice à nova meta fixada, menor do que as utilizadas para os anos anteriores (2022 = 40%; 2023 = 31,99%; 2024 = 45%), não logrou-se êxito na tentativa de trazer o índice a valores abaixo dos 25%, o que parece ser resultado da diminuição do período de análise para o valor acumulado até o período (apenas dados do 3º e 4º trimestres do ano corrente), no entanto caso o recorte fosse o acumulado do ano, com os dados do trimestre de análise, somados aos dados dos três trimestres anteriores (totalizando 12 meses) seria alcançado percentual abaixo da meta estabelecida (18,09%), de acordo com dados coletados no sistema Qlik Sense.

A título de ilustração, traz-se para comparação as medições realizadas nos trimestres de referência dos três anos anteriores, para o valor acumulado no período, observado no sistema Click Sense.

4º trimestre 2021 - Valor acumulado do período - Resultado: 61,28%

4º trimestre 2022 - Valor acumulado do período - Resultado: 54,77%

4º trimestre 2023 - Valor acumulado do período - Resultado: 52,06%

4º trimestre 2024 - Valor acumulado do período - Resultado: 33,68%

4º trimestre 2025 - Valor acumulado do período - Resultado: 54,57%

Observa-se que mesmo no ano onde observou-se o melhor desempenho do valor acumulado no período, 2024, ainda assim este valor se apresenta acima da meta atual estabelecida. Além disso o recorte de análise comparativa ideal, é o de 4 anos

anteriores, devido à sazonalidade observada nas demandas eleitorais que possuem um incremento maior no período eleitoral, com impacto direto como demanda represada para o ano posterior ao da eleição geral, principalmente no que tange às ações referentes à Prestações de Contas Eleitorais e Ações de Investigação Judiciais Eleitorais.

Considerando-se a média do valor calculado dos quatro anos anteriores (50,44%), talvez uma meta em torno de 60% para o primeiro período do acumulado (3º trimestre — pela nova regra), diminuindo-se este percentual a cada período trimestral subsequente, a título de exemplo, 60% para 3º trimestre; 45% para 4º trimestre, 35% para 1º trimestre do ano seguinte e 25% para 2º trimestre do ano seguinte, se mostraria mais razoável e exequível, uma vez que as acumulações da análise seguem, pela nova fórmula, o período de análise do Prêmio CNJ, havendo cálculo cumulativo das variáveis do denominador da fórmula correspondente ao lapso temporal de 1 ano no 2º trimestre de análise, mudança realizada com o fito de adequar/aproximar ao período final de medição do Prêmio CNJ (julho do ano de análise). Explicitando melhor, no primeiro período de análise (3º trimestre), as variáveis do denominador correspondem ao somatório de processos baixados e pendentes do mesmo período, no período subsequente (4º trimestre), o denominador da fórmula passa a ter os valores acumulados somados dos dois períodos 3º e 4º trimestre, seguindo-se este tipo de cálculo com cumulação das variáveis no denominador até se atingir o período de 4 trimestres, na medição do 2º trimestre, para se assemelhar à medição do Prêmio CNJ de Qualidade, este modelo de medição tende a fazer os percentuais se apresentarem mais altos no início do período de medição, diminuindo a cada período subsequente até se chegar ao recorte de um ano, motivo pelo qual se faz a proposta quanto as metas para cada período.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Manteve-se o monitoramento constante dos processos em trâmite no 2º grau e, a partir de controles elaborados pela SJD em painéis BI e dashboards no sistema Metabase, foi possível estabelecer a organização de ordens de prioridade na apreciação de processos/recursos pela Corte, traçando-se orientações específicas voltadas à manutenção do indicador em níveis positivos. Ainda nesta esteira, está tramitando procedimento administrativo solicitando a criação da Seção de Processamento de Feitos Criminais, tendo em vista o aumento do número de processos judiciais dessa natureza, o que trará maior especialização no tratamento de casos criminais complexos e contribuirá para melhoria na efetividade e celeridade da prestação jurisdicional do tribunal. Foi retomada a 3ª fase de implementação da ferramenta Judi-Bot, com a disponibilização de novas automações que devem auxiliar na otimização de tarefas das unidades que atuam no processamento dos feitos eleitorais, trazendo mais melhorias aos processos de trabalho. Por derradeiro, iniciou-se da recomposição da força de trabalho de unidades subordinadas à Coordenadoria de Acórdãos de Sessões, o que traz a tendência de melhorara no desempenho de tais unidades, possibilitando benefícios no médio prazo para melhora da meta de desempenho do referido item em análise.

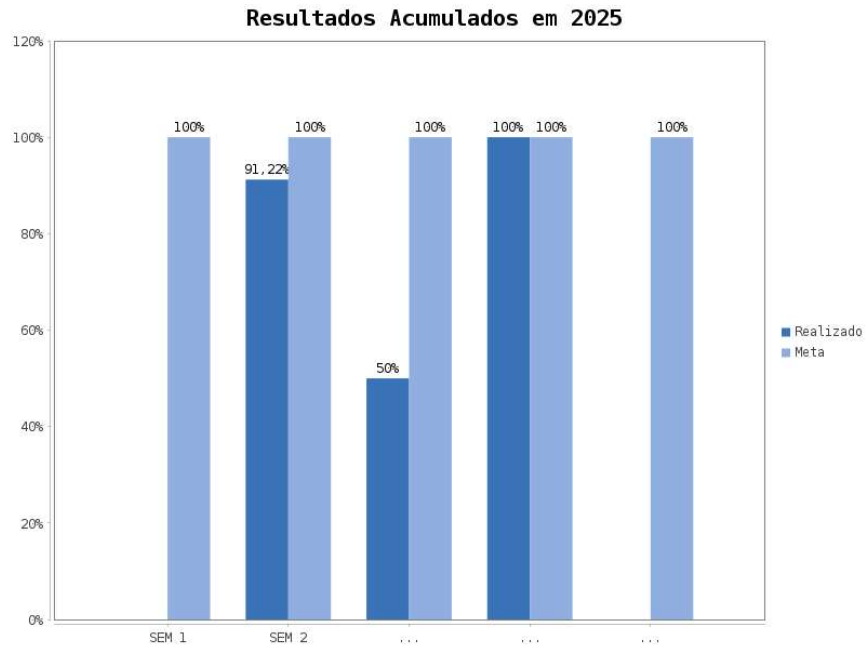
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Considerando que, conforme projeções traçadas pela Assessoria de Contas Eleitorais e Partidárias da Secretaria-Geral da Presidência, já subiram à segunda instância, mais de 70% de Recursos em Prestações de Contas Eleitorais previstas, e que conforme análise do BI Metabase, grande parte dos Recursos que aportaram no 2º grau no último trimestre são provenientes de Prestação de Contas Eleitorais do último pleito, somando-se a isso a diminuição observada no volume de processos distribuídos nos últimos meses, pela análise destas variáveis, traz tendência de estabilidade no alcance de percentuais próximos à meta adequada caso estabelecida, contudo, despacho exarado em procedimento administrativo 2025.0.000030227-9, pelo Coordenador de Processamento e Registros Partidários, sinaliza o aumento crescente de feitos criminais que tem aportado na segunda instância, o que poderia ter impacto negativo na manutenção da estabilidade do índice, não se pode olvidar ainda que a manutenção de uma das serventias de 2º grau vaga (Gabinete do Membro Jurista 2), tende a impactar negativamente no alcance de índices satisfatórios para o item em análise.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas A criação de nova seção de processamento na unidade CORIP, especializada no processamento de feitos criminais, poderá trazer maior especialização no tratamento de casos criminais complexos, contribuindo para melhoria na efetividade e celeridade da prestação jurisdicional do tribunal. O incremento cada vez maior de ferramentas de automação no sistema PJe e de Inteligência Artificial Generativa para dar suporte à análise de processos relacionados ao pleito que se aproxima (principalmente RCANDs e PCEs) possuem potencial para otimizar o tempo de análise de tais processos, impactando diretamente no alcance de bons índices de cumprimento do item ora analisado. Por fim, a Administração deve monitorar e agir em relação aos gargalos identificados nos painéis disponibilizados no Metabase, os quais têm influência considerável para o crescimento da taxa de congestionamento.

Riscos associados ao objetivo Os gargalos observados no processamento das demandas judiciais objeto da presente análise, causam reflexos diretos no percentual de congestionamento dos processos. Além disso, o aumento de feitos criminais relatados no processo SEI de criação da nova unidade especializada no tratamento de casos criminais (2025.0.000030227-9), possui alta capacidade de impactar negativamente na taxa de congestionamento de feitos que tramitam na corte. Por fim, a situação de ausência de membro ocupando o Gabinete do Membro Jurista 2, tem impacto direto na distribuição dos feitos para os demais órgãos julgadores da 2ª instância, o que, também tem potencial para piorar as taxas analisadas neste item.

OE 05 - Combater os ilícitos eleitorais

Desempenho do Período: 91,22%



Responsável: SGPR.

Análise de contexto.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos.

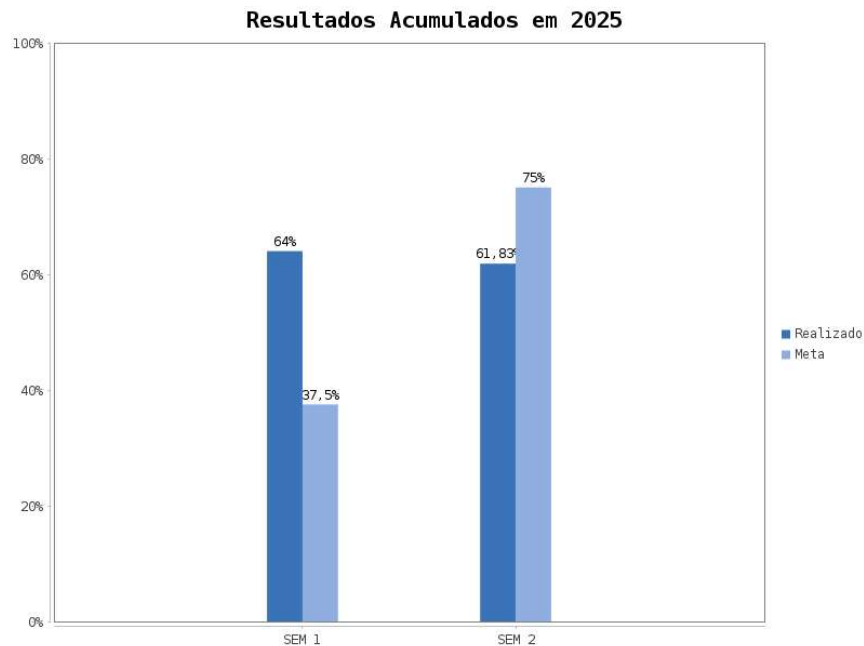
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo).

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas.

Riscos associados ao objetivo.

IE 17A - Taxa de julgamento no tempo médio razoável – 1º Grau

Desempenho do Período: 82,44%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SVPCRE.

Análise de contextoEste indicador foi criado com o objetivo de medir a celeridade processual dos processos, que envolvem ilícitos eleitorais, das classes a seguir: Ação Penal Eleitoral (APEL), Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME), Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) e Representação Especial (RESPESP). O cálculo é feito com base nos processos julgados dentro do tempo médio estipulado sobre os processos julgados no período analisado. O indicador é medido semestralmente.

Seguem abaixo os dados do 2º semestre:

- 53 APEL julgadas, sendo 9 dentro no tempo médio razoável (que são 700 dias);
- 123 processos prioritários (AIME, AIJE e RESPESP), sendo 119 dentro no tempo médio razoável (que são 2 anos e meio).

A meta para o 2º semestre de 2025 foi de 75%. O desempenho neste semestre foi de 59,89%, com alcance de 82,44% da meta.

Vale ressaltar que o acervo atual de Ações Penais no 1º grau é de 217 processos pendentes de baixa.

Há 10 zonas eleitorais com maior concentração de processos, sendo elas: 008ª, 031ª, 055ª, 063ª, 098ª, 107ª, 141ª, 146ª, 156ª e 204ª.

A demora na tramitação processual impacta em diversos indicadores do CNJ, como taxa de congestionamento, tempo médio de pendente líquido, julgar processos antigos e celeridade nas Ações Penais.

Percebe-se que o desempenho em processos prioritários é muito melhor que em Ações Penais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos- Alerta "Processos Paralisados há mais de 30 dias": com o objetivo de impulsionar a regularização do

trâmite processual nas zonas eleitorais, foram realizados 659 alertas direcionados a processos sem movimentação há mais de 30 dias, abrangendo todas as classes em tramitação.

- Fase 2 do curso de Gestão Cartorária em formato on-line.
- Curso de capacitação com foco em processamento no PJE e gestão processual para servidores das Zonas Eleitorais.
- Reunião virtual com os Juízes Eleitorais para apresentação da plataforma Radar (acesso, navegação, possíveis consultas), que reúne os diversos painéis BI de gestão cartorária e produtividade processual.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)A mesma feita no IE 07, IE13 e IE15.

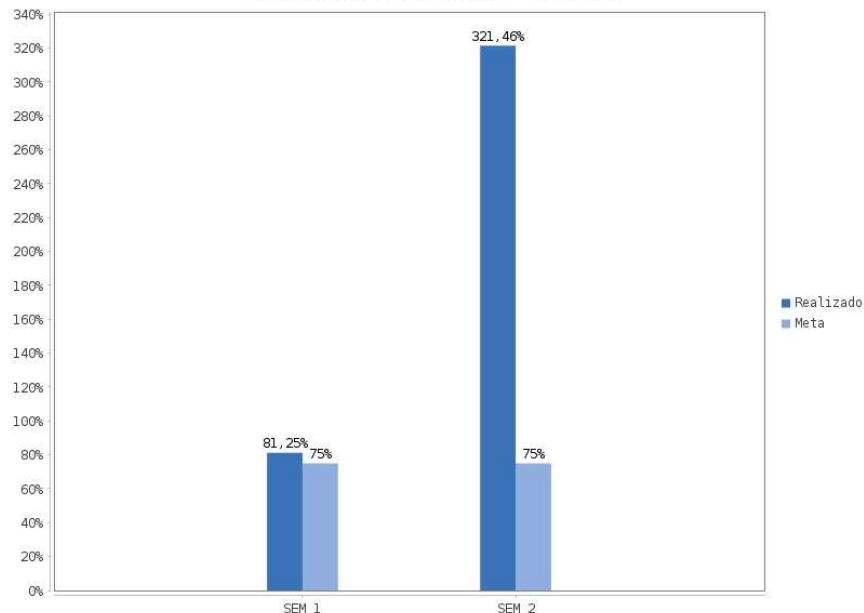
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas- Projeto "Foco nas Ações Penais", com a finalidade de auxiliar as zonas eleitorais na diminuição do acervo processual desta referida classe.

de Riscos associados ao objetivo. Aumento do acervo processual devido à morosidade na prestação jurisdicional, além do risco de interferência no processo eleitoral quando se trata de inelegibilidade de candidatos.

IE 18A - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau

Desempenho do Período: 428,61%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASJUPR.

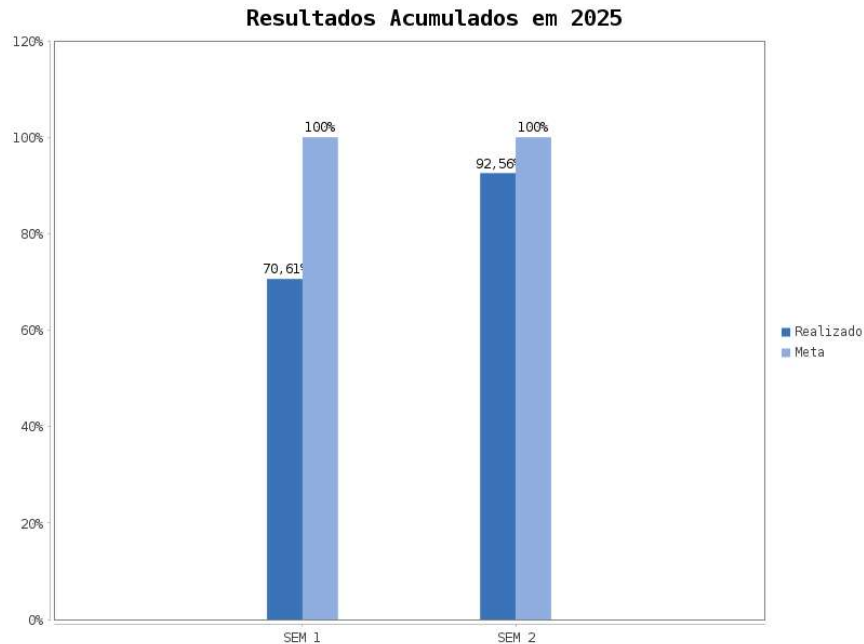
Análise de contexto.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo).

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo.

OE 06 - Promover a educação eleitoral e a participação cidadã**Desempenho do Período: 92,56%****Responsável: SPINS.**

Análise de contexto Houve um aumento dos números atingidos pelas ações socioeducativas devido à estabilização do setor pós reestruturação da EJE e mudança de gestão. Consequente os atraso na publicação do aviso de convocação de magistrado para participação no Programa TRE Vai à Escola fizeram com que a maior parte das ações se concentrassem no segundo semestre de 2025. Também ficaram concentradas no segundo semestre as ações do programa #PartiuVotar.

O Programa Eleitor do Futuro teve uma diminuição em relação ao primeiro semestre devido à concentração da euípe nos outros dois programas.

Já o Programa Visitas ao TRE também teve um aumento no numero de ações, porém não tão expressivo.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Foram realizadas, no total, 75 ações socioeducativas por parte e/ou com apoio desta EJE, no formato presencial, totalizando cerca de 4.880 alunos alcançados no segundo semestre, a saber:

Programa "Eleitor do Futuro" - alcançou cerca de 1.625 estudantes fluminenses nos meses de julho a dezembro; ao todo foram realizadas 18 ações direcionadas a estudantes dos ensinos Fundamental e Médio; Programa "TRE Vai à Escola" - alcançou cerca de 13.179 estudantes fluminenses nos meses de julho a dezembro; ao todo foram realizadas 216 ações; Projeto "Visitas ao TRE" - em 2 ação realizada na sede do TRE/RJ uma em agosto e outra em outubro, alcançou cerca de 16 pessoas do Centro Municipal de Referência da Pessoa com Deficiência de Santa Cruz e 15 alunos universitários. Programa "#PartiuVotar" - 9 ações no total, sendo 2 no mês de outubro em Barra do Piraí, 4 no mês de outubro em Petrópolis e 3 no mês de novembro em Teresópolis; ao todo atingiu o total 3.765 alunos nas palestras e 1.301 alistamentos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A tendência é os números enfrentarem uma piora em geral no ano de 2026 por se tratar de um ano eleitoral. As convocações para o TRE Vai a escola passar de 2 para 1 por zona eleitoral e as ações do #PartiuVotar passar de 3 para 1.

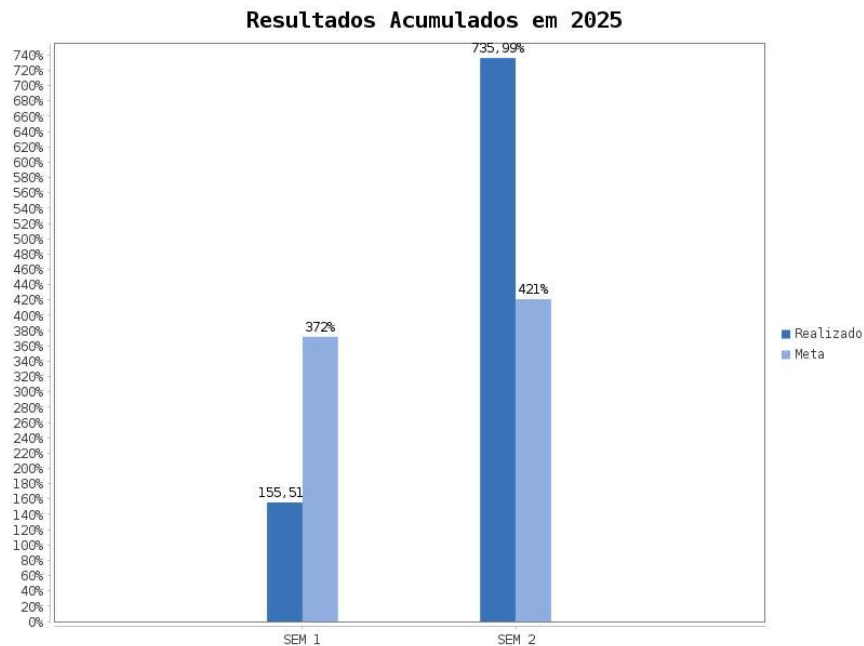
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Como proposta de melhoria de desempenho das ações pretendemos promover:

Um melhor planejamento das ações presenciais, de modo a serem diluídas mais proporcionalmente ao longo dos meses; Maior divulgação do Projeto "Visitas ao TRE" Divulgação do Programa TRE Vai à Escola para os magistrados, com palestra de sensibilização; Expectativa de criação de um novo projeto socioeducativo. Elaboração de novos materiais paradidáticos

Riscos associados ao objetivo Interrupção das atividades escolares em razão de greve na rede pública de ensino e diminuição do número de palestrantes voluntários. E diminuição da força de trabalho disponível por conta da eleição.

IE 19 - Taxa de estudantes atendidos em ações socioeducativas

Desempenho do Período: 174,82%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SPINS.

Análise de contexto Houve um aumento dos números atingidos pelas ações socioeducativas devido à estabilização do setor pós reestruturação da EJE e mudança de gestão. Consequente os atraso na publicação do aviso de convocação de magistrado para participação no Programa TRE Vai à Escola fizeram com que a maior parte das ações se concentrassem no segundo semestre de 2025. Também ficaram concentradas no segundo semestre as ações do programa #PartiuVotar.

O Programa Eleitor do Futuro teve uma diminuição em relação ao primeiro semestre devido à concentração da euípe nos outros dois programas.

Já o Programa Visitas ao TRE também teve um aumento no numero de ações, porém não tão expressivo.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Foram realizadas, no total, 75 ações socioeducativas por parte e/ou com apoio desta EJE, no formato presencial, totalizando cerca de 4.880 alunos alcançados no segundo semestre, a saber:

Programa "Eleitor do Futuro" - alcançou cerca de 1.625 estudantes fluminenses nos meses de julho a dezembro; ao todo foram realizadas 18 ações direcionadas a estudantes dos ensinos Fundamental e Médio; Programa "TRE Vai à Escola" - alcançou cerca de 13.179 estudantes fluminenses nos meses de julho a dezembro; ao todo foram realizadas 216 ações; Projeto "Visitas ao TRE" - em 2 ação realizada na sede do TRE/RJ uma em agosto e outra em outubro, alcançou cerca de 16 pessoas do Centro Municipal de Referência da Pessoa com Deficiência de Santa Cruz e 15 alunos universitários. Programa "#PartiuVotar" - 9 ações no total, sendo 2 no mês de outubro em Barra do Piraí, 4 no mês de outubro em Petrópolis e 3 no mês de novembro em Teresópolis; ao todo atingiu o total 3.765 alunos nas palestras e 1.301 alistamentos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A tendência é os números enfrentarem uma piora em geral no ano de 2026 por se tratar de um ano eleitoral. As convocações para o TRE Vai a escola passar de 2 para 1 por zona eleitoral e as ações do #PartiuVotar passar de 3 para 1.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Como proposta de melhoria de desempenho das ações pretendemos promover:

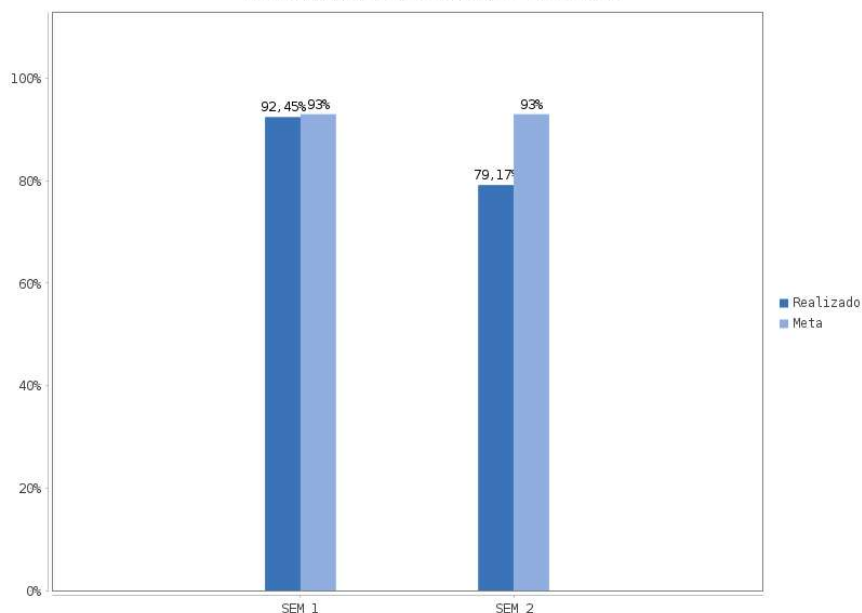
Um melhor planejamento das ações presenciais, de modo a serem diluídas mais proporcionalmente ao longo dos meses; Maior divulgação do Projeto "Visitas ao TRE" Divulgação do Programa TRE Vai à Escola para os magistrados, com palestra de sensibilização; Expectativa de criação de um novo projeto socioeducativo. Elaboração de novos materiais paradidáticos

Riscos associados ao objetivo Interrupção das atividades escolares em razão de greve na rede pública de ensino e diminuição do número de palestrantes voluntários. E diminuição da força de trabalho disponível por conta da eleição.

IE 20 - Taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas

Desempenho do Período: 85,13%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SPINS.

Análise de contexto A taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas é influenciada pelo número de cancelamentos, que nos últimos anos tem sido mais recorrentes no Programa TRE Vai à Escola. Como a publicação do ato Conjunto demorou, a taxa de atendimento diminuiu no segundo semestre, pois houve um grande aumento nessas ações, e consequentemente em seus cancelamentos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Foram realizadas, no total, 75 ações socioeducativas por parte e/ou com apoio desta EJE, no formato presencial, totalizando cerca de 4.880 alunos alcançados no segundo semestre, a saber:

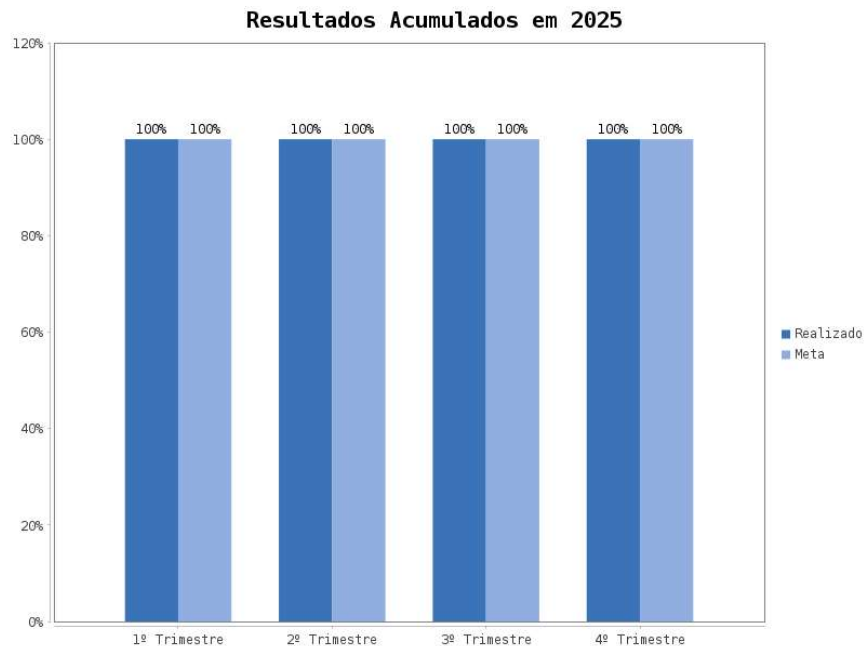
Programa "Eleitor do Futuro" - alcançou cerca de 1.625 estudantes fluminenses nos meses de julho a dezembro; ao todo foram realizadas 18 ações direcionadas a estudantes dos ensinos Fundamental e Médio; Programa "TRE Vai à Escola" - alcançou cerca de 13.179 estudantes fluminenses nos meses de julho a dezembro; ao todo foram realizadas 216 ações; Projeto "Visitas ao TRE" - em 2 ações realizadas na sede do TRE/RJ uma em agosto e outra em outubro, alcançou cerca de 16 pessoas do Centro Municipal de Referência da Pessoa com Deficiência de Santa Cruz e 15 alunos universitários. Programa "#PartiuVotar" - 9 ações no total, sendo 2 no mês de outubro em Barra do Piraí, 4 no mês de outubro em Petrópolis e 3 no mês de novembro em Teresópolis; ao todo atingiu o total 3.765 alunos nas palestras e 1.301 alistamentos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A tendência é que a taxa se mantenha estável, pois provavelmente as ações do TRE Vai à Escola devem ser distribuídas de maneira mais uniforme ao longo do ano.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Como proposta de melhoria de desempenho das ações pretendemos promover:

Um melhor planejamento das ações presenciais, de modo a serem diluídas mais proporcionalmente ao longo dos meses; Maior divulgação do Projeto "Visitas ao TRE" Divulgação do Programa TRE Vai à Escola para os magistrados, com palestra de sensibilização; Expectativa de criação de um novo projeto socioeducativo. Elaboração de novos materiais pedagógicos

Riscos associados ao objetivo Diminuição do número de palestrantes voluntários e dependência da agenda dos magistrados.

OE 07 - Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional**Desempenho do Período: 100,00%****Responsável: COSOC.**

Análise de contextoO objetivo estratégico 07 alcançou desempenho classificado como ótimo no ano de 2025. Todos os indicadores que compõem o objetivo também alcançaram desempenho ótimo.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosEm que pese não ser ano eleitoral, registramos, em 2025, 228 atendimentos à imprensa. Permanece em vigor a iniciativa de solicitar a extensão do prazo para a resposta, sempre que possível.

Os protocolos habituais (monitoramento das mensagens recebidas frequentemente para ter acesso às demandas de imprensa tão logo elas são enviadas e manutenção da caixa do correio eletrônico sempre aberta durante o horário de expediente) foram mantidos.

Foram publicadas 245 notas no site institucional em 2025.

No total, 2.024 matérias sobre o TRE-RJ foram publicadas na imprensa em 2025, fruto de releases enviados e relacionamento estabelecido com os veículos de comunicação. Isso contribui para a disseminação do conhecimento eleitoral e no acesso a informações sobre a instituição e suas ações.

Nas Redes Sociais, foi mantido o desempenho significativo. Foi mantida a aposta nas tendências (trends) nas redes, com postagens adaptadas para divulgar os serviços eleitorais e nossas campanhas, o que gerou diversas outras ações de impacto, tais como: personagem do "tiozão GenZ", cujo vídeo do "unboxing" de uma zona eleitoral alcançou grande êxito; produção de conteúdo voltado para os fãs da cultura pop coreana (k-pop), de perfil jovem e extremamente engajado nas redes sociais.; criação da campanha "Os Ama Filas", para incentivar a ida antecipada de eleitoras e eleitores às zonas eleitorais.

Destaque também para a realização de collabs (como a realizada com o Fluminense por ocasião do uso da urna eletrônica nas eleições do clube) e o uso de impulsionamento para algumas postagens, com resultados muito expressivos, em especial no último trimestre. Graças a essa estratégia bem sucedida, pelo segundo ano consecutivo o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) conquistou o terceiro lugar no ranking de envolvimento nas redes sociais entre as instituições do Poder Judiciário.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)A tendência neste ano eleitoral é de aumento no índice das Redes Sociais, considerando o aumento do interesse sobre o tema.

Quanto às demandas da imprensa, a tendência é que o quantitativo aumente por se tratar de ano eleitoral. Cabe salientar que o setor já trabalha ordinariamente com um efetivo de servidores inferior às suas demandas, de modo que qualquer situação fora da normalidade, como picos de demandas e férias de servidor, pode ser determinante para a diminuição do desempenho.

As ações relacionadas ao IE 21 - Taxa de inserções positivas na imprensa tendem à manutenção da estabilidade nos resultados, conforme tem ocorrido nos últimos anos.

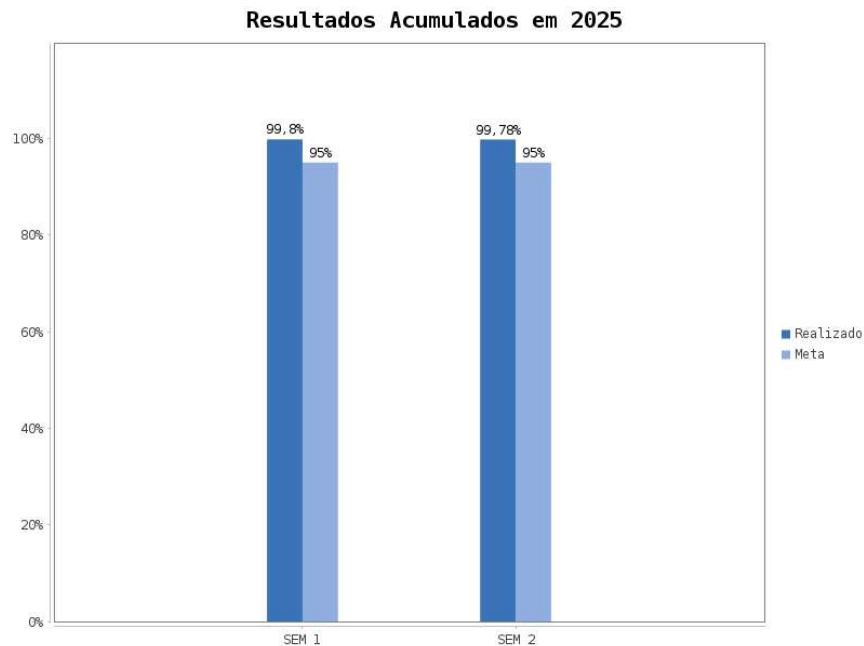
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasManter a estratégia de pesquisa de trends e de uso da urna eletrônica como personagem nas redes sociaisBuscar parcerias para realização de collabs no InstagramPromover postagens por meio de impulsionamento (posts pagos)Identificação de posts/temas que obtiveram bom alcance junto ao público, de modo a

nortear a elaboração/publicação de posts no futuro

Riscos associados ao objetivo Falta de padrão rotineiro e seguro de atendimento aos jornalistas dentro do prazo, por falta de estrutura de pessoal, em virtude do reduzido quantitativo de servidores lotados no setor Queda no interesse do público pelas mídias sociais. Mudanças nos algoritmos das empresas de mídia social.

IE 21 - Taxa de inserções positivas na imprensa

Desempenho do Período: 105,03%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECJOR.

Análise de contextoNo segundo semestre de 2025, essa taxa apresentou ótimo desempenho, com 99,78%, acima da meta prevista de 95%. A meta foi alcançada em todos os seis meses, obtendo um desempenho geral de 105,03%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosAs ações principais são a publicação das notas jornalísticas no site, o envio das mesmas para o mailing (lista de email da imprensa), assim como a resposta, sempre que possível dentro do prazo sugerido, das demandas de imprensa. Com essas ações disponibilizamos conteúdo de interesse público e prestamos o esclarecimento aos jornalistas, o que contribui para a publicação de matérias nos veículos de imprensa.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)A tendência é que a taxa continue se apresentando de forma satisfatória ou ótima, como historicamente ela se apresenta.

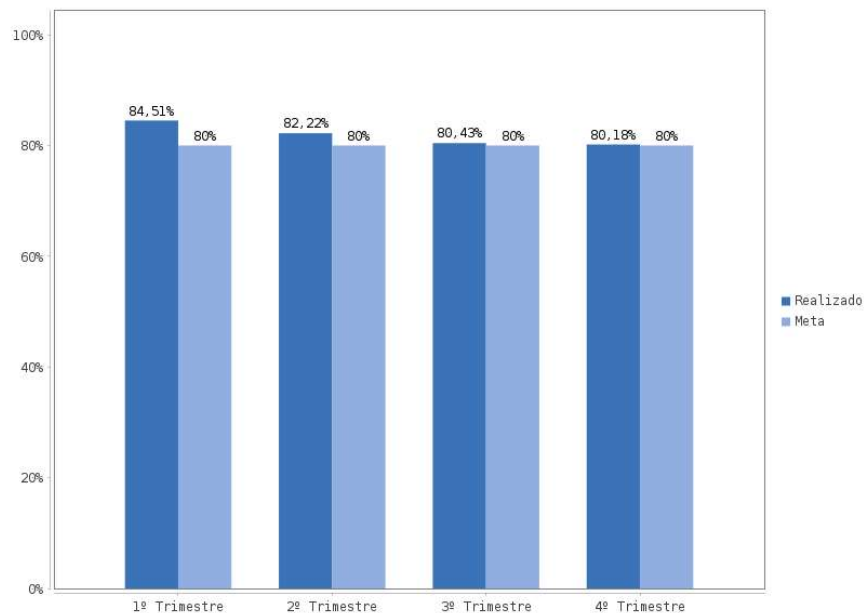
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasNão há nenhuma proposta prevista tendo em vista que a taxa apresenta percentual bem próximo dos 100%.

Riscos associados ao objetivoÉ importante que a Administração sempre trabalhe com planejamento e gerenciamento de riscos para evitar crises, que costumam ter repercussão negativa na imprensa, maculando a imagem da instituição.

IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo

Desempenho do Período: 100,22%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECJOR.

Análise de contextoNo quarto trimestre de 2025, a taxa das demandas de jornalistas respondidas dentro do prazo teve registro de 80,18%, pouco acima, portanto, da meta de 80%, estabelecida para o período. O percentual de alcance da meta está em 100,22%, o que é considerado ótimo em termos de desempenho.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosNão foi realizada nenhuma ação específica. No entanto, foram mantidos os protocolos gerais do setor, como manutenção da caixa do correio eletrônico sempre aberta durante o horário de expediente e monitoramento constante das mensagens.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Com a chegada do fechamento do cadastro eleitoral haverá um aumento do volume das demandas jornalísticas, o que representa um grande desafio, uma vez que o setor conta apenas com dois servidores.

Das 43 demandas recebidas, 34 não foram atendidas no prazo. Dessas, três foram recebidas fora do horário de expediente; três foram solicitadas com prazos exíguos, uma foi encaminhada ao setor técnico sem retorno dentro do prazo, uma não foi respondida no prazo por conta do volume de trabalho, e uma foi encaminhada para a Coordenadoria de Comunicação Social para análise sem retorno dentro do prazo.

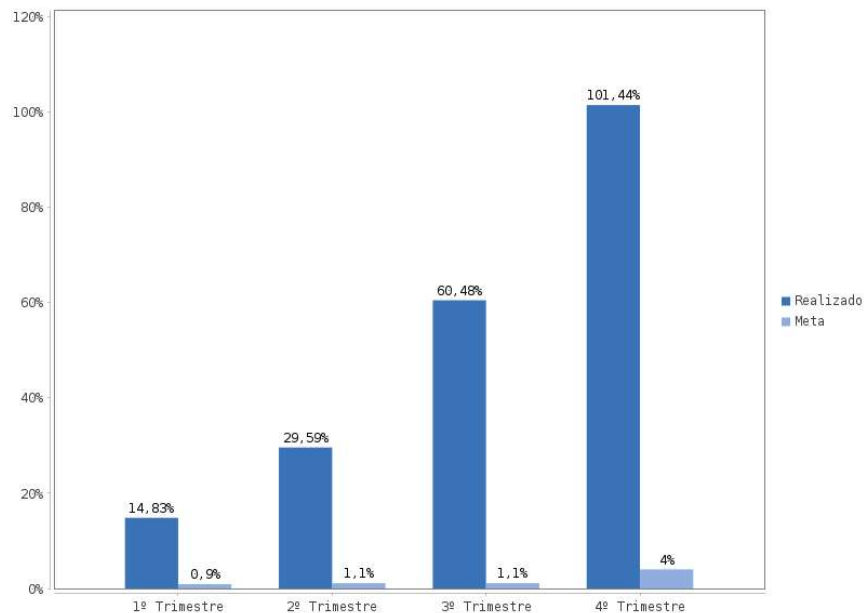
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasNão há, no momento, nenhuma proposta de melhoria.

Riscos associados ao objetivoÉ fundamental que tenhamos mais estrutura de pessoal para que possamos obter um padrão rotineiro e seguro de atendimento aos jornalistas dentro do prazo, sem correremos riscos, devido a circunstâncias eventuais, como a necessidade de cobertura de eventos externos.

IE 24 - Taxa de alcance das mídias sociais

Desempenho do Período: 2.535,90%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECAMP.

Análise de contextoAs ações realizadas neste ano inserem-se num contexto em que o interesse do público pelos temas de atuação da Justiça Eleitoral tende a ser reduzido, por se tratar de ano não eleitoral.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosNeste período, não obstante os desafios relacionados ao contexto já mencionado, conseguimos manter um desempenho bast ante significativo nas redes. Isso se deve às iniciativas

desta Secamp, que, além de continuar apostando nas tendências (trends) nas redes, com postagens adaptadas para divulgar os serviç os eleitorais e nossas campanhas, criou diversas outras ações de impacto, tais como: personagem do "tiozão GenZ", cujo vídeo do "unboxing" de uma zona eleitoral alcançou grande êxito; produção de conteúdo voltado para os fãs da cultura pop coreana (k-pop), de perfil jovem e extremamente engajado nas redes sociais.; criação da campanha "Os Ama Filas", para incentivar a ida antecipada de eleitoras e eleitores às zonas eleitorais. Importante destacar também a realização de collabs (como a realizada com o Fluminense por ocasião do uso da urna eletrônica nas eleições do clube) e o uso de impulsionamento para algumas postagens, com resultados muito expressivos, em especial no último trimestre. Graças a essa estratégia bem sucedida, pelo segundo ano consecutivo o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) conquistou o terceiro lugar no ranking de envolvimento nas redes sociais entre as instituições do Poder Judiciário. Ao longo dos 12 meses de 2025, o Tribunal ficou atrás apenas do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de acordo com levantamento da plataforma SocialMediaGov.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)A tendência é de melhora nos índices, uma vez que 2026 é um ano eleitoral, quando o interesse do público pelo tema aumenta bastante.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasManter a estratégia de pesquisa de trends e de uso da urna eletrônica como personagem

Buscar parcerias para realização de collabs no Instagram

Promover postagens por meio de impulsionamento (posts pagos)

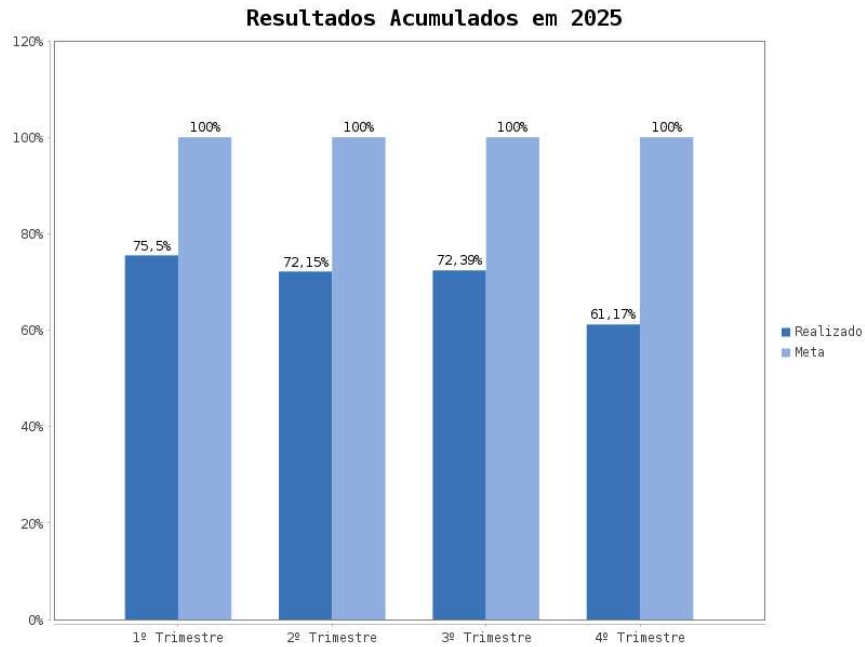
Identificação de posts/temas que obtiveram bom alcance junto ao público, de modo a nortear a elaboração/publicação de posts no futuro.

Riscos associados ao objetivoQueda no interesse do público pelas mídias sociais.

Mudanças nos algoritmos das empresas de mídia social.

OE 08 - Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional

Desempenho do Período: 61,17%



Responsável: SGPR.

Análise de contextoFechado pela ASSTEC.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela ASSTEC.

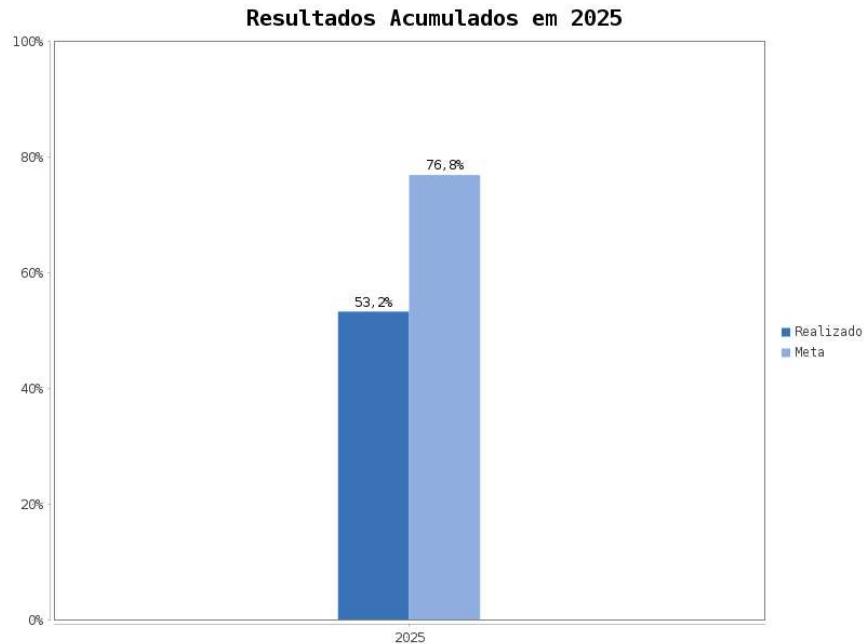
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela ASSTEC.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela ASSTEC.

Riscos associados ao objetivoFechado pela ASSTEC.

IE 26 - Índice de aprimoramento da governança institucional

Desempenho do Período: 69,27%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CPLAN.

Análise de contextoO iGovPub (Índice de Governança Pública), utilizado em levantamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) para medir a capacidade de governança das organizações públicas, integra dados focados na liderança, estratégia e controle.

Em 2025, não foi realizado o levantamento por parte daquele Tribunal de Contas.

Portanto, o resultado da autoavaliação manteve-se inalterado (53,2%).

Ações realizadas no último período e resultados obtidosProsseguimento das ações voltadas ao desenvolvimento das competências dos membros da alta administraçãoà gestão de riscosao monitoramento da execução da estratégiaà publicação de dados e prestação de contas à sociedadeà disponibilidade de canais de denúnciaao acompanhamento dos resultados de auditoria interna

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Diante da ausência de um plano voltado para o aprimoramento da governança, a tendência é de estabilidade.

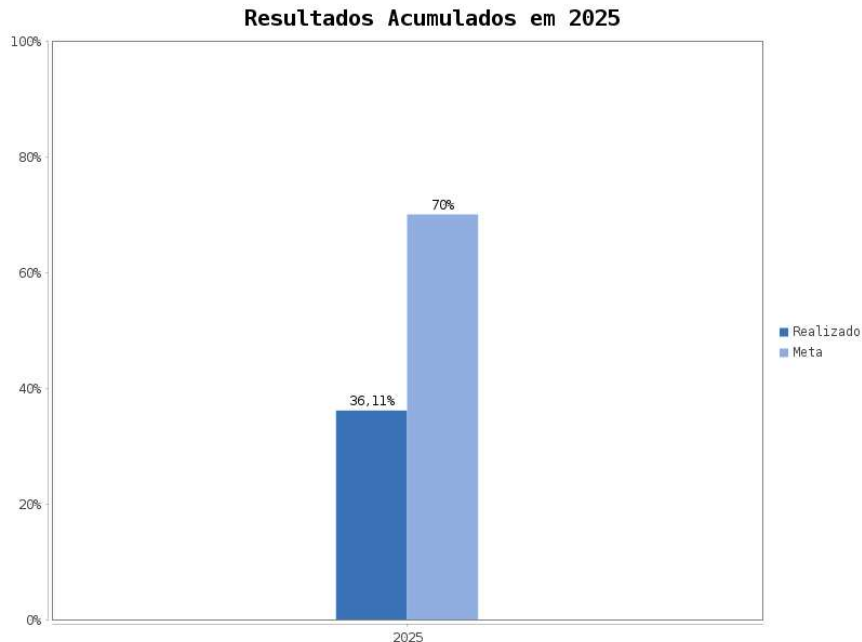
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasA boa governança tem o potencial de melhorar a tomada de decisões, aumentar a transparência e a ética, otimizar a gestão de riscos e garantir a conformidade legal, resultando em maior confiança, eficiência, responsabilidade e valor para a sociedade.

Diante da relevância da governança para a sustentabilidade e sucesso da organização, propõe-se a elaboração de um plano institucional voltado para o aprimoramento da governança, utilizando-se, como base, os critérios adotados pelo Tribunal de Contas da União.

Riscos associados ao objetivoDados descentralizados e pouco acessíveis para a tomada de decisões estratégicas.

IE 27 - Taxa de Maturidade da Execução da Estratégia

Desempenho do Período: 51,59%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CPLAN.

Análise de contexto

O IE 27 é um indicador estratégico inédito, trazido pelo atual Plano Estratégico 2021- 2026. Em seu terceiro ano de medição, o objetivo é alavancar a maturidade na execução da estratégia no TRE-RJ, identificando pontos que precisam ser aprimorados.

A mensuração do indicador ocorre a partir da pontuação obtida em questionário composto por 18 itens especificados na ficha técnica do indicador, embasado em boas práticas de gestão. As questões envolvem temas como realização das Reuniões de Análise Crítica (RACs), percentual de unidades com o desdobramento da estratégia implementado, mapeamento de processos críticos e finalísticos, incremento do desempenho do TRE-RJ no IDPLS, posicionamento do TRE-RJ no ranking do segmento da Justiça Eleitoral do Balanço de Sustentabilidade do Poder Judiciário, dentre outros.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos¹. Realização de pesquisa do diagnóstico estratégico, que teve o intuito de coletar opiniões de magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as) sobre a estratégia do Tribunal para subsidiar a elaboração do Plano Estratégico 2027-2032 (Processo SEI nº 2025.0.000026937-9).

2. Todos os processos finalísticos de 2º nível possuem alguma RC ou RAD relacionada, tendo, portanto, algum nível de mapeamento vinculado.

3. Realização de reunião trimestral com os gerentes de projeto durante o ano de 2025.

4. Incremento do desempenho interno no IDPLS em mais de 5 pontos percentuais Obs.: Para acompanhar a periodicidade do IDS, foram comparados o IDPLS de 2024 (82,32%) e de 2023 (58,64%).

5. Todos os projetos constantes no Portfólio em 2025 estavam aderentes à metodologia, possuindo, pelo menos, TAP e PGP.

6. Conquista do 10º lugar no ranking do segmento da Justiça Eleitoral do Balanço de Sustentabilidade do Poder Judiciário.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Pela análise das perguntas que compõem o IE 27, o indicador encontra-se defasado frente ao atual contexto. O ideal seria reestruturar o indicador no sentido de analisar a pertinência de cada questão atual que compõe o IE 27 e a relevância de serem incluídos outros temas para medir a maturidade na execução da estratégia do TRE-RJ. No entanto, recomenda-se a manutenção do indicador na forma como já é medido, considerando os seguintes pontos: a) o fato de 2026 ser o último ano de medição do atual Plano Estratégico; b) a preservação do histórico de medição da forma como é calculado.

Ressalta-se que o trabalho para avançar na maturidade da estratégia pode continuar sendo feito e tratado no âmbito do próximo Plano Estratégico (2027-2032) de forma que melhor reflita o que o Tribunal precisa alcançar nos anos subsequentes.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas a) Aprovar a matriz de gestores de processos e criticidade e a definição dos processos críticos de negócio.

Obs.: Essas ações são pré-requisitos para as questões abaixo:

Questão 7 - Qual o percentual de processos críticos de negócio que possuem mapeamento de processos? Questão 9 - Qual

o percentual de processos críticos de negócio somados aos finalísticos não críticos que possuem gestores formalmente atribuídos?
Questão 10 - Qual o percentual de processos críticos de negócio com a identificação de todos os sistemas de informação que os suportam? Questão 11 - Qual o percentual de processos críticos de negócio somados aos finalísticos não críticos que estão sendo monitorados? b) Definir os critérios para priorização dos projetos que irão compor o portfólio estratégico.

Obs.: A ação está relacionada à questão 18 (Em relação ao uso de critérios para priorização dos projetos que irão compor o portfólio estratégico).

c) Capacitar servidores em Gestão de Projetos.

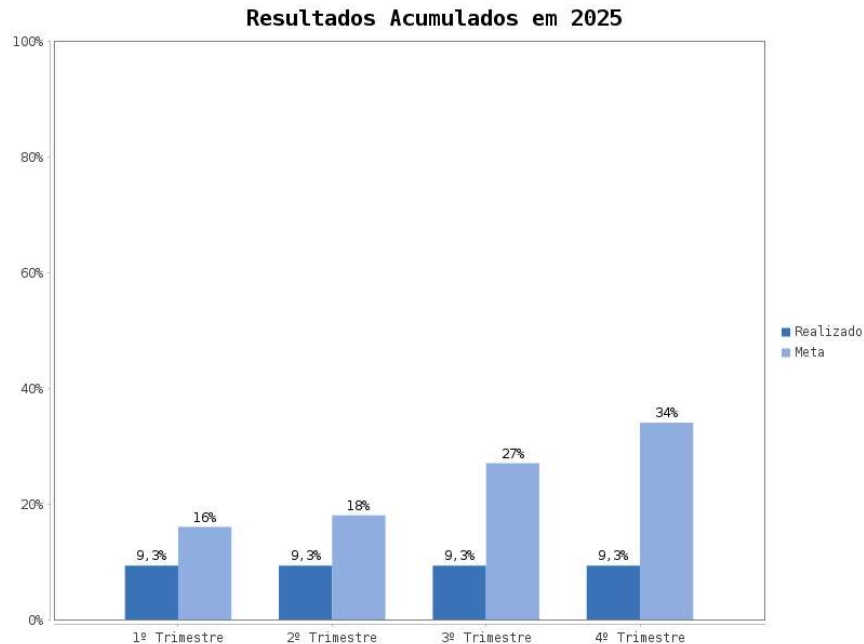
Obs.: A ação está relacionada à questão 14 (Com o intuito de modificar a cultura organizacional acerca de Gestão de Projetos, a instituição capacitou 10% dos servidores?). Em 2025, não houve capacitação de servidores em Gestão de Projetos.

d) Realizar o projeto piloto do desdobramento da estratégia (Questão 6 - Qual o percentual de unidades com desdobramento da estratégia implementado?)

e) Reestruturar o Modelo de Governança da Gestão Estratégica.

Riscos associados ao objetivo 1. Não aprovação institucional de frentes de trabalho que impactam diretamente o questionário aplicado.

2. Alta demanda das áreas em função do período eleitoral.



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASGERI.

Análise de contextoNo último período não houve nenhum avanço na implantação da gestão de riscos nos processos, permanecendo os mesmos 4 (quatro) processos de segundo nível com a gestão de riscos implementada: 1) Gerir contratações; 2) Gerir ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação; 3) Gerir operações de TI; 4) Gerir desenvolvimento e implantação de soluções de TI.

A gestão dos riscos de segurança da informação está em fase avançada de implementação, aguardando a identificação e análise dos riscos por parte das áreas responsáveis. Há expectativa de finalização desta etapa ainda no primeiro trimestre de 2026. A implantação da gestão de riscos de assédio e discriminação ainda não foi retomada, havendo previsão de que seja reiniciada em abril com conclusão prevista para setembro.

A implantação da gestão de riscos dos processos de eleição ainda não foi iniciada, havendo previsão no plano de melhoria da gestão de riscos de que ocorra ao longo de 2026, conforme deliberado na última reunião do Comitê de Gestão de Riscos.

Já os monitoramentos dos riscos de contratações e de TIC continuam sendo executados pelos respectivos gestores e divulgados no Portal de Riscos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosNão há ações ou resultados a destacar no último período.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)O indicador permanece com tendência de piora, podendo ocorrer uma ligeira melhora se implementadas todas as atividades previstas nos processos de segurança da informação; assédio e discriminação e eleições.

Ainda assim, não será suficiente para o alcance das metas previstas.

Mantém-se a análise de que os maiores desafios para a ampliação do número de processos alcançados estão associados tanto aos recursos necessários quanto à cultura institucional. Em 2026, o direcionamento dos esforços institucionais para a realização das eleições provavelmente também impactará na mobilização de gestores e servidores para a execução das atividades voltadas à implantação da gestão de riscos.

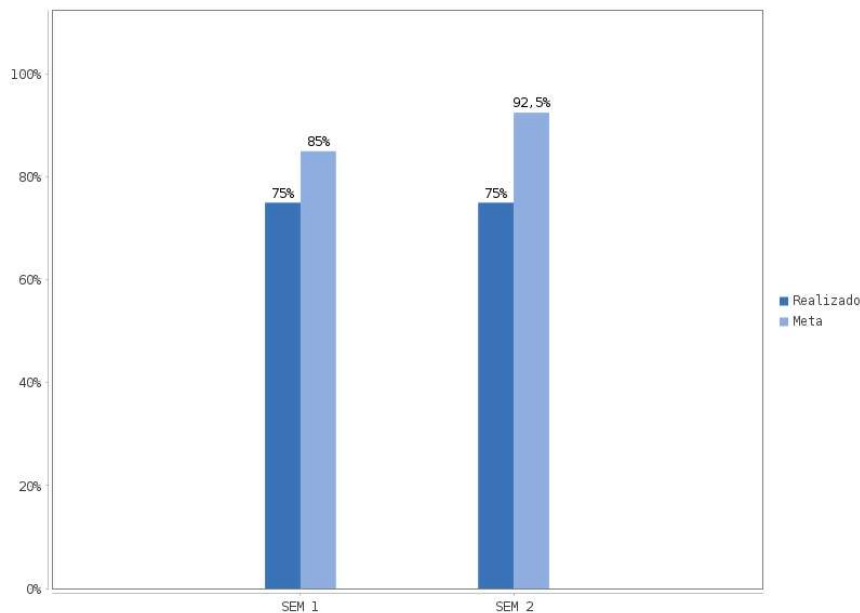
No aspecto dos recursos para a gestão de riscos, no último trimestre foi realizada pelo TSE a licitação por registro de preços para aquisição de ferramenta informatizada, a qual está em fase de análise da documentação. Uma ferramenta informatizada é essencial para que a gestão de riscos seja integrada e possa de fato auxiliar na entrega de valor pelo Tribunal. Vislumbra-se, portanto, que a aquisição da ferramenta por este regional beneficiará a médio prazo o avanço da gestão de riscos.

Além disso, recentemente, uma nova servidora foi integrada à equipe da ASGERI - que hoje conduz e dá suporte para a implantação da gestão de riscos nos diversos processos do Tribunal. Este reforço, a médio prazo, contribuirá para que a equipe possa suportar novas implementações de gestão de riscos.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasPriorização pela alta gestão e unidades envolvidas da implantação da gestão de riscos de segurança da informação; da gestão de riscos dos processos de eleição e da gestão de riscos de assédio e discriminação;Implantação de sistema de gestão de riscos, a fim de que se possibilite o registro de todas as informações

sobre os riscos do Tribunal, facilitando a disseminação das práticas de gestão de riscos e permitindo uma visão integrada e sistêmica dos dados e informações.

Riscos associados ao objetivo Mudanças na Arquitetura de Processos, que diminuam ou aumentem o quantitativo de processos de segundo nível; Alteração dos gestores dos processos que possuem gestão de riscos implementada; Indisponibilidade das unidades envolvidas na implementação da gestão de riscos dos processos priorizados.

IE 29 - Taxa de aprimoramento da gestão de riscos e controles internos**Desempenho do Período: 81,08%****Resultados Acumulados em 2025****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASGERI.**

Análise de contexto O indicador busca demonstrar o aprimoramento da gestão de riscos no TRE-RJ a partir da avaliação da adoção de práticas a ela vinculadas. A gestão de riscos no Tribunal está regulamentada pela Política de Gestão de Riscos do TRE-RJ, revisada pela Resolução nº 1.348/2024.

Não obstante as práticas contempladas no indicador ainda continuem servindo de diretriz para a execução das ações necessárias à estruturação da gestão de riscos do TRE-RJ, o resultado dos ciclos de aprimoramento previstos na política revisada pode trazer novos direcionamentos que poderão interferir no desempenho do indicador.

O Plano de Melhoria da Gestão de Riscos do TRE-RJ 2025-2026, aprovado na segunda reunião do CGERI consolidou as ações planejadas para o biênio 2025-2026 visando à ampliação e à melhoria da gestão de riscos do TRE-RJ.

São elas:

Projeto de implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ; Implantação da gestão de riscos de segurança da informação; Implantação da gestão de riscos relacionados a assédio e discriminação; Revisão do Manual de Gerenciamento de Riscos do TRE-RJ; Integração da gestão de riscos ao processo de formulação da estratégia 2027-2032; Implantação da gestão de riscos dos processos de eleição; Implantação do sistema informatizado de gestão de riscos. No primeiro semestre de 2025 houve melhora no desempenho do indicador impulsionada pelo avanço nos quesitos relacionados ao ciclo de aprimoramento da estrutura de gestão de riscos e ao monitoramento da estrutura de gestão de riscos pela mais alta instância interna de governança, permanecendo estável no segundo semestre.

Ao longo do ano foi aprovado o plano bianual de melhoria da gestão de riscos, assim como iniciada a auditoria de avaliação da maturidade de gestão de riscos do TRE-RJ, que será realizada periodicamente e servirá como instrumento para a avaliação e a supervisão previstas na Política de Gestão de Riscos do TRE-RJ.

Salienta-se que apenas este último e o quesito relacionado à utilização das informações resultantes do processo de gestão de riscos pelas instâncias internas de governança podem melhorar no exercício. Os demais quesitos requerem a implantação da gestão de riscos de uma forma ampla no TRE-RJ e a implantação do plano de continuidade de negócios, não havendo diretriz nem disponibilidade de ferramentas e recursos que possibilitem estas implantações.

No entanto, mesmo para a utilização das informações resultantes do processo de gestão de riscos pelas instâncias internas de governança, permanece o entendimento de que a melhoria do nível de aderência dependerá do envolvimento das áreas envolvidas nas gestões de riscos implementadas, bem como do aperfeiçoamento da comunicação e governança da gestão de riscos em tais casos.

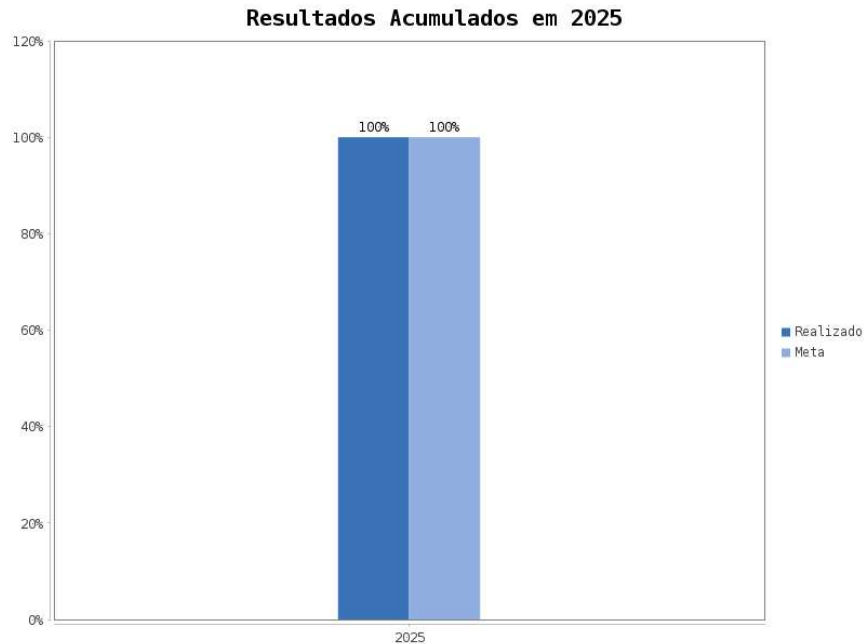
Frisa-se, ainda, a observação sobre a impossibilidade prática de atendimento integral ao quesito 3. Controles internos para reduzir os riscos críticos identificados estão implantados. Conforme registrado na variável, a implementação de controles dos riscos críticos se dá de maneira contínua, ou seja, na medida que um é implementado, outro é planejado e posto em implementação e assim por diante. Neste ponto foi sugerida a revisão das metas neste quesito, até que o indicador seja reformulado.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosAprovação do Plano de Melhoria da Gestão de Riscos do TRE-RJ 2025-2026;Auditoria de avaliação da maturidade de gestão de riscos do TRE-RJ.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Há uma tendência de melhora do indicador, caso as práticas de gestão de riscos nas instâncias internas de governança se ampliem e aprimorem com a execução de todas as atividades previstas na Política de Gestão de Riscos revisada.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasManter a pauta fixa, nas reuniões dos Comitês de Governança da Tecnologia da Informação e de Governança de Contratações, envolvendo o reporte dos riscos de TI e de contratações, respectivamente;Incorporar a prática de reporte dos riscos de segurança da informação ao Comitê de Segurança da Informação quando finalizadas as atividades de implantação de tais riscos;Aperfeiçoar a estrutura e atribuições da Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno.

Riscos associados ao objetivoIndisponibilidade de recursos que atrasem ou impeçam a ampliação da implantação do gerenciamento de riscos na organização;Prioridades estabelecidas pela alta administração que atrasem ou impeçam a implementação das ações planejadas para impulsionamento da gestão de riscos na organização;Resistência por parte dos gestores para adoção das práticas de gestão de riscos;Mudanças nas equipes de apoio à gestão que acarretem a perda do conhecimento técnico necessário à gestão de riscos na respectiva área.

IE 30 - Taxa de auditorias que alcançaram o padrão mínimo de qualidade**Desempenho do Período: 100,00%**

Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: GABSAU.

Análise de contexto1. Contexto

O indicador IE-30 atingiu o status de excelência em 2025, alcançando a meta de 100% de auditorias em conformidade com o padrão de qualidade estabelecido. Este padrão, definido pelo Programa de Qualidade da Auditoria Interna (PQAI) conforme a Portaria SAU 1/2022, fundamenta-se na avaliação multidimensional de diversas partes interessadas, incluindo unidades auditadas, equipes e supervisores.

O PQAI assegura a integridade de etapas críticas como planejamento, execução, comunicação dos resultados e o relacionamento profissional com as unidades, além de atestar o preparo técnico da equipe. Desde a implementação do Plano Estratégico 2021-2026, o IE-30 mantém desempenho sólido, contribuindo diretamente para o Objetivo Estratégico OE-08: “Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional”.

Para o cálculo do indicador foram consideradas as auditorias finalizadas no ano de 2025 e com a aplicação do questionário de qualidade realizado.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos2. Ações realizadas e resultados em 2025

Em julho de 2025, concluiu-se a Autoavaliação periódica de qualidade baseada no modelo internacional Internal Audit Capability Model (IA-CM) for the Public Sector. O resultado reforçou o alto grau de maturidade da auditoria interna do TRE-RJ, que apresenta índices de cumprimento de 79% para o Nível 2 (Infraestrutura) e 75% para o Nível 3 (Integrado). Esses índices demonstram que a instituição está próxima de alcançar a integralidade dos níveis almejados pelo PQAI.

A partir desses diagnósticos, a SAU está capitaneando a elaboração de um plano de ação para institucionalizar as atividades essenciais remanescentes, elevando ainda mais a capacidade técnica e o suporte consultivo oferecido ao Tribunal.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)3. Tendência e desafios

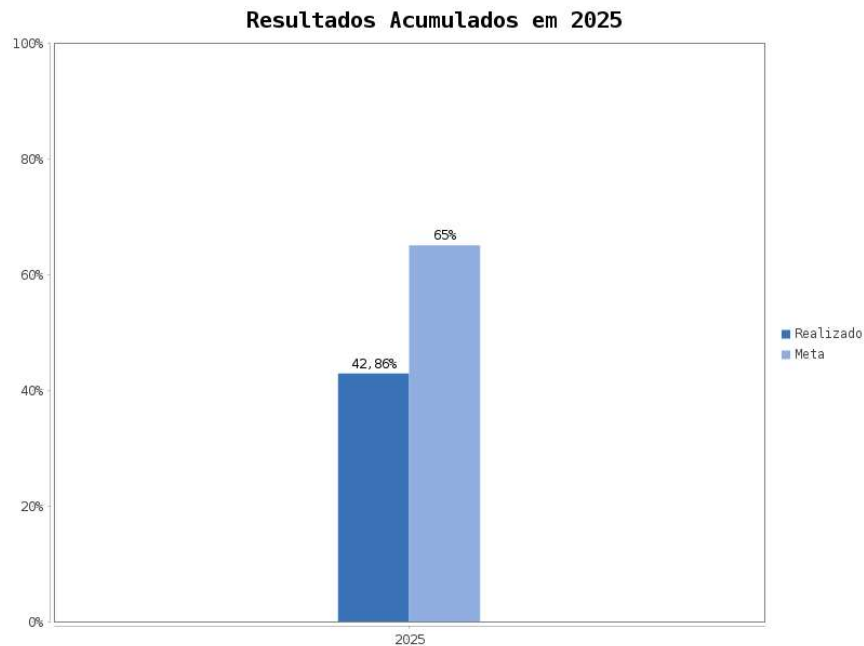
A tendência para o IE-30 é de estabilidade em 2026, com alta probabilidade de manutenção do desempenho pleno. O desafio central para o próximo ciclo desloca-se do cumprimento da meta numérica para a sustentabilidade da qualidade e a incorporação das melhorias propostas no PQAI. Para garantir a eficácia contínua do instrumento de mensuração, a gestão foca na atualização constante do programa frente às normas globais, no monitoramento preventivo de sua eficácia e no fortalecimento dos fluxos de comunicação com as partes interessadas, evitando que o modelo de avaliação se torne estático diante de novas realidades operacionais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas4. Propostas de melhoria

Considerando que as ações implementadas têm gerado resultados positivos, as propostas atuais concentram-se na jornada de evolução para o Nível 3 do modelo IA-CM. Isso inclui o refinamento dos mecanismos de feedback e a busca pela otimização dos processos internos de trabalho através da inovação metodológica, visando manter o indicador em seu patamar máximo de desempenho.

Riscos associados ao objetivo5. Riscos

Embora não se vislumbre riscos iminentes à métrica do indicador, a atenção estratégica volta-se para a preservação do valor institucional da auditoria. O principal risco associado é o de um potencial descompasso entre as práticas de controle e as crescentes exigências de governança. A manutenção do rigor técnico é o que assegura a confiança nas opiniões da auditoria. Portanto, zelar pelos requisitos que sustentam a qualidade profissional é essencial para garantir que a auditoria continue entregando resultados com eficácia, eficiência e economicidade, apoiando o alcance dos objetivos institucionais.

IE 32 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna**Desempenho do Período: 65,93%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: GABSAU.****Análise de contexto1. Análise de contexto:**

O indicador IE-32, vinculado ao Objetivo Estratégico OE-08, é um instrumento para monitorar o fortalecimento da governança institucional. Ele reflete o ritmo de absorção das melhorias propostas nos ciclos de auditoria.

Ao encerramento deste exercício, o indicador registrou o índice de 50% de implementação. Embora o desempenho seja tecnicamente classificado como satisfatório, o resultado situou-se abaixo da meta de 65%, atingindo 42,86% do patamar planejado para o período. A análise da série histórica dos últimos três anos revela uma tendência de desaceleração no ritmo de resolutividade, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Status da Recomendação202320242025Implementadas69,4%53,7%50,0%Em Implementação18,4%22,2%26,9%Não Implementadas2,0%16,7%19,2%

Nota-se que o volume de itens "Em Implementação" e "Não Implementados" vem ganhando escala. Esse represamento sinaliza que as ações corretivas podem estar encontrando barreiras operacionais ou de complexidade que demandam um olhar mais aproximado da alta gestão para o próximo ciclo.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos2. Ações realizadas no último período e resultados obtidos:

A Secretaria de Auditoria Interna (SAU) manteve sua postura de parceira da gestão, buscando facilitar o cumprimento das metas através das seguintes frentes:

Acompanhamento Progressivo: Incorporação, nos reportes periódicos, de tabelas com o nível de implementação progressivo. Essa medida visou proporcionar uma visão clara do desempenho por reporte, evidenciando avanços e desafios de forma granular.
Comunicação Orientativa: Publicação do informativo mensal "SAU Informa", com o objetivo de reforçar a importância do cumprimento das recomendações e disseminar boas práticas.
Interlocução Direta: Manutenção de canais abertos e diálogo constante com a administração e as unidades responsáveis para alinhar expectativas e reduzir dúvidas técnicas.
Avaliação Trimestral: Monitoramento parcial dos resultados para permitir correções de rumo ainda durante o exercício.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)3. Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo):

A tendência de queda observada nos índices quantitativos deve ser analisada sob a ótica da qualidade e profundidade das recomendações. A SAU tem buscado o aprimoramento seletivo, recomendando apenas pontos de alta relevância e impacto para a gestão.

Nesse sentido, é preciso analisar as causas da queda progressiva na implementação das recomendações que, podem ter se dado em razão dos seguintes fatores:

Mudanças de Processo: Identifica-se que as recomendações atuais possuem um caráter mais estruturante. Diferente de correções pontuais, estas exigem revisões de fluxos, atualizações normativas ou integrações sistêmicas, o que naturalmente amplia o

tempo de execução. Complexidade de Implementação: A natureza das recomendações não implementadas reflete desafios que muitas vezes perpassam várias unidades, exigindo uma coordenação institucional mais robusta para sua plena efetivação. Gargalo de Maturação: O aumento de itens "em implementação" corrobora a tese de que as unidades estão trabalhando em melhorias complexas que ainda não atingiram o estágio de conclusão documental.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas⁴. Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas:

Para apoiar as áreas na superação desses desafios, propõe-se:

Análise de Causa Raiz: Realizar um diagnóstico específico sobre as recomendações não implementadas para distinguir entre dificuldades operacionais e barreiras estruturais. Ciclos de Apoio Técnico: Promover reuniões de alinhamento para auxiliar as unidades no "destravamento" de etapas críticas das recomendações mais complexas. Priorização Estratégica: Auxiliar a gestão a focar nos itens de maior risco, garantindo que o esforço institucional seja alocado onde trará maior ganho de governança.

Riscos associados ao objetivo⁵. Riscos associados ao objetivo:

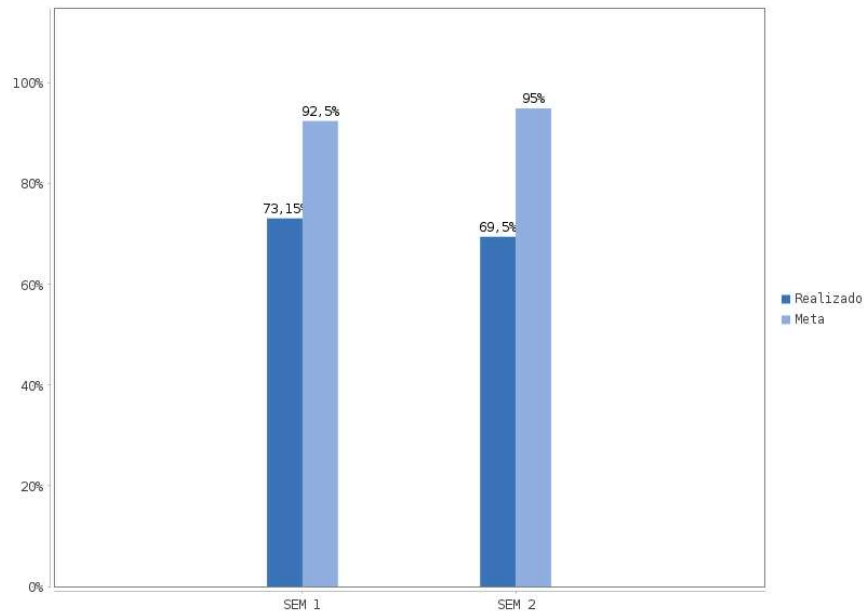
O acompanhamento do indicador IE32 é essencial para garantir que o suporte consultivo e avaliativo da Auditoria Interna resulte em benefícios concretos para a instituição. A oscilação no índice de implementação das recomendações pode impactar a capacidade da organização de antecipar-se a desafios, trazendo os seguintes riscos:

Desafios à Otimização de Processos: Atraso na captura de ganhos de eficiência e produtividade já mapeados. Dificuldade em atualizar fluxos de trabalho que podem estar operando abaixo de seu potencial ideal de entrega. Exposição à Conformidade e Regulação: Manutenção involuntária de lacunas em relação às expectativas dos órgãos de controle e normativas setoriais. Aumento da complexidade em processos de prestação de contas periódicos. Vulnerabilidades de Integridade: Continuidade de fragilidades nos mecanismos de salvaguarda, aumentando a necessidade de monitoramentos mais intensos. Limitação na capacidade de mitigação preventiva de incidentes éticos ou operacionais. Preservação da Imagem Institucional: Risco de percepção externa de que as oportunidades de melhoria identificadas não estão sendo plenamente incorporadas à rotina da gestão. Potencial impacto no nível de confiança das partes interessadas e da sociedade quanto à agilidade de resposta institucional. Alinhamento Estratégico: Subaproveitamento da função de auditoria como ferramenta de apoio à decisão.

IE 33 - Índice de gestão e governança das contratações

Desempenho do Período: 73,16%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SAD.

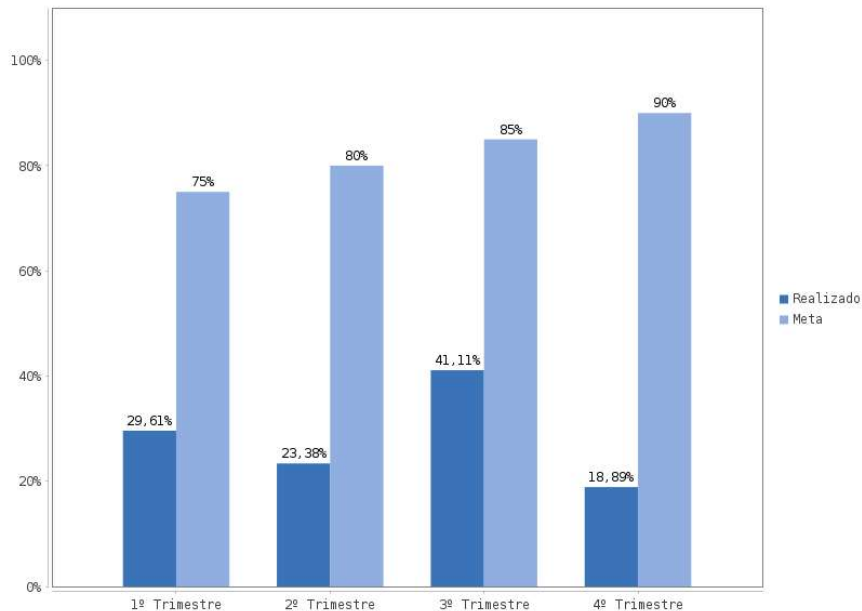
Análise de contexto A análise do indicador usou como base, pela terceira vez, o questionário oficial do TCU para o indicador iESGo 2024 - Environmental, Social and Governance, em sua parte específica sobre governança das contratações, que substituiu oficialmente o indicador iGovContrat. As respostas ao indicador foram efetivadas pela SAD, e posteriormente ratificadas pelo CGovCON. Em 2026, a pontuação permaneceu estável, apesar de uma ligeira queda, indicando que não houve mudanças significativas no desempenho.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos A manutenção de um desempenho satisfatório ao longo do ano, com o alcance de 69,5% dos pontos do questionário, comprova a eficácia das medidas de governança de contratações adotadas pelo Tribunal. No decorrer de 2025, destacaram-se várias iniciativas, como: a capacitação de gestores e servidores em gestão de riscos das contratações, conduzida pela Asgeri; um acompanhamento mais efetivo do Plano de Contratações Anual por parte da Alta Administração; e a revisão em curso do Manual de Planejamento de Contratações e Seleção de Fornecedor, entre outras ações relevantes.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A área de contratações enfrenta desafios persistentes, concentrados principalmente na gestão de pessoas. É crucial desenvolver a capacidade dos colaboradores atuais, definir perfis profissionais ideais para a área, e estabelecer critérios objetivos para avaliação de desempenho e transmissão de informações. Além disso, há a necessidade premente de criar mecanismos eficazes para atrair e reter talentos na área.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas É essencial que a Alta Administração se envolva mais ativamente na definição de diretrizes para: a seleção de colaboradores que possuam o perfil profissional adequado, assim como, para o estabelecimento de mecanismos eficazes de retenção desses profissionais na área.

Riscos associados ao objetivo O risco de atraso ou inexecução das contratações, com potencial impacto em atividades essenciais do Tribunal, decorre da escassez de colaboradores com o perfil adequado para a área de contratações e da dificuldade em reter esses profissionais.

IE 34A - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA)**Desempenho do Período: 20,99%****Resultados Acumulados em 2025****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SAD.**

Análise de contextoO Plano de Contratações Anual (PCA) 2025 relacionava 73 novas contratações e 33 prorrogações contratuais, das quais 58 foram concluídas e 48 canceladas.

Destaca-se que do total de contratações concluídas, 44 foram concluídas com atraso, representando um percentual de 75,86% de contratações concluídas fora do prazo.

Destaca-se ainda que, das 48 contratações canceladas, 9 (previstas no PCA) e 12 (do extraplano) estavam em andamento mesmo após o encerramento do exercício de 2025. O status dessas 21 contratações foi alterado para "Cancelada". As respectivas UGRs foram comunicadas por e-mail sobre essa alteração e a necessidade de que, caso haja interesse e autorização para continuidade em 2026, as mesmas sejam lançadas na planilha de monitoramento do PCA 2026, na aba "Extraplano".

Verifica-se que os atrasos ocorrem principalmente no planejamento da contratação, sendo a elaboração do termo de referência (TR) o ponto crítico. A morosidade dessa etapa, de responsabilidade das unidades demandantes, afeta todas as fases subsequentes do processo licitatório.

Durante o exercício de 2025, foram iniciadas 61 contratações não planejadas (extraplano), destas: 39 foram concluídas, 21 foram canceladas e 1 está em andamento, aguardando a conclusão do processo licitatório. Apesar de imprescindíveis, essas aquisições emergenciais oneram a administração, impactando negativamente o gerenciamento das contratações previamente planejadas e contribuindo para a ocorrência de atrasos globais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosApesar da intensificação das ações de conscientização (como a publicação de banners na intranet, contatos telefônicos e por e-mail com as unidades demandantes), visando o correto preenchimento da planilha do PCA, o indicador apresentou um resultado inferior ao seu histórico de medição.

Em resposta a esse cenário, um plano de ação focado na redução dos atrasos na fase de planejamento das contratações foi elaborado e aprovado pelo CGovCON em dezembro de 2025. Adicionalmente, foi instituído o Grupo de Trabalho (GT- PLANCONSEL) para desenvolver um Manual de Planejamento de Contratação e de Seleção de Fornecedores.

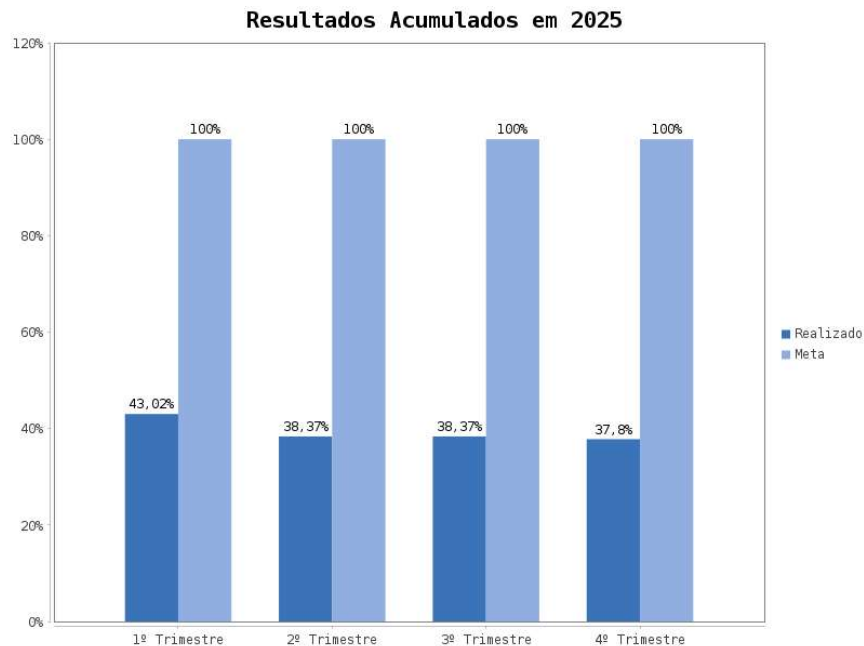
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Prevê-se uma melhora contínua no decorrer do exercício de 2026, mesmo sendo um ano eleitoral. Essa tendência positiva é impulsionada, em parte, pela maior familiaridade das unidades demandantes com os procedimentos do Plano de Contratações Anual (PCA). Esse conhecimento aprofundado terá um impacto positivo no cumprimento dos prazos de contratação e assegurará o preenchimento correto da planilha de planejamento.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasPara assegurar o cumprimento dos prazos inicialmente estabelecidos e a correta alimentação da planilha, estão sendo implementadas medidas contínuas de conscientização.

Essas medidas incluem a comunicação constante com as unidades demandantes, seja por e-mail ou telefone, com o objetivo de oferecer suporte, tirar dúvidas e reforçar a necessidade de pontualidade e exatidão dos dados. Além disso, foram publicados banners na intranet, visando especificamente as unidades gestoras de recursos.

Adicionalmente, o plano de ação para mitigar os atrasos nas contratações contempla a realização de treinamentos para os servidores em funções-chave no macroprocesso de contratações, a atualização do Manual de Planejamento das Contratações, trabalho que está sendo conduzido pelo GT-PLANCONSEL, entre outras iniciativas.

Riscos associados ao objetivoA demora na finalização dos processos de contratação, em desacordo com o cronograma estabelecido, apresenta um risco considerável de prejuízo ao objeto a ser contratado. Esse desvio no prazo pode afetar a execução das atividades programadas, causando atrasos na entrega de bens ou serviços essenciais. Adicionalmente, a postergação da formalização dos contratos pode levar à necessidade de aditivos, o que, consequentemente, pode elevar os custos inicialmente estimados. Outro impacto relevante é o potencial comprometimento do orçamento alocado para o exercício financeiro em curso.

OE 09 - Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente**Desempenho do Período: 37,80%****Responsável: SAD.****Análise de contexto**

O Objetivo Estratégico 09, focado na promoção de uma gestão de informações padronizada, segura e transparente, obteve um desempenho "Insatisfatório" em 2025. Esse resultado foi significativamente impactado pela impossibilidade de medir um dos seus quatro indicadores, o IE 38. Além disso, a medição de dois outros indicadores foi encerrada: o IE 36, finalizado no terceiro trimestre de 2025 devido ao término da tarefa que media, e o IE 37, encerrado no final de 2024 pela conclusão da atividade. Por fim, o resultado insatisfatório do IE 35 também contribuiu negativamente para o desempenho geral do OE 09.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Os indicadores IE 36 (Taxa de assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados) e IE 37 (Índice de aprimoramento do processo administrativo eletrônico) tiveram suas medições encerradas em função do fim das atividades medidas.

O IE 38 (Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação) não teve sua medição realizada em 2025 por falta de índice disponível. A ASINFO informou que a criação do índice depende da alta gestão definir os serviços críticos e, subsequentemente, a STI analisar os ativos de TI que os suportam.

Em relação ao IE 35, a parametrização dos metadados da LGPD no ambiente de homologação, essencial para a realização de testes e o projeto piloto, começou em junho de 2024. Contudo, devido à necessidade de diversos ajustes no sistema, o processo se estendeu e foi concluído apenas no final de 2025. Com a finalização dos ajustes, foi possível atualizar a agenda de capacitações, permitindo o início do projeto piloto em janeiro de 2026. A coleta de dados para o Inventário terá início em fevereiro de 2026, após a devida autorização da DG para o começo dos trabalhos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é de melhora no OE09 para o ano de 2026, tendo em vista que o IE38 que apresentou resultado como "Não Medido" em 2025 não deve repetir esse comportamento em 2026, assim como os IE36 e IE 37 deverão ser excluídos, deixando de impactar negativamente na medição. As ações preparatórias na unidade responsável pelo IE35 encontram-se avançadas, com uma agenda de capacitações, já iniciada em janeiro de 2026, e o início da coleta de dados com previsão de início em fevereiro de 2026.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Assegurar o acompanhamento proativo das unidades para acelerar processos e decisões superiores. Garantir a capacitação dos servidores e a disponibilização dos recursos (maquinário e softwares) necessários.

Riscos associados ao objetivo

Em relação ao IE35, a parametrização dos novos 54 metadados do Inventário de Dados da LGPD, com novos ajustes de comportamento e listas de valores padrão, gera riscos e demanda muitos testes e ajustes, levantando preocupações sobre a estabilidade e usabilidade da ferramenta (piloto). Adicionalmente, a SECGIM enfrenta o risco de sobrecarga, pois a mesma equipe de Gestão da Memória realizará o Inventário de Dados Pessoais. Demandas urgentes de Memória Institucional podem concorrer com o

Inventário, exigindo priorização e potencialmente atrasando o projeto.

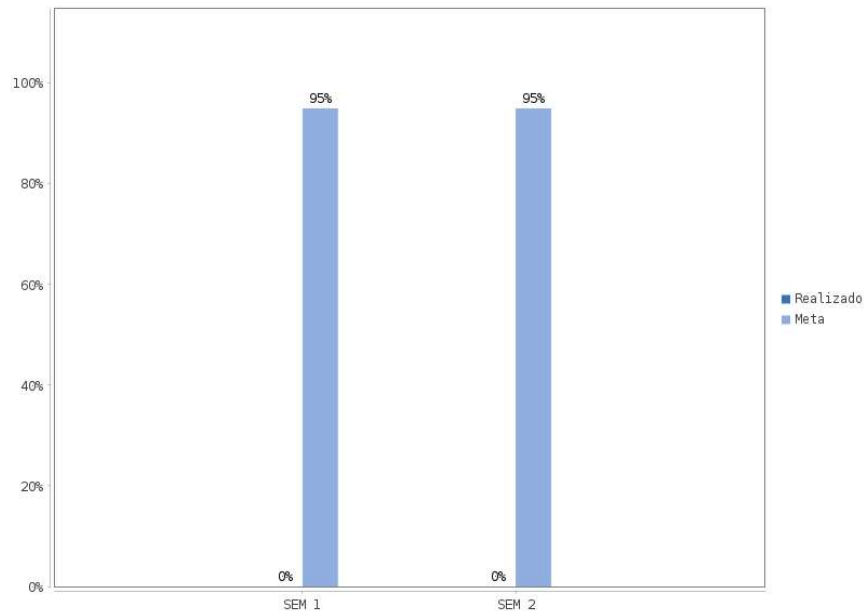
Sobre o IE38, é crucial ressaltar a necessidade de um trabalho colaborativo entre as áreas de segurança da informação e gestão de riscos. Adicionalmente, é indispensável o engajamento da alta administração para o estabelecimento das definições normativas pertinentes.

Tendo em vista a extinção dos IEs 36 e 37 não foi feita análise de risco sobre esses indicadores.

IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD

Desempenho do Período: 0,00%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECGIM.

Análise de contextoNo segundo semestre de 2022, foi contratada a ferramenta informatizada para realização do levantamento e avaliação dos ativos de informação quanto à LGPD, conforme processo 2020.0.000054284-7. O período experimental de uso da ferramenta e respectivos ajustes do sistema Astrum Pro foi concluído em setembro de 2023, tendo o sistema recebido aceite da equipe de contratação. Após, foi identificada a necessidade de novos procedimentos e ajustes pela SEGDOC para geração dos Instrumentos de Gestão Documental (ajustes nos metadados importados para o banco de dados), tendo sido os procedimentos de ajustes concluídos no mês de dezembro de 2023, durante o recesso. A ferramenta foi testada novamente pela equipe da SEGDOC em ambiente de produção e os instrumentos de Gestão Documental conferidos. A parametrização dos metadados da LGPD no ambiente de homologação para realização de testes e projeto piloto, teve início em junho de 2024 e ainda se encontra em andamento, visto que o sistema precisou de muitos ajustes, finalizados somente no final do ano de 2025. Após, foi finalmente possível atualizar agenda de capacitações para realização do projeto, a ser iniciado em janeiro/2026. O início da coleta de dados começará em fevereiro/2026, após autorização da DG para início dos trabalhos para o Inventário.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosNão foram realizadas ações.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)A tendência é que ocorra melhora no desempenho nos próximos 6 meses, com a autorização e o início da realização do inventário de dados pessoais.

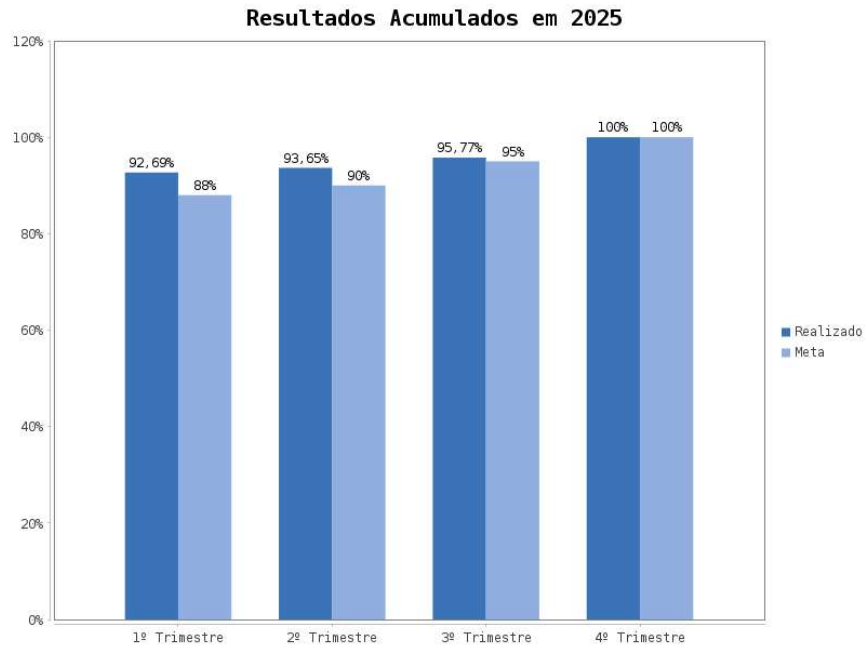
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasIniciado o trabalho do Inventário de Dados Pessoais, será possível melhorar o desempenho futuro das ações referentes a esse trabalho.

Riscos associados ao objetivoidentifica-se nesse momento os riscos associados com as ações para parametrização dos novos metadados do Inventário de Dados da LGPD, circunstância que pode gerar novos e significativos problemas e necessidade de novos ajustes na ferramenta, visto que foram incluídos 54 conjuntos de metadados e novas listas de valores padrão. O comportamento dos metadados também está sendo ajustado, o que demanda muitos testes e ajustes. Em razão dos diversos desafios enfrentados para configurar e ajustar a ferramenta, foi necessário inclusive avaliar a estabilidade do sistema e a possibilidade de utilização da ferramenta para realização do Inventário de Dados Pessoais em projeto piloto, conforme registrado pela equipe de contratação da ferramenta.

Identificam-se ainda riscos associados com a ampliação das atividades de Gestão da Memória atualmente empreendidas pela SECGIM, sendo que, em relação a essa Seção, a mesma equipe que realiza os trabalhos ligados à Memória Institucional também é a equipe que realizará o trabalho ligado ao Inventário de Dados Pessoais, quando iniciado. Há o risco real de coexistirem demandas relacionadas à Gestão da Memória com prazo definido para realização, (inclusive, quando demandadas pela Administração) no período de realização do Inventário de Dados Pessoais, o que, caso ocorra, poderá gerar grande sobrecarga de trabalho à equipe da SECGIM e provável necessidade de priorização de atividades de Memória (ressalte-se, atual carro-chefe da SECGIM) durante o Inventário de Dados Pessoais.

IE 36 - Taxa de assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados

Desempenho do Período: 100,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPRES.

Análise de contextoFechado pela Asstec.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela Asstec.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela Asstec.

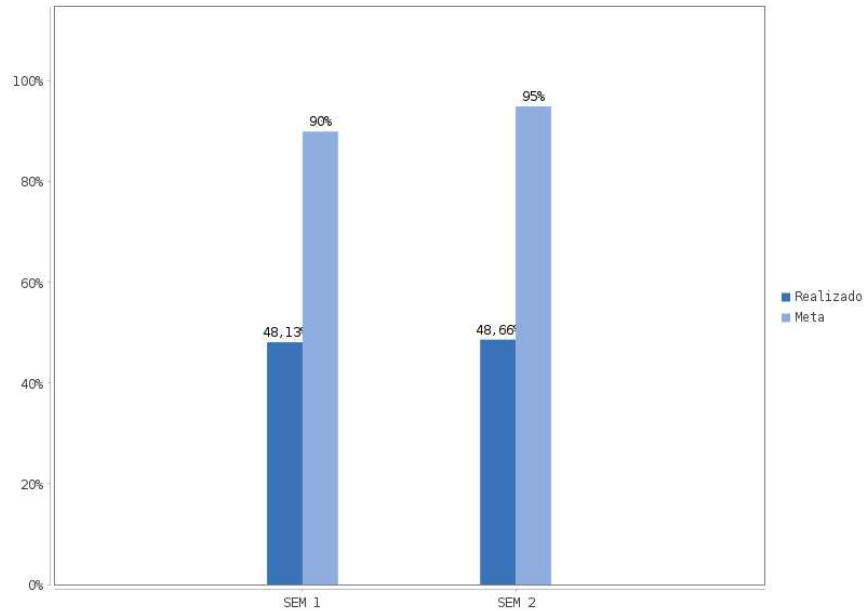
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela Asstec.

Riscos associados ao objetivoFechado pela Asstec.

IE 37 - Índice de aprimoramento do processo administrativo eletrônico

Desempenho do Período: 51,22%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEGDOC.

Análise de contextoA medição não foi realizada, tendo em vista que a atividade que a SEGDOC executava para aferição não é mais realizada desde o final de 2024, qual seja: Análise do Uso de Base de Conhecimento. Conforme explicado à servidora Leticia, da SEGEST, no final de 2024 e no início de 2025, após conversas com a servidora Claudeci, entendeu-se que tal análise caracteriza uma atividade de rotina da seção, e não uma ação de cunho estratégico, motivo pelo qual não se prosseguiu com a atividade.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosManutenção das rotinas de gestão do sistema SEI, inclusive com a administração das bases de conhecimento dos tipos processuais administrativos. No entanto, conforme registrado na análise do contexto, sem o uso de um registro quantitativo analítico.

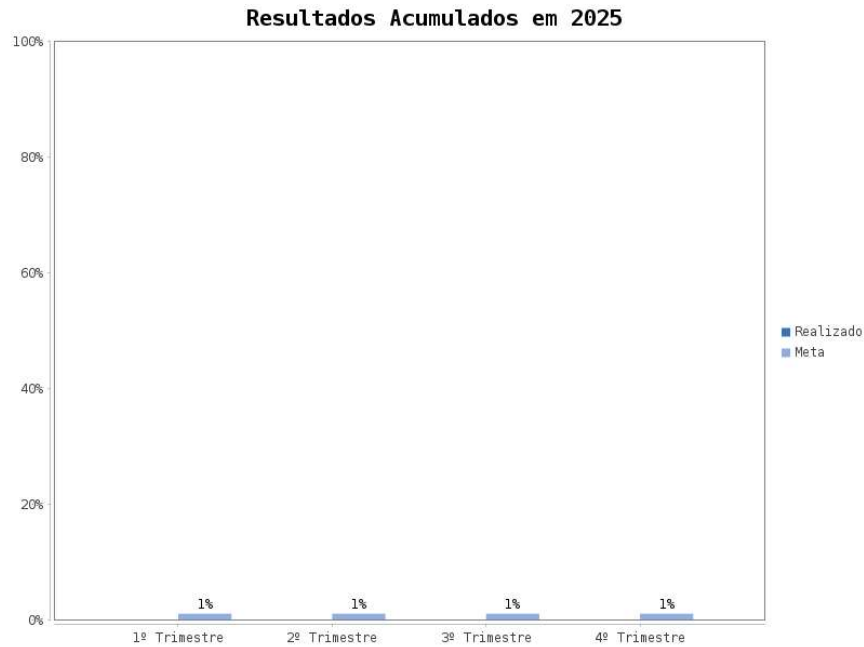
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)A definir.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasA definir.

Riscos associados ao objetivoA verificar.

IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação

Desempenho do Período:



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASINFO.

Análise de contextoSegundo informado por e-mail pela unidade responsável pela análise do indicador, ainda não há variáveis disponíveis.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosSegundo informado por e-mail pela unidade responsável pela análise do indicador, ainda não há variáveis disponíveis.

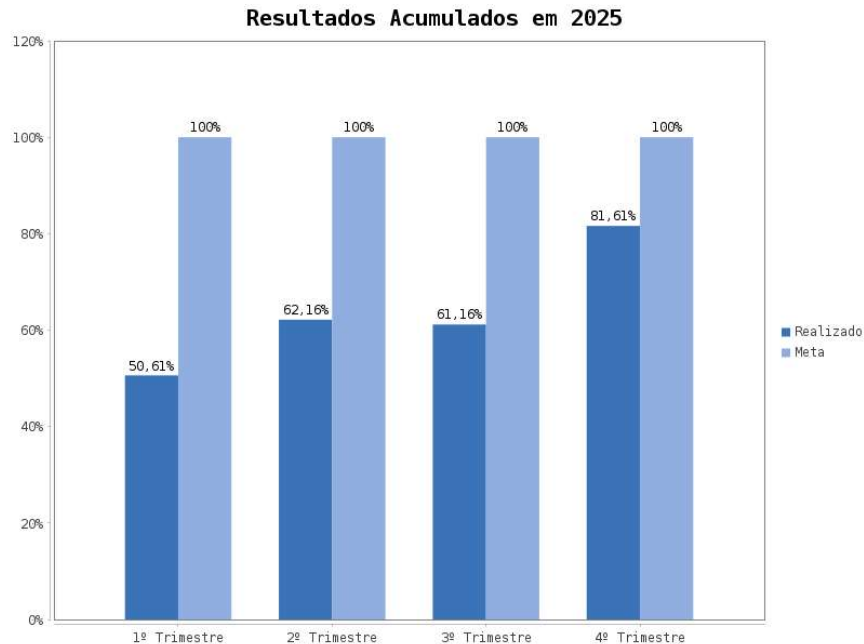
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Segundo informado por e-mail pela unidade responsável pela análise do indicador, ainda não há variáveis disponíveis.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasSegundo informado por e-mail pela unidade responsável pela análise do indicador, ainda não há variáveis disponíveis.

Riscos associados ao objetivoSegundo informado por e-mail pela unidade responsável pela análise do indicador, ainda não há variáveis disponíveis.

OE 10 - Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação

Desempenho do Período: 81,61%



Responsável: SGP.

Análise de contextoO ano de 2025 representou um ponto de inflexão estratégico para a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP). Implementamos ferramentas novas, como a Bússola, e passamos por uma reestruturação profunda — com desmembramentos (COPAT dando origem a COJUPE e CGCAD), reorganização de unidades, como o NGESP e ampliação das competências do GABSGP — que redefiniram papéis, fluxos e forma de governança. Essa transição trouxe ganhos importantes em visibilidade e articulação estratégica, mas também revelou limiares de tolerância organizacional, com picos de estresse em junho, outubro/novembro. A aderência média ao PIEGESP (Plano Integrado Estratégico da SGP) alcançou 83,1%, acima da meta de 75%, ainda que marcada por instabilidades, especialmente no segundo semestre, quando o absenteísmo cresceu, pressionando ainda mais a capacidade de execução das equipes.

Em que pese tudo isso, a capacidade de adaptação e resiliência das equipes da Secretaria marcou o ano revelando grande engajamento em ações como a chamada e ambientação de novos concursados. O esforço em desenvolvimento gerencial e implementação de assistentes de IA também proporcionaram ganhos de produtividade e amadurecimento das lideranças internas.

Por outro lado, análise por grupos temáticos revelou uma assimetria de maturidade e sustentabilidade institucional.

Os grupos ligados a Governança, Auditorias, Riscos, Automação e Compliance apresentaram os maiores desafios no segundo semestre de 2025. O desempenho oscilante pode indicar dificuldades em estabelecer rotinas sistematizadas e carência de recursos operacionais.

Governança: Embora presente em diversos fóruns, ainda carece de estruturação como pilar permanente de decisão e acompanhamento. A governança reativa prevaleceu sobre a proativa.Auditorias: A dificuldade no cumprimento de cronogramas pactuados, em razão de ausência de estrutura mínima, comprometeu entregas e monitoramento.Riscos: É necessário melhorar os fluxos de monitoramento e implementar BI específico para o risco institucional ligado à força de trabalho e sucessão.Automação: Grande parte das soluções segue dependente da STI, sem cultura consolidada de automação no âmbito interno das unidades.Compliance: Houve avanços pontuais, mas a atuação ainda não demonstra estar atrelada a ciclos de melhoria contínua.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosNo segundo semestre de 2025, a SGP manteve o compromisso com o calendário institucional e entregou uma série de ações de impacto significativo tanto para a qualidade de vida no trabalho quanto para a cultura organizacional. Dentre estas, destacaram-se eventos como o Setembro Amarelo, a Feira de Doação de Brinquedos e a Semana do Servidor em outubro, e as ações de Natal Solidário e Dia Internacional da Pessoa com Deficiência em dezembro — todos integrando momentos remotos e presenciais e mobilizando diversas unidades temáticas. A SGP também manteve um ciclo bimestral de reuniões com servidores (COPAT/CDESC), capacitou equipes em temas estratégicos, implantou inovações em processos (como a consulta automatizada de licenças médicas, modernização de formulários de aposentadoria e trilhas de IA com mentoria), e coordenou comutirões de maior complexidade como o Mutirão COMPREV, reduzindo drasticamente tempos de resolução e

reforçando a governança integrada.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)O primeiro semestre de 2026 é, acima de tudo, uma grande oportunidade de melhora. Os aprendizados de 2025 construíram uma base sólida de governança, dados e consciência institucional que podem ser convertidos em avanços consistentes. Com o fortalecimento dos dashboards ativos do NGESP, a consolidação da cultura de pactuação tática entre unidades e o uso inteligente da inteligência artificial para aliviar tarefas operacionais, há potencial para melhorias em áreas como Auditorias, Riscos e Automação. O engajamento crescente das equipes, somado à consolidação da liderança técnica em diversas frentes, sinaliza um ambiente fértil para inovação com responsabilidade.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasPara 2026, as propostas apontam para um ajuste inteligente entre ritmo de entrega e sustentabilidade institucional. Pretende-se implementar a cultura de margem de segurança no planejamento de ações e projetos, para absorver imprevistos e evitar paradas, atrasos ou estresse, garantindo fluidez e resiliência nas operações e tarefas da equipe, evitando ainda sobreposições de alta demanda, a revisão do calendário de eventos com antecipação de pactuações entre unidades, e a descentralização de tarefas críticas para reduzir risco de colapso funcional.

As equipes deverão consolidar dashboards ativos para monitoramento contínuo de indicadores estratégicos e de absenteísmo, e integrar essas ferramentas aos respectivos roteiros táticos. A redistribuição de responsabilidades, com reforço na capacitação de lideranças e transferências de conhecimento sistematizados, tende a reduzir pontos de estrangulamento. Há também a necessidade de formalizar cronogramas de auditoria regulares, promover mentorias internas em compliance e automação e reforçar a governança estruturada — não apenas como acessório, mas como infraestrutura essencial para a SGP.

Além disso, propõe-se fortalecer a cultura de dados e de cuidado com as pessoas — promovendo o uso de IA em tarefas repetitivas e densas, sistematizando controles de risco relacionados a QVT, absenteísmo, rotatividade e clima organizacional, e buscando implementar mecanismos de avaliação, medição de produtividade, sucessão e aprendizado contínuo.

Promover momentos de convívio, descompressão e celebração como elementos estratégico para reforçar coesão e reduzir desgaste emocional silencioso. Replicar boas práticas (como as trilhas de IA e os formulários modernizados) em todas as subunidades.

Por fim, o monitoramento mensal responsivo dos Indicadores Estratégicos (IE40-IE44) com dashboards vivos e responsabilidades pactuadas por gestor garantirá maior previsibilidade, capacidade preditiva e alinhamento contínuo com os objetivos do PIEGESP.

Riscos associados ao objetivoO não desenvolvimento de competências gerenciais e de uso de IA para otimizar a força de trabalho disponível.

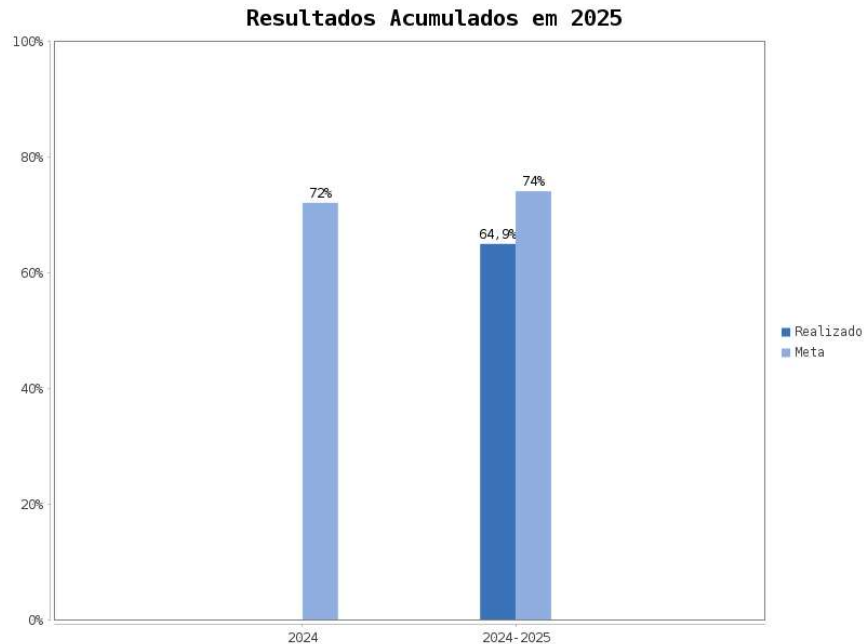
As eventuais perdas de pessoal, por aposentadorias.

O não comprometimento com as ações de melhoria do clima organizacional.

A sobrecarga de trabalho do ano eleitoral e o consequente esgotamento da equipe.

IE 40 - Índice de satisfação com o clima organizacional

Desempenho do Período: 87,70%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COGEST.

Análise de contextoA Pesquisa de Clima Organizacional do biênio 2025-2026 foi realizada entre junho e julho de 2025, contando com a participação de 704 servidores.

Diferentemente da edição anterior, realizada pela empresa Numera, adotou-se um novo questionário, reduzindo o número de perguntas de 89 para 57, o que diminuiu o tempo de resposta.

Na pesquisa anterior, o engajamento — definido como objetivo principal — obteve nota média de 3,6 (escala Likert de 1 a 5). Na edição atual, a nota foi de 3,53, apresentando uma leve queda. Ressalta-se, entretanto, que houve alteração na composição das perguntas do tema “Engajamento”, o que modifica parcialmente a comparabilidade direta entre os dois resultados.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosNão foram realizadas ações com foco exclusivo na melhoria do clima organizacional a partir da última pesquisa. Contudo, diversas iniciativas institucionais implementadas no período tiveram potencial de impactar positivamente o clima, mesmo que sem motivação direta.

Pertencimento

Eventos sobre mulheres, equidade racial e consciência negra, promovendo diversidade e representatividade.Criação da Rede Interna de Atenção à Mulher.Campanhas solidárias e eventos internos, fortalecendo laços comunitários.Suporte do TRE-RJ

Mudança para nova sede e aquisição de novo prédio.Planejamento e organização do pagamento das horas extras eleitorais.Contratação com os Correios para transporte das urnas (Eleições 2024).Parceria com o TCM para análise de prestações de contas eleitorais.Realização de exames periódicos de saúde.Segurança Psicológica

Criação de duas Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio.Capacitação da alta gestão, com foco em liderança empática e técnica.Semanas temáticas sobre prevenção do assédio e da discriminação.Formação em Mediação Organizacional para lideranças.Comunicação

Adesão ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples.Reuniões frequentes entre a SGP e os servidores.Equilíbrio

Manutenção da jornada de 6 horas.Avaliação participativa das eleições, com foco em melhorias de processos e condições de trabalho.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)A tendência para os próximos 6 meses é de melhora, desde que sejam adotadas ações diretamente voltadas para o aprimoramento do clima organizacional, utilizando-se de forma estratégica os resultados detalhados da pesquisa 2025.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasPrincipais Desafios

Transformar os resultados da pesquisa em ações concretas e perceptíveis para os servidores.Manter a participação ativa da alta liderança como patrocinadora das ações de melhoria.Garantir acompanhamento e mensuração do impacto das iniciativas implementadas.Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Definir plano de ação específico com base nos resultados por macro unidade e tema prioritário, com metas e prazos

definidos. Garantir comunicação transparente sobre as ações adotadas, os prazos e os responsáveis, reforçando o vínculo entre pesquisa e gestão. Realizar pesquisas de pulse para medir a evolução do clima organizacional a cada semestre. Desenvolver ações de engajamento contínuo (workshops, fóruns, rodas de conversa) para manter os servidores envolvidos nas mudanças. Fortalecer a formação de lideranças em temas como comunicação, gestão de equipes e prevenção de assédio.

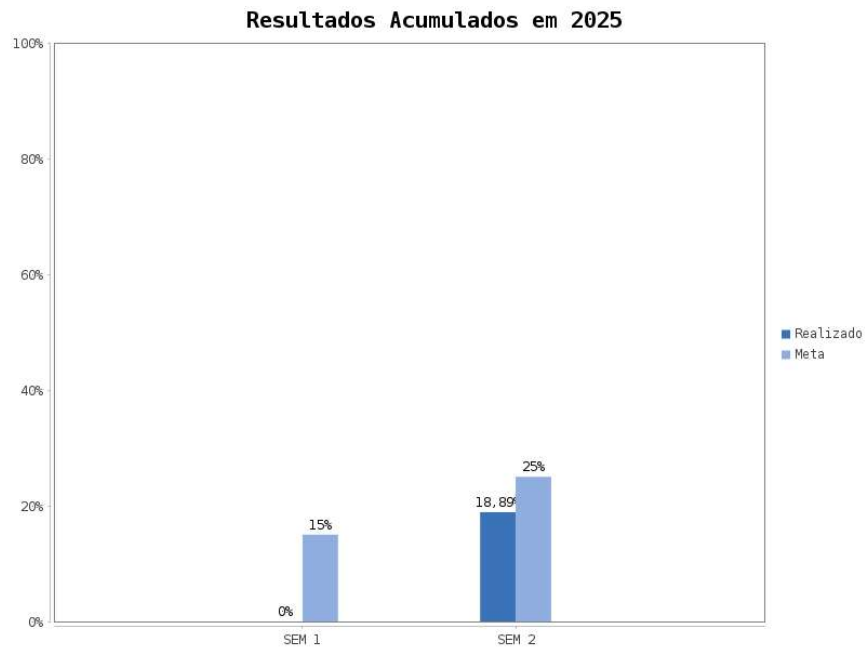
Riscos associados ao objetivo Perda de Credibilidade: Se as ações corretivas não forem implementadas de maneira eficaz e transparente, a credibilidade do processo de pesquisa e da administração pode ser irreversivelmente danificada.

Desmotivação dos servidores: A falta de ações visíveis pode levar a uma maior desmotivação e aumento da rotatividade de pessoal.

Impacto Negativo no Clima Organizacional: Impactar negativamente a produtividade, o moral e a satisfação dos funcionários, dificultando a recuperação do clima organizacional.

IE 41 - Taxa de realização de Exames Periódicos de Saúde (EPS)

Desempenho do Período: 75,54%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: NATSS.

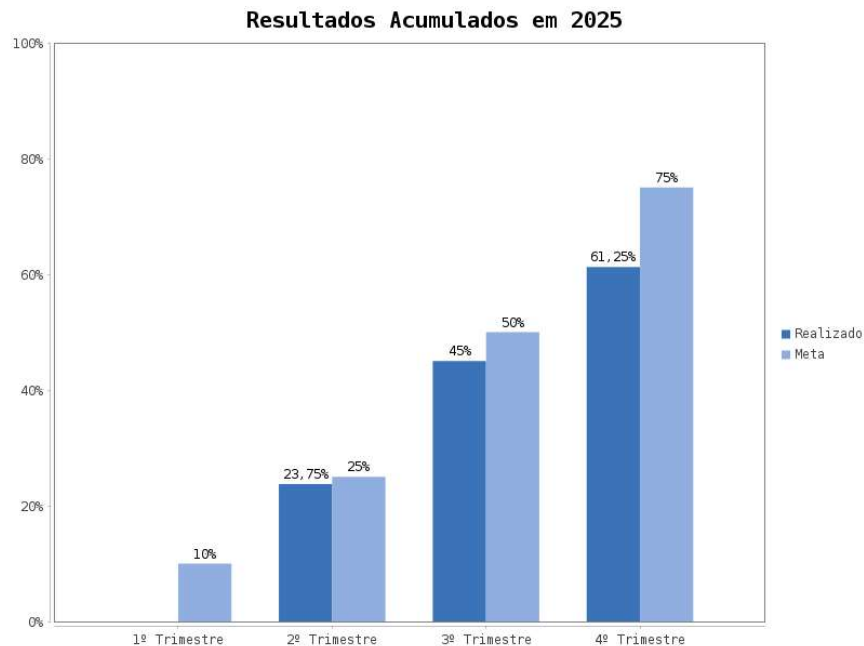
Análise de contextoFechado pela Asstec

Ações realizadas no último período e resultados obtidosFechado pela Asstec

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Fechado pela Asstec

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasFechado pela Asstec

Riscos associados ao objetivoFechado pela Asstec



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.

Análise de contexto

O quarto trimestre de 2025 consolidou a execução do Plano Anual de Capacitação (PAC 2025) após sua aprovação em abril/2025. O período foi marcado por uma intensa atividade de contratação, tanto de ações planejadas quanto de demandas urgentes (Extra-PAC). Um fator crítico identificado foi a dependência da regularidade documental de fornecedores externos. Embora a reestruturação da SGP com a seção de contratos tenha buscado otimizar os fluxos, entraves burocráticos externos, como a irregularidade de documentos de instituições (ex: UFRJ e outras empresas), causaram cancelamentos e atrasos que impactam diretamente o índice de aderência.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A execução no 4º trimestre de 2025 demonstrou um equilíbrio entre áreas técnicas, jurídicas e de gestão:

Mês Cursos PAC Realizados Cursos Extra-PAC Realizados Outubro 3 ações (ITIL 4 DITS, Legislação de Pessoal/PEC 103, Semana da Inovação) 2 ações (CompTIA CySA+, Direitos Humanos) Novembro 5 ações (PJE, Conexão Zênite, Líderes, Libras, Fiscalização de Contratos) 1 ação (CONBRAI) Dezembro 5 ações (Reciclagem POLJUD, Sanções Lei 14.133, Direito de Pessoal, Aposentadorias/Pensões, Propaganda Eleitoral) 7 ações (Brigadista, IA em Contratações, Conformidade 2026, Udemy, ITIL 4 CDS, Palestra "O que torna a vida boa?")

Destaques:

Aderência Temática: Foco em atualizações legislativas (EC 103/19 e Lei 14.133/21) e tecnologia da informação (ITIL e Segurança Cibernética). Inovação e IA: Realização de curso sobre IA na elaboração de artefatos de planejamento, demonstrando alinhamento com tendências tecnológicas. Capacitação Interna: Realização do programa de Desenvolvimento de Líderes via instrução interna em novembro.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é de estabilidade operacional, mas com pontos de atenção quanto à celeridade dos processos externos.

Entraves Documentais: O cancelamento do curso de Descarbonização da UFRJ e problemas com outros fornecedores evidenciam que a regularidade jurídica das empresas é um risco externo persistente que foge ao controle direto da Seção de Contratos. Volume de Demandas Extra-PAC: O elevado número de cursos Extra-PAC em dezembro (7 ações) indica uma alta demanda por necessidades não previstas, o que pode sobrecarregar a força de trabalho e o orçamento remanescente.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Pré-Qualificação de Fornecedores: Orientar as unidades demandantes a realizarem uma sondagem preliminar da regularidade fiscal e jurídica das instituições antes da abertura oficial do processo, evitando o esforço administrativo em contratações inviáveis. Repactuação de Cursos Cancelados: Garantir a inclusão das demandas canceladas por motivos externos (como o curso da UFRJ) no cronograma do PAC 2026 para assegurar o atendimento à necessidade da área. Fortalecimento da Seção de Contratos:

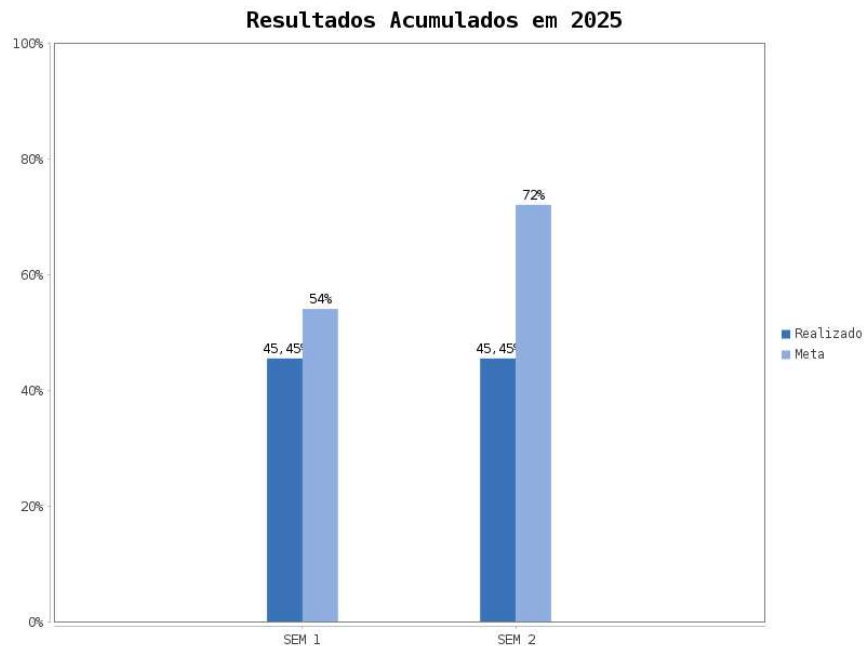
Continuar o mapeamento de gargalos para reduzir o tempo de tramitação interna, compensando possíveis atrasos causados pelos fornecedores.

Riscos associados ao objetivo

Inércia de Terceiros: A demora de empresas e instituições de ensino em regularizar documentos junto ao Tribunal gera o risco de perda de janelas de oportunidade para treinamento e cancelamento de empenhos. Sobrecarga de Final de Ano: A concentração de 12 ações (PAC e Extra-PAC) apenas em dezembro pode comprometer a qualidade do aproveitamento dos servidores e a capacidade de análise documental detalhada pela equipe de contratos. Orçamento para 2026: O remanejamento de cursos cancelados para o próximo ano pode impactar o teto orçamentário do PAC 2026 se não houver planejamento prévio.

IE 43 - Taxa de unidades avaliadas por competência

Desempenho do Período: 63,13%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.

Análise de contexto O indicador IE 43 mensura o percentual de unidades do TRE/RJ com competências levantadas ou avaliadas. O cenário do 2º semestre de 2025 é de transição e consolidação da recém-criada Seção de Gestão por Competências (SEGESC). O período foi marcado pelo esforço em equilibrar atividades operacionais remanescentes com o avanço estratégico da Gestão por Competências (GPC), utilizando o modelo de Joel Dutra como referência metodológica e a Inteligência Artificial (IA) como vetor de aceleração.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Neste semestre, a SEGESC concentrou esforços em frentes técnicas e estruturantes:

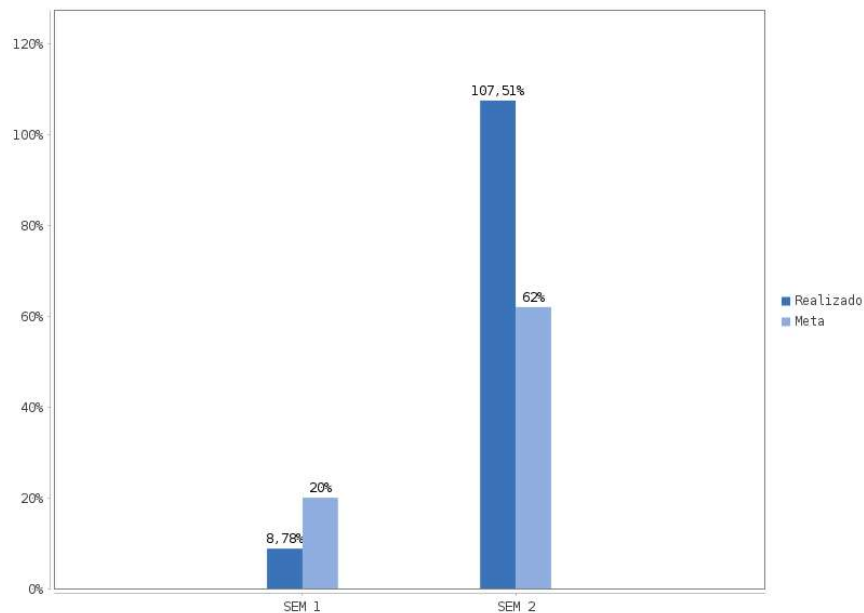
Governança de Contratações: Realização do mapeamento, elaboração de novo cronograma e encaminhamento das competências específicas desta área. **Gestão de Talentos e Redistribuição:** Condução de entrevistas e análises de perfis de competências de servidores redistribuídos, visando a otimização da força de trabalho. **Infraestrutura Tecnológica e IA:** Início das tratativas para a construção do Portal de Competências e desenvolvimento do assistente GEM para compartilhamento com os gestores, alinhado à estratégia de usar IA para dar celeridade ao levantamento. **Suporte à Capacitação (EAD):** O Chefe da SEGESC, Marcos Xavier, manteve-se envolvido no desenvolvimento e controle de cursos EAD, visto que a Seção de Capacitação ainda não absorveu essa demanda. A servidora Laura (em teletrabalho) iniciou treinamento para assumir essa função. **Padronização Metodológica:** Adoção formal do modelo de Joel Dutra como referencial para a GPC no Tribunal.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A tendência para o encerramento de 2025 e início de 2026 é de melhora substancial

Melhora impulsionada pela IA: A construção do assistente GEM e do Portal de Competências tende a automatizar e escalar o levantamento para todas as unidades. **Desafio de Transição Operacional:** O envolvimento da chefia em cursos EAD, embora necessário pela falta de absorção pela Seção de Capacitação, ainda desvia recursos da atividade fim da SEGESC. **Curva de Aprendizado:** O treinamento da servidora Laura para assumir o EAD é crucial para liberar a equipe para o foco estratégico.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas **Consolidação do Portal e Assistente GEM:** Finalizar a implementação dessas ferramentas para que os gestores tenham autonomia na escolha e ajuste das competências de suas unidades. **Liberação de Carga Administrativa:** Concluir a transição da gestão de cursos EAD para a servidora Laura, permitindo que o Chefe da SEGESC foque na gestão estratégica e na expansão do modelo para as Zonas Eleitorais. **Capacitação em IA:** Treinar a equipe na solução de IA desenvolvida (GEM) para garantir a acurácia das análises funcionais.

Riscos associados ao objetivo **Sobrecarga da Chefia:** A permanência de atividades de controle de EAD sob a SEGESC pode atrasar a implantação completa da GPC no Tribunal. **Qualidade dos Dados de IA:** O sucesso do assistente GEM depende da qualidade dos dados de entrada e da aceitação cultural dos gestores quanto à nova ferramenta. **Ajuste ao Novo Plano Estratégico:** A necessidade de alinhar o novo mapeamento de competências às diretrizes do Plano Estratégico do Tribunal pode exigir revisões nos perfis já levantados.

IE 44 - Taxa de servidores capacitados**Desempenho do Período: 173,40%****Resultados Acumulados em 2025****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.**

Análise de contexto O indicador IE 44 mensura o número total de servidores capacitados no período, sem considerar repetições, sendo um termômetro essencial da abrangência das ações de desenvolvimento¹. O segundo semestre de 2025 consolidou a execução do Plano Anual de Capacitação (PAC 2025), aprovado em abril, cuja implementação tardia não prejudicou o ritmo de contratações. O cenário foi de alta intensidade, equilibrando ações planejadas e demandas urgentes (Extra-PAC), com foco especial na modalidade a distância para atender servidores das Zonas Eleitorais do interior.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos A atuação da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), agora reestruturada, permitiu um fluxo contínuo de capacitações.

Resultados Quantitativos do 2º semestre de 2025: Outubro: 298 servidores capacitados. Novembro: 315 servidores capacitados. Dezembro: 288 servidores capacitados. Ações de Interiorização: Disponibilização de diversos cursos na modalidade EAD, visando ampliar o alcance para além da capital e integrar servidores das zonas eleitorais remotas. Gestão de Contratações: Intensa atividade da nova Seção de Contratos para viabilizar tanto o cronograma do PAC quanto às demandas de última hora.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A tendência observada é de estabilidade em patamares elevados, superando as restrições vividas no ano anterior.

Dependência de Terceiros: Um desafio crítico é a regularidade documental de fornecedores externos. Irregularidades burocráticas em instituições (como o caso citado da UFRJ) causam cancelamentos e atrasos, o que impacta diretamente o potencial de servidores capacitados. Barreiras Externas: Mesmo com a otimização dos fluxos internos pela nova Seção de Contratos, entraves burocráticos externos persistem como o principal gargalo para a execução plena das ações planejadas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Saneamento Prévio de Fornecedores: Implementar uma fase de pré-análise documental para fornecedores recorrentes, visando mitigar cancelamentos por irregularidades burocráticas. Fortalecimento do EAD Estratégico: Continuar a expansão de conteúdos nas plataformas Alura, Udemy e RocketSeat, garantindo que o servidor do interior tenha acesso constante, independentemente de contratações pontuais. Apoio Administrativo à SEDCOR: Manter a vigilância sobre o volume de requerimentos de adicional de qualificação para que o foco da equipe não seja desviado da execução das trilhas de aprendizagem.

Riscos associados ao objetivo Gargalos Operacionais Externos: A persistência de problemas documentais em instituições de ensino pode reduzir a oferta de cursos especializados e de alto impacto. Desengajamento com a Modalidade Online: O risco de baixa adesão às plataformas digitais, caso não haja uma curadoria ativa e campanhas de incentivo, pode estagnar o crescimento do indicador⁷. Mudanças de Prioridade: A transição para novos ciclos de gestão ou novos planos estratégicos pode alterar o foco dos servidores, reduzindo a disponibilidade para treinamentos.

OE 11 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira

Desempenho do Período: 90,24%



Responsável: SOF.

Análise de contextoO Objetivo Estratégico 11 trata do aprimoramento da Gestão Orçamentária e Financeira do TRE/RJ e apresentou resultado Ótimo no acumulado do ano, atingindo 90,24% da meta estipulada.

O referido objetivo é composto pelos indicadores estratégicos IE 46 - Taxa da Execução Planejada de Orçamento de Despesas Discricionárias, IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias e IE 49 - Taxa de pagamento de empenho, os quais, individualmente, também apresentaram resultado Ótimo no acumulado do ano (IE 46 – 87,85%; IE 47 – 96,11% e IE 49 – 86,76%)

O primeiro trimestre foi o único, referente ao exercício de 2025, em que o resultado foi satisfatório, não alcançando o conceito ótimo. Tal período foi afetado pelo ciclo orçamentário de 2025, pois a dotação orçamentária foi inicialmente disponibilizada em duodécimos, sendo integralizada apenas no mês de abril de 2025. A disponibilização do orçamento em duodécimos e somente para custeio, posterga as iniciativas de execução de investimentos, afetando os referidos índices. conforme explicado na respectiva análise.

Destaca-se, para fins de comparação, que no 4º trimestre do ano de 2024 e no terceiro trimestre deste ano, foram registrados, respectivamente, os índices de 92,62% e 96,85% da meta, alcançando, também, desempenho ótimo. O resultado do ano, quando comparado com os resultados anteriores, estão na mesma linha, um pouco abaixo de 2024 e um pouco acima de 2023. Da mesma forma, nos referidos anos, também houve um decréscimo do terceiro para o quarto trimestre.

IE 46. A execução planejada do orçamento de despesas discricionárias, no exercício de 2025, registrou uma taxa de 74,67%, alcançando 87,85% da meta inicialmente proposta, que é de 85%, alcançando resultado ótimo.

IE 47. A execução orçamentária das despesas discricionárias no exercício de 2025 registrou uma taxa de 94,19% ou seja, 96,11% da meta inicialmente proposta de 98%, alcançando resultado ótimo. Destaca-se que o valor descentralizado pelo TSE ao final do exercício, no montante de R\$ 4.948.185,00, superou a sobra orçamentária apurada, de R\$ 4.714.994,72. Sendo assim, a capacidade efetiva de execução da dotação orçamentária do TRE-RJ, que alcançou R\$ 76.642.696,87, mostrou-se superior ao montante inicialmente disponível, de R\$ 76.434.565,00, anterior à referida descentralização, evidenciando o compromisso desta Corte com a execução das despesas previamente planejadas.

IE 49. Foi apurado resultado igualmente ótimo para o presente indicador, que mede a Taxa de pagamento de empenho, no exercício de 2025, atingindo o percentual de 80,68%. A meta estipulada, 93%, foi alcançada em 86,76%

Ações realizadas no último período e resultados obtidosAbertura do processo 2025.0.000012930-5, a fim de aprimorar o acompanhamento orçamentário e financeiro do TRE-RJ, bem como visando a cumprir os ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO2024, que estabelece a execução obrigatória das despesas primárias discricionárias.

Reuniões periódicas com os Gestores, sob a coordenação da Diretoria-Geral, para acompanhamento da execução do orçamento planejado bem como o acompanhamento da execução financeira.

Monitoramento dos contratos, a fim de que as sobras orçamentárias sejam identificadas de forma ágil, com o objetivo de a

proveitar tais recursos para aquisição de bens ou serviços, em tempo hábil, na forma proposta pela IN DG nº 01/2023.

Manutenção das rotinas de acompanhamento e controle dos valores em execução do orçamento e respectivos pagamentos, possibilitando a otimização de alocação de recursos disponíveis durante o exercício financeiro.

IEs 46, 47 e 49. Todos os indicadores apresentaram um ótimo desempenho.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Espera-se uma constante melhora no processo orçamentário do Tribunal, tornando-o mais transparente e eficiente, em face das ações acima consignadas.

Espera-se, também e de forma geral, a estabilidade nos níveis periódicos de pagamentos, considerando as características próprias do ciclo orçamentário público.

IEs 46 e 47. Promover a continuidade no aprimoramento da execução orçamentária, mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados.

IE 49. Os principais desafios dizem respeito à capacidade de resposta/adaptação a possíveis mudanças de cenário econômico, bem como a verificação e correção de possíveis gargalos na execução das despesas de capital, dentre esses, a busca pela celeridade no procedimento de instrução de novas contratações.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Manter a realização de reuniões periódicas com os Gestores para acompanhamento da execução do orçamento planejado.

Reafirmar junto aos Gestores os conceitos e procedimentos necessários para execução do orçamento impositivo.

Conferir especial atenção na efetiva identificação, de forma cristalina, das iniciativas estratégicas a serem concretizadas.

Aprimorar os processos de planejamento orçamentário para as iniciativas estratégicas que venham a constar do portfólio de projetos do TRE-RJ, com a finalidade de se obter uma execução mais efetiva nesse aspecto.

Intensificar junto às unidades gestoras responsáveis o monitoramento dos contratos a fim de que as sobras orçamentárias sejam identificadas de forma tempestiva, com o objetivo de aproveitar tais recursos para aquisição de bens ou serviços, em tempo hábil, na forma proposta pela IN DG nº 01/2023.

Aprimorar a execução orçamentária e financeira, com especial ênfase no fortalecimento dos mecanismos de aderência ao planejamento, em especial ao Plano de Contratações Anual – PCA, inclusive por meio de verificação contínua da conformidade entre o planejamento aprovado e a execução realizada, considerando que a adequada maturação do planejamento é condição necessária para a formalização tempestiva das contratações e, conseqüentemente, para a realização dos pagamentos dentro do próprio exercício financeiro.

IEs 46 e 47. Constante acompanhamento da qualidade das informações disponibilizadas aos Gestores, no intuito de propiciar melhor análise e tomada de decisão.

IE 49. Acompanhamento dos níveis de execuções contratuais e implementação de melhorias no ciclo de pagamentos, em especial, atinentes a despesas de capital (investimentos). Estimular a busca de soluções e procedimentos que favoreçam a celeridade nos procedimentos de instrução de novas contratações, de forma a ampliar a possibilidade de entrega do objeto e de liquidação das respectivas despesas no corrente exercício.

Riscos associados ao objetivo As ações e despesas não planejadas e/ou orçadas em valores discrepantes, acarretam solicitações de créditos e/ou remanejamentos orçamentários desnecessários, com potencial prejuízo da aderência às despesas agregadas, afetando o desempenho do OE ora analisado.

IEs 46 e 47. Planejamento e execução da despesa devem estar estritamente relacionados e em conformidade, caso contrário, corre-se o risco de perda de recursos orçamentários, que podem afetar significativamente o desempenho do indicador estratégico.

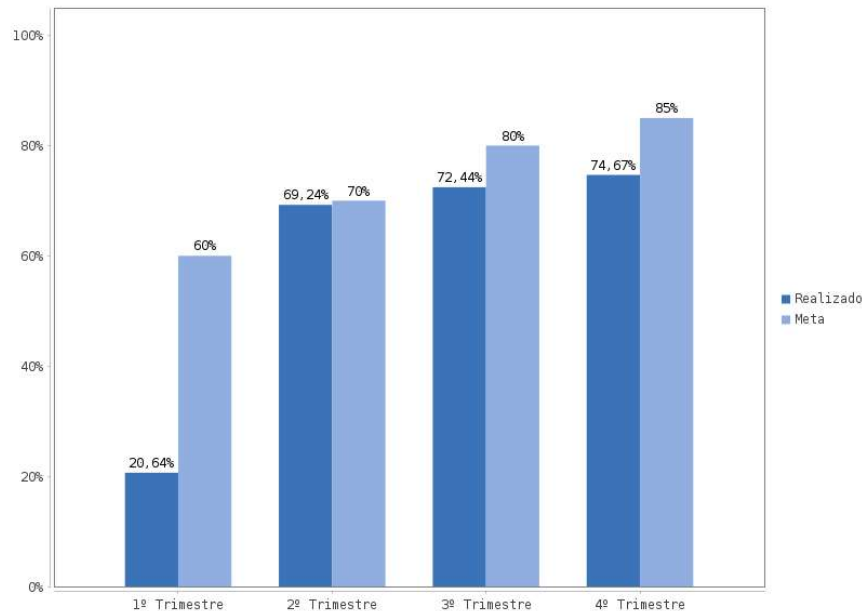
IE 49. Além das oscilações de ordem econômica e seus potenciais impactos na condução da gestão orçamentário-financeira pública, as despesas de capital podem impactar negativamente o nível de pagamentos, razão pela qual a Administração deve se manter atenta, envidando esforços para o pagamento das despesas dentro do exercício financeiro.

A demora da publicação da LOA pode afetar o ciclo orçamentário, sobretudo nos primeiros meses, como ocorreu no presente ano, sendo equalizado no decorrer do exercício.

IE 46 - Taxa da Execução Planejada de Orçamento de Despesas Discricionárias

Desempenho do Período: 87,85%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEORÇA.

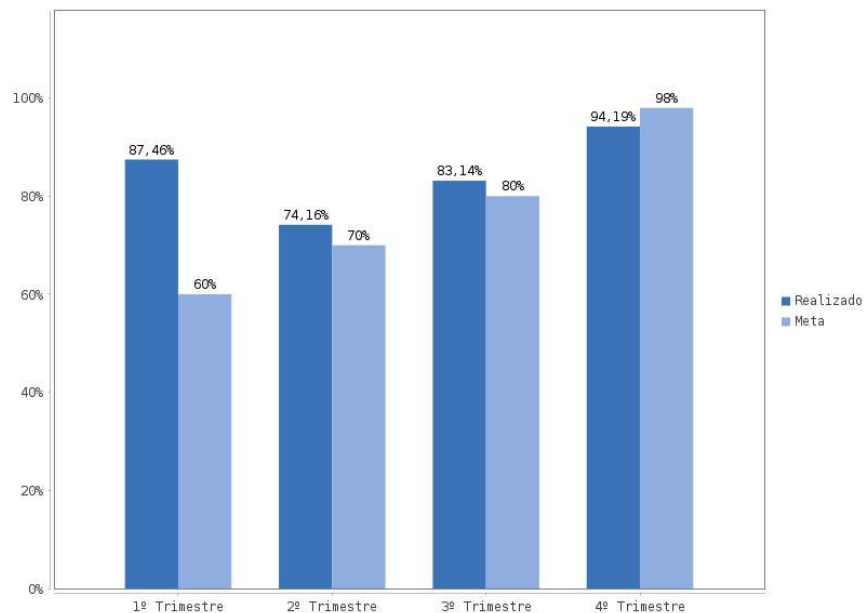
Análise de contexto Dotação orçamentária inicialmente disponibilizada em duodécimos, sendo integralizada no mês de abril de 2025. A execução planejada do orçamento de despesas discricionárias no quarto trimestre registrou uma taxa de 74,67%, ou seja, 87,85% da meta inicialmente proposta, obtendo um ótimo desempenho.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Na terceira fase de créditos adicionais foram solicitados ao TSE: i) remanejamento ente GNDs, de custeio para investimentos, requerendo suplementação de R\$ 4.647.500,00 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais) no PO 0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa e cancelamento de mesmo valor no PO 0001, AO 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na fonte de recursos 1027, para aquisição de veículos e equipamentos de wi-fi para a nova Sede. ii) Suplementação de R\$ 472.500,00 (quatrocentos e setenta e dois mil e quinhentos reais) no PO 0002 – Capacitação de Recursos Humanos e R\$ 761,00 (setecentos e sessenta e um reais) no PO 0001, ambos GND 3 (outras despesas correntes), na AO 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa; e cancelamento de R\$ 473.261,00 (quatrocentos e setenta e três mil, duzentos e sessenta e um reais) na AO 219Z – Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União, para serviços de treinamento e capacitação, bem como para aquisição de materiais de manutenção de bens imóveis. Na quarta fase de créditos adicionais foram solicitados: i) Remanejamento entre POs, requerendo suplementação de R\$ 282.385,00 (duzentos e oitenta e dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais) no PO 0008 – Reforma de Cartório Eleitoral em Rio Bonito no GND 3 e cancelamento de mesmo valor no PO 000A – Reforma de Cartório Eleitoral em Volta Redonda, no GND 3, pertencente à AO 219Z, para reforma de telhado de cartório e instalação de painéis solares. ii) remanejamento entre GNDs de custeio para investimentos, requerendo suplementação de R\$ 1.736.142,00 (um milhão, setecentos e trinta e seis mil, cento e quarenta e dois reais) no PO 0001, e cancelamento de R\$ 1.566.142,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e seis mil, cento e quarenta e dois reais) no PO 0001, na fonte 1027; e de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no PO 0002 – Capacitação de Recursos Humanos, e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no PO EJE0 – Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral, na fonte 1000, pertencentes à AO 20GP, para aquisição de veículos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Promover a continuidade no aprimoramento da execução do orçamento planejado, mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Constante acompanhamento da qualidade das informações disponibilizadas aos Gestores, no intuito de propiciar melhor análise e tomada de decisão.

Riscos associados ao objetivo Há de se ressaltar que ações e despesas não planejadas e/ou orçadas em valores discrepantes, acarretarão em solicitações de créditos e/ou remanejamentos orçamentários que terão potencial prejuízo da aderência às despesas agregadas, traduzindo em desempenho insatisfatório do indicador.

IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias**Desempenho do Período: 96,11%****Resultados Acumulados em 2025****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEORÇA.**

Análise de contexto Dotação orçamentária inicialmente disponibilizada em duodécimos, sendo integralizada no mês de abril de 2025. A execução orçamentária das despesas discricionárias no quarto trimestre registrou uma taxa de 94,19%, ou seja, 96,11% da meta inicialmente proposta, obtendo um ótimo desempenho.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Na terceira fase de créditos adicionais foram solicitados ao TSE: i) remanejamento ente GNDs, de custeio para investimentos, requerendo suplementação de R\$ 4.647.500,00 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais) no PO 0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa e cancelamento de mesmo valor no PO 0001, AO 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na fonte de recursos 1027, para aquisição de veículos e equipamentos de wi-fi para a nova Sede. ii) Suplementação de R\$ 472.500,00 (quatrocentos e setenta e dois mil e quinhentos reais) no PO 0002 – Capacitação de Recursos Humanos e R\$ 761,00 (setecentos e sessenta e um reais) no PO 0001, ambos GND 3 (outras despesas correntes), na AO 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa; e cancelamento de R\$ 473.261,00 (quatrocentos e setenta e três mil, duzentos e sessenta e um reais) na AO 219Z – Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União, para serviços de treinamento e capacitação, bem como para aquisição de materiais de manutenção de bens imóveis. Na quarta fase de créditos adicionais foram solicitados: i) Remanejamento entre POs, requerendo suplementação de R\$ 282.385,00 (duzentos e oitenta e dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais) no PO 0008 – Reforma de Cartório Eleitoral em Rio Bonito no GND 3 e cancelamento de mesmo valor no PO 000A – Reforma de Cartório Eleitoral em Volta Redonda, no GND 3, pertencente à AO 219Z, para reforma de telhado de cartório e instalação de painéis solares. ii) remanejamento entre GNDs de custeio para investimentos, requerendo suplementação de R\$ 1.736.142,00 (um milhão, setecentos e trinta e seis mil, cento e quarenta e dois reais) no PO 0001, e cancelamento de R\$ 1.566.142,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e seis mil, cento e quarenta e dois reais) no PO 0001, na fonte 1027; e de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no PO 0002 – Capacitação de Recursos Humanos, e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no PO EJE0 – Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral, na fonte 1000, pertencentes à AO 20GP, para aquisição de veículos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Promover a continuidade no aprimoramento da execução orçamentária mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados.

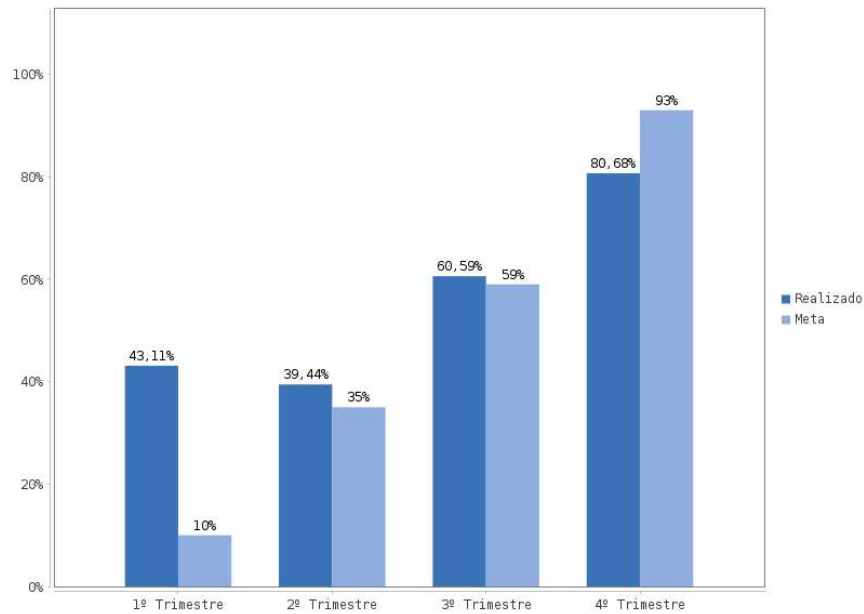
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Constante acompanhamento da qualidade das informações disponibilizadas aos Gestores, no intuito de propiciar melhor análise e tomada de decisão.

Riscos associados ao objetivo Planejamento e execução da despesa devem estar estritamente relacionados e em conformidade, caso contrário, corre-se o risco de perda de recursos orçamentários, que podem afetar significativamente o desempenho do indicador estratégico.

IE 49 - Taxa de pagamento de empenho

Desempenho do Período: 86,76%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPROG.

Análise de contexto Os pagamentos realizados (despesas correntes mais despesas de capital) referem-se ao acumulado no exercício de 2025 comparados ao correspondente nível acumulado de despesas empenhadas no mesmo período.

O percentual atingido foi de 80,68%, representando um alcance da meta em 86,76%, que foi fixada em 93%.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Manutenção das rotinas de acompanhamento e controle dos valores em execução do orçamento e respectivos pagamentos, possibilitando a otimização de alocação de recursos disponíveis durante o exercício financeiro.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Espera-se, de forma geral, a estabilidade nos níveis periódicos de pagamentos, considerando as características próprias do ciclo orçamentário público.

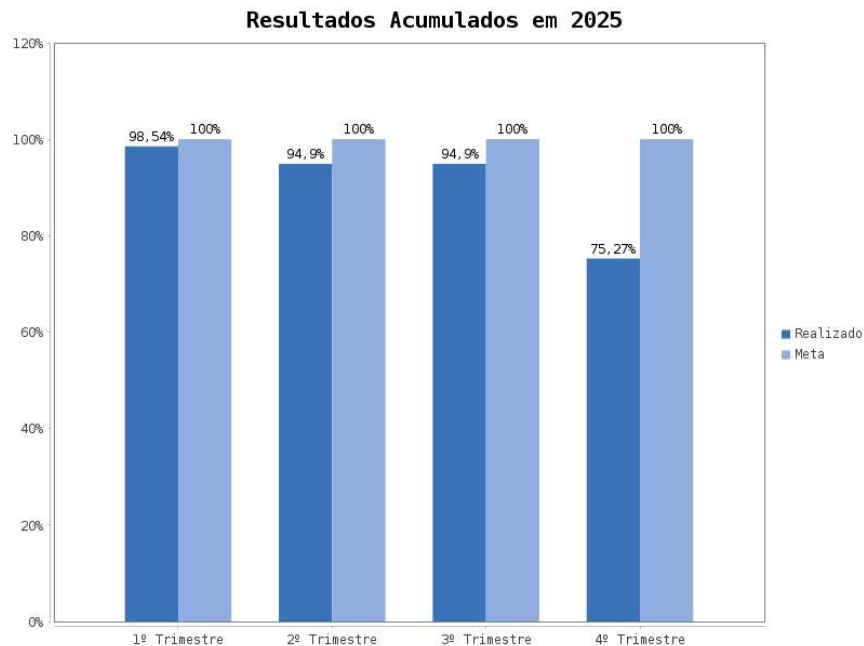
Os principais desafios dizem respeito à capacidade de resposta/adaptação a possíveis mudanças de cenário econômico, bem como a verificação de possíveis gargalos na execução das despesas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Dar continuidade ao acompanhamento dos níveis financeiros de execuções contratuais para otimizar o ciclo de pagamentos.

Riscos associados ao objetivo Oscilações de ordem econômica e seus potenciais impactos na gestão orçamentário-financeira pública e o nível de execução das despesas de capital.

OE 12 - Promover a transformação digital

Desempenho do Período: 75,27%



Responsável: STI.

Análise de contextoNo Planejamento Estratégico Institucional, válido para o período de 2021 a 2026, temos que o OE12 - Promover a Transformação Digital - refere-se “à intensificação da transformação digital nos serviços e produtos oferecidos e à implantação de inovações e soluções tecnológicas nos processos e nas ferramentas de trabalho”. Abrange também “a melhoria da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração e disponibilidade das informações, assim como a plena disponibilização dos serviços eleitorais de forma digital aos clientes externos e o adequado funcionamento dos sistemas essenciais do TRE-RJ”. Dito isto, as primeiras análises deste Objetivo foram iniciadas em 2022 quando obteve no final daquele ano o índice de 97,66% do alcance da meta. Em 2023, alcançou 91,48%. Em 2024, obteve 91,48% no 1º trimestre; 90,28%, no 2º trimestre; 90,28% no 3º trimestre e encerrou o ano de 2024 com o índice de 98,54% do alcance da meta. Em 2025, obteve 98,54% no 1º trimestre; 94,90%, no 2º trimestre; 94,90% no 3º trimestre e encerrou o ano de 2025 com o índice de 75,27% do alcance da meta, do primeiro ao terceiro trimestre o desempenho foi “ótimo” e no quarto trimestre do ano o desempenho foi “satisfatório”.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosAo longo de 2025, foram implementadas diversas ações pela STI, como por exemplo:

- (1) Disponibilização e instalação de câmeras do tipo 360º em salas de reunião do tribunal para facilitar a realização de reuniões híbridas;
- (2) Disponibilização de ferramentas de Inteligência Artificial para todos os servidores do TRE-RJ. O tribunal disponibilizou duas ferramentas de IA para uso amplo dos servidores: Gemini e NotebookLM. Além disso, no mês de setembro foi formalizado um novo contrato com ampliação dos recursos das ferramentas para a versão PRO;
- (3) Disponibilização de consulta de Situação dos Serviços de TI para facilitar a comunicação da área de TI com todos os usuários acerca de indisponibilidades de sistemas e serviços de TI;
- (4) Disponibilização de novos portais na Intranet e de painéis de BI;
- (5) Contratação e disponibilização de Ferramenta de Escritório Microsoft Office para usuários que necessitavam de recursos mais avançados deste tipo de ferramenta;
- (6) Mudança dos servidores com instalação dos equipamentos de TI para o novo Edifício Desembargador Antônio Jayme Boente;
- (7) Aumento da velocidade dos links dos cartórios eleitorais, com o novo contrato de conectividade licitado e formalizado em 2025;
- (8) Implantação de novo servidor de banco de dados, o que fez melhorar de forma significativa a performance de diversos sistemas, consultas, intranet e especialmente no sistema SEI, que estava frequentemente com problemas de lentidão;
- (9) Implantação de processo de Gerenciamento de Mudanças de TI que traz uma abordagem formal e sistematizada para controlar as alterações nos serviços e infraestrutura de tecnologia, visando minimizar riscos e interrupções;

(10) Desenvolvimento da Ferramenta Alerta Zonas composta de um Painel de BI e rotinas para envio automático de alertas por e-mail quando da identificação no Pje de 1º grau de atipicidades de classes judiciais;

(11) Entrega do Painel de BI do Clima Organizacional - criação de painel de business intelligence para apresentação e manejo do resultado da pesquisa do clima organizacional de modo a auxiliar a SGP na consolidação e análise dos resultados da pesquisa.

No iGovTIC-JUD — Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário, aplicado pelo CNJ, alcançamos no ano de 2025 a nota 89,79 — considerado como nível “Aprimorado” de TI.

O queda de resultado do objetivo no último trimestre de 2025, de 75,27%, foi devido ao desempenho do indicador IE 55 - Taxa de atendimento ao Plano de Transformação Digital, devido a última entrega prevista para o referido plano que se refere a contratação de antenas para conexão de dados via satélite, que não pode ser concretizada pela priorização de outras contratações mais relevantes no momento para o tribunal, e sendo assim, foi reprogramada para o ano de 2026. Como era a única entrega do plano no período, prejudicou bastante o resultado do indicador IE55 e por consequência, de todo objetivo estratégico. Ademais, os outros indicadores apresentaram desempenho classificado como “ótimo”, o que indica um bom resultado para o objetivo estratégico no ano de 2025.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)O desafio da STI é continuar trabalhando em prol da transformação digital do Tribunal, com a implantação e desenvolvimento de novas soluções e serviços de TI, assegurando o funcionamento dos serviços atualmente em produção, pois cada nova solução de TI que é disponibilizada demanda esforço de manutenção e de operação de infraestrutura. Esforços também serão direcionados no primeiro semestre para a retomada do índice de excelência no iGovTIC-JUD e no desenvolvimento de soluções mais relacionadas às eleições, de acordo com os projetos priorizados pelo CGovTIC.

A tendência é que o objetivo continue com desempenho “ótimo”.

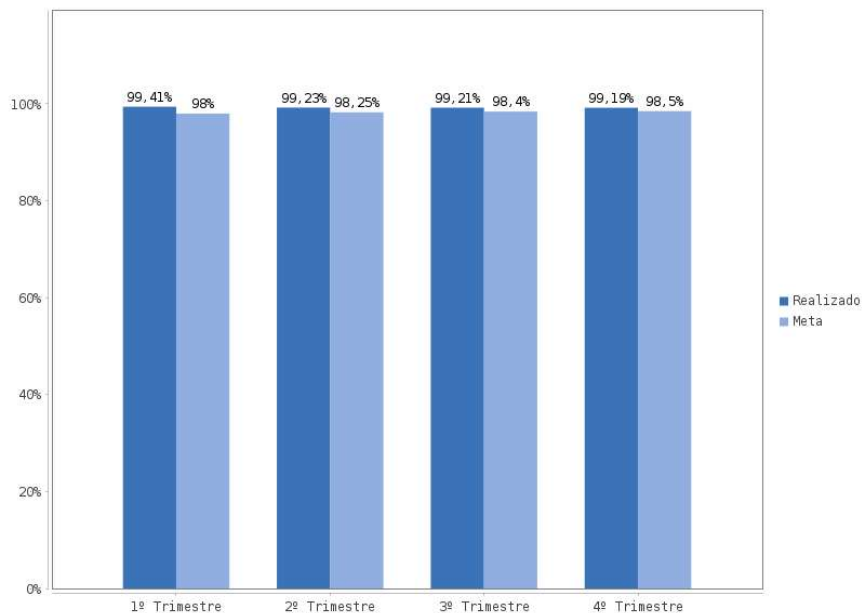
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasA STI está aprimorando a infraestrutura tecnológica do Tribunal com duas entregas principais: a nova rede de dados dos Cartórios Eleitorais, agora com links duplicados para maior estabilidade, e o SOLICITI. Este novo sistema de chamados, de desenvolvimento próprio, visa oferecer uma interface mais aderente às necessidades locais, agilizando o suporte técnico aos magistrados, servidores e colaboradores. Além disso, devem ser elaborados em 2026 o novo Plano Diretor de TI (PDTIC) e também um novo Plano de Transformação Digital (PTD).

Riscos associados ao objetivoAlgumas demandas do exercício de 2026 podem exigir esforços das equipes da STI e diminuir a capacidade de foco em atividades em prol do objetivo estratégico OE 12.

IE 50 - Taxa de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC

Desempenho do Período: 100,70%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COINF.

Análise de contexto O Objetivo Estratégico no geral manteve o desempenho ótimo no 4º trimestre. Nos serviços de rede foi monitorada a disponibilidade dos circuitos das unidades judiciárias da capital, interior, sede e núcleos administrativos. Já não contamos com os links de internet backup para os cartórios da capital, foram considerados apenas os circuitos de dados MPLS da OI. Nos serviços essenciais foi monitorada a disponibilidade do Google Workspace, SEI, Intranet e o acesso à Internet. Nos sistemas críticos foram monitorados: Portal do Servidor, Agendamento Biometria, Ouvidoria, Solicitação de chamados pela Central de Serviços de TI, CONSEG, Balcão Virtual e Sigma-Web.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos A contratação da biblioteca de fitas foi finalizada, iniciado o cronograma de instalação. A contratação de 5 equipamentos servidores foi finalizada, iniciado o cronograma de instalação. As atividades de desenvolvimento de solução própria para substituir a solução 4Biz, utilizada para abertura de chamados de TIC continua em andamento pela CSCOR. A implantação do software de Gestão de Ativos está em andamento. A implantação do Backbone Secundário está em andamento.

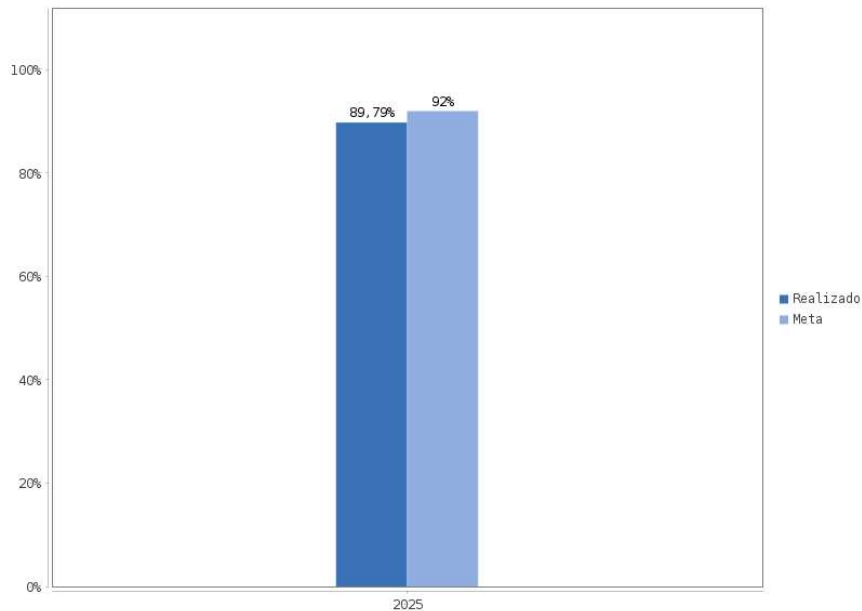
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Com base nos últimos trimestres, a previsão de desempenho do indicador para os próximos seis meses é de uma leve queda. Essa tendência se deve: Implantação da nova solução de backbone, que integra o serviço de comunicação entre a SEDE e as unidades administrativas e judiciárias. O contrato do segundo link de internet para as unidades judiciárias e administrativas da capital foi encerrado o que afeta diretamente a disponibilidade dos links de internet dessas unidades em caso de indisponibilidade do link principal. Suporte a crescente da demanda de eventos externos com necessidade de acesso a nossa rede como é o caso da Justiça Itinerante e #PartiuVotar, assim como o fechamento do cadastro. É importante ressaltar que essas demandas exigem uma parcela considerável dos recursos de processamento da nossa infraestrutura de TIC e de pessoal. Isso poderá comprometer, a curto e médio prazo, o suporte, a disponibilidade e a performance dos serviços. Dar continuidade ao planejamento da contratação da Manutenção do Data Center, que segue em andamento através do processo SEI nº 2024.0.000007855-0. Dar continuidade ao planejamento da nova contratação do suporte de infraestrutura de TIC, que segue em andamento através do processo SEI nº 2025.0.000012742-6. Dar continuidade ao planejamento da nova contratação de VOIP, que segue em andamento através do processo SEI nº 2025.0.000013985-8. Finalizar a implantação da nova solução de Gestão de Ativos em todas as unidades da Justiça Eleitoral para um melhor controle de nosso inventário.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas O pedido para viabilizar a recomposição do quadro de servidores da SEREDE através de conversão de cargos (SEI nº 2022.0.000045227-1) não foi deferido. A SEREDE continua com um quadro deficitário de servidores, levando-se em consideração a gama de atividades e contratos sob sua responsabilidade e a SEPROD nos últimos anos teve sua força de trabalho impactada com a saída de dois servidores para compor a NDEC. Como nos últimos concursos públicos, o perfil das vagas foi orientado para pessoal de desenvolvimento, o único caminho viável que se apresenta é o da terceirização. O contrato vigente de Suporte de Infraestrutura que foi prorrogado até julho de 2026 precisará ser redimensionado.

Essa necessidade surge em virtude do aumento de demandas, incluindo, entre outras, aquelas relacionadas ao serviço de Justiça Itinerante e eventos da EJE como o #PartiuVotar. O planejamento para uma nova contratação foi iniciado. O contrato vigente de VOIP que acabará em setembro de 2026 precisará ser redimensionado. Essa necessidade surge em virtude da estimativa da quantidade de ramais por unidade realizada no contrato atual, que não considerou a quantidade de extensões existentes. Como resultado, temos recebido muitas solicitações de aumento no número de ramais por unidade. O planejamento para uma nova contratação está previsto para começar no terceiro trimestre deste ano. Para finalizarmos a implantação de uma nova infraestrutura de redes na Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro precisamos adquirir e instalar novos switches para os cartórios eleitorais.

Riscos associados ao objetivo Enquanto não implantarmos a nova solução adquirida do Backbone secundário, as unidades judiciárias e administrativas permanecerão sem link backup e com rede wi-fi limitadas. Enquanto não realizarmos um redimensionamento na contratação de Suporte de Infraestrutura através de uma nova contratação de forma a atender as necessidades do Tribunal, a prestação do serviço de suporte técnico funcionará no limite dos seus recursos. Essa limitação poderá impactar a realização de eventos, manutenções e instalações de infraestrutura do Tribunal. Enquanto não realizarmos um redimensionamento na contratação de solução VOIP através de uma nova contratação de forma a atender as necessidades do Tribunal, a disponibilização de ramais novos por unidade continuará limitada.

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: STI.

Análise de contexto

Este indicador foi criado para o Planejamento Estratégico do TRE-RJ, do período 2021-2026. Ele corresponde à nota obtida no questionário do iGovTIC-JUD - Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário aplicado pelo CNJ anualmente, com objetivos de medir o nível de maturidade em TIC dos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do CNJ. Com a publicação da Resolução CNJ nº 370/2021, foi elaborado por aquele órgão um novo questionário iGovTIC-JUD, com novos critérios de pontuação e de classificação, e aplicado pela primeira vez em setembro daquele ano (2021), tendo o TRE-RJ obtido a nota de 52,24, nível de maturidade "Satisfatório". Em 2022 o TRE-RJ obteve a nota de 78,65, nível "Aprimorado", o que já foi um grande avanço. Em 2023, obteve a nota de 91,19, nível de maturidade "Excelência", pela primeira vez, desde que o iGovTIC-JUD começou a ser medido. Em 2024, alcançamos a nota 95,32, nível "Excelência", nota que nos classificou em 1º lugar entre os TREs de grande porte; em 3º lugar, entre todos os TREs; e em 3º lugar entre todos os tribunais de grande porte. Por fim, em 2025, obtivemos a nota 89,79. Essa variação decorreu, sobretudo, de algumas mudanças nos critérios de avaliação, e impactou outros Tribunais da mesma forma. Não obstante, há a expectativa de retorno ao nível de excelência obtido no ano anterior.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Ao longo de 2025, ano eleitoral, a STI realizou diversas atividades com o objetivo de alavancar a nota do iGovTIC-JUD, tais como a realização das reuniões quinzenais do Comitê de Gestão de TI, bem como as reuniões mensais do Comitê de Governança de TIC.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Em 2024 alcançamos o índice 95,32

Em 2025 alcançamos o índice 89,79

Excelência (mais do que a meta antes prevista para o ano de 2024 que era de 90). A expectativa é de retomada do patamar de excelência, focando não só nos itens a serem cumpridos, e que demandam mais recursos e esforços do TRE, como por exemplo termos um quadro permanente de servidores de TIC compatível com a demanda, de acordo com o referencial mínimo estabelecido pelo CNJ, mas também naqueles que obtiveram pontuação abaixo da recebida nos anos anteriores.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

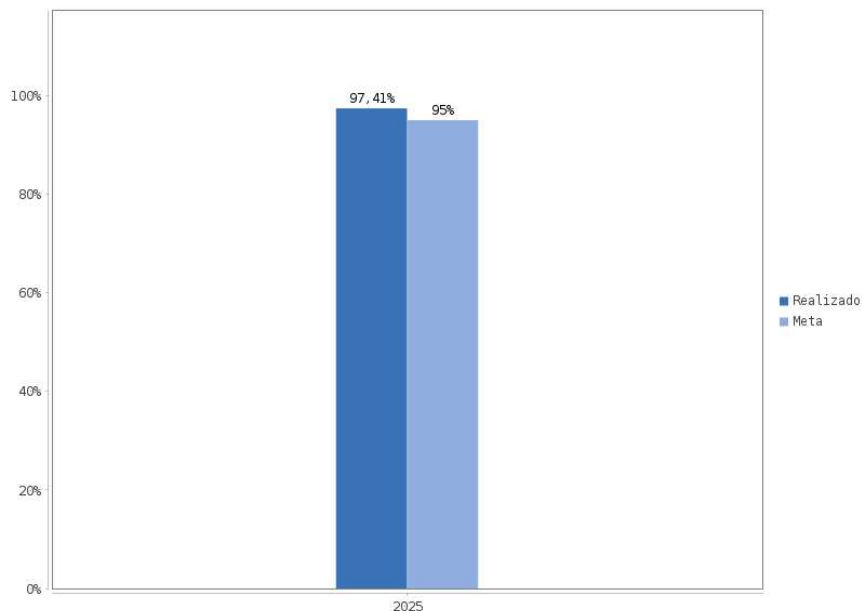
Em 2026 nosso objetivo é retomar o patamar de excelência, promovendo as necessárias revisões em nossos processos já estabelecidos, identificando os itens que porventura tenham tido pontuação aquém das obtidas nos anos anteriores, bem como a monitoração do Plano de Gestão de Riscos. Procederemos também à elaboração dos novos planos PDTIC (Plano Diretor de TIC) e PTD (Plano de Transformação Digital), o que demandará esforços dos gestores da STI.

Outras ações que poderão promover melhoras no índice do IgovTIC-jud, estão no cumprimento de mais alguns itens na área de Segurança da Informação e na área de serviços de Nuvem.

Riscos associados ao objetivo

Algumas demandas do exercício de 2026 podem exigir esforços das equipes da STI e desviar o foco das atividades que poderiam melhorar a satisfação do usuário de forma geral, tais como: atividades relacionadas aos preparativos para as eleições gerais de 2026.

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: STI.

Análise de contexto

A pesquisa de satisfação relativa ao ano de 2025 foi realizada entre os dias 15/12/2025 e 15/01/2026, para avaliação dos serviços prestados pela STI. Cento e dezesseis (116) servidores/as (inclusive terceirizados/as), responderam ao questionário, número um pouco menor que em 2024 que obteve 154 respostas. O questionário aplicado foi igual aos anteriores, composto por uma pergunta de avaliação geral e mais 17 perguntas específicas, para avaliação dos diversos serviços prestados. Estas perguntas poderiam ser respondidas com notas de 1 à 10 e somente a primeira (de avaliação geral) era obrigatória. Foi disponibilizado espaço para comentários, com objetivo de coletar informações dos servidores(as), tais como sugestões, críticas e/ou elogios, o que auxiliou na elaboração da análise deste indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Durante o exercício de 2025 foram realizadas diversas iniciativas que podem impactar na satisfação dos usuários de TI, destacando-se:

- (1) Disponibilização e instalação de câmeras do tipo 360º em salas de reunião do tribunal para facilitar a realização de reuniões híbridas;
- (2) Disponibilização de ferramentas de Inteligência Artificial para todos os servidores do TRE-RJ. O tribunal disponibilizou duas ferramentas de IA para uso amplo dos servidores: Gemini e NotebookLM. Além disso, no mês de setembro foi formalizado um novo contrato com ampliação dos recursos das ferramentas para a versão PRO;
- (3) Disponibilização de consulta de Situação dos Serviços de TI para facilitar a comunicação da área de TI com todos os usuários acerca de indisponibilidades de sistemas e serviços de TI;
- (4) Disponibilização de novos portais na Intranet e de painéis de BI;
- (5) Contratação e disponibilização de Ferramenta de Escritório Microsoft Office para usuários que necessitavam de recursos mais avançados deste tipo de ferramenta;
- (6) Mudança dos servidores com instalação dos equipamentos de TI para o novo Edifício Desembargador Antônio Jayme Boente;
- (7) Aumento da velocidade dos links dos cartórios eleitorais, com o novo contrato de conectividade licitado e formalizado em 2025;
- (8) Implantação de novo servidor de banco de dados, o que fez melhorar de forma significativa a performance de diversos sistemas, consultas, intranet e especialmente no sistema SEI, que estava frequentemente com problemas de lentidão.

A taxa de satisfação dos usuários de TIC ficou em 97,41% superior a de 2024 que foi de 92,86%. A nota média geral ficou em 9,17, contra 8,53 do ano anterior. É importante ressaltar que houve uma baixa do número de respondentes que foi de 116 neste ano, contra 154 no ano passado. Alguns itens da pesquisa obtiveram notas médias similares às de 2024, mas alguns deles indicaram melhora dos indicadores de satisfação, como por exemplo:

Impressoras — 9,30 (9,13 em 2024); Serviço de Manutenção e Troca de Equipamentos — 9,29 (9,21 em 2024); Estação de Trabalho — 9,06 (9,03 em 2024).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A tendência prevista é de melhora do indicador, tendo em vista a previsão de realização de algumas atividades, tais como:

O desafio é priorizar as demandas que impactam na satisfação dos usuários com as atividades inerentes ao período eleitoral que demandam bastante das equipes de TI.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Diversos projetos estão planejados para impactar positivamente a percepção dos usuários sobre os serviços de TI, dentre eles:

(1) Disponibilização de nova ferramenta de gerenciamento de serviços de TI, SOLICITI, em substituição a ferramenta atual 4Biz, que tem problemas de performance, disponibilidade e usabilidade;

(2) Instalação de rede wi-fi para uso dos servidores no edifício Desembargador Antônio Jayme Boente;

(3) Melhoria da conectividade dos cartórios eleitorais com a disponibilização de dois links de dados para cada cartório eleitoral, com o objetivo de diminuir significativamente o tempo de indisponibilidade de conexão de dados dos cartórios.

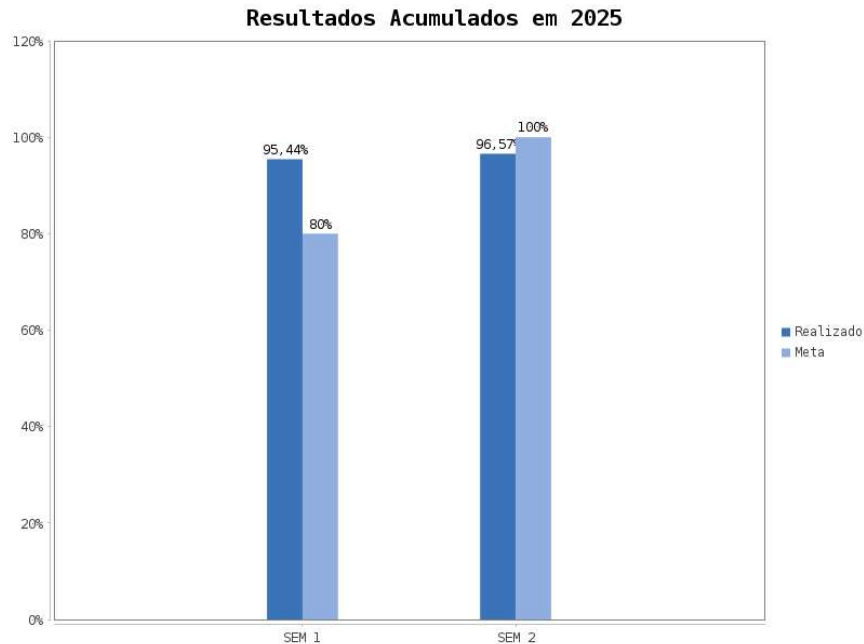
Riscos associados ao objetivo

As demandas do exercício de 2026

que podem exigir esforços das equipes da STI e desviar o foco das atividades que poderiam melhorar a satisfação do usuário de forma geral, relacionam-se, sobretudo, a atividades das eleições gerais.

IE 53 - Taxa de adequação dos equipamentos aos padrões

Desempenho do Período: 96,57%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COLOG.

Análise de contexto Analisando o desempenho do indicador, verifica-se que houve pequeno aumento no desempenho de 95,44% para 96,57%, mantendo a sua classificação de “Ótimo”.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Houve nova melhora na variável MASE em função da continuidade da atualização dos micros administrativos das unidades da Sede.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A tendência do indicador é de estabilidade para os próximos 6 meses.

O principal desafio a ser enfrentado será a finalização da troca dos micros de atendimento das zonas eleitorais, para viabilizar a compatibilidade com os novos equipamentos de biometria.

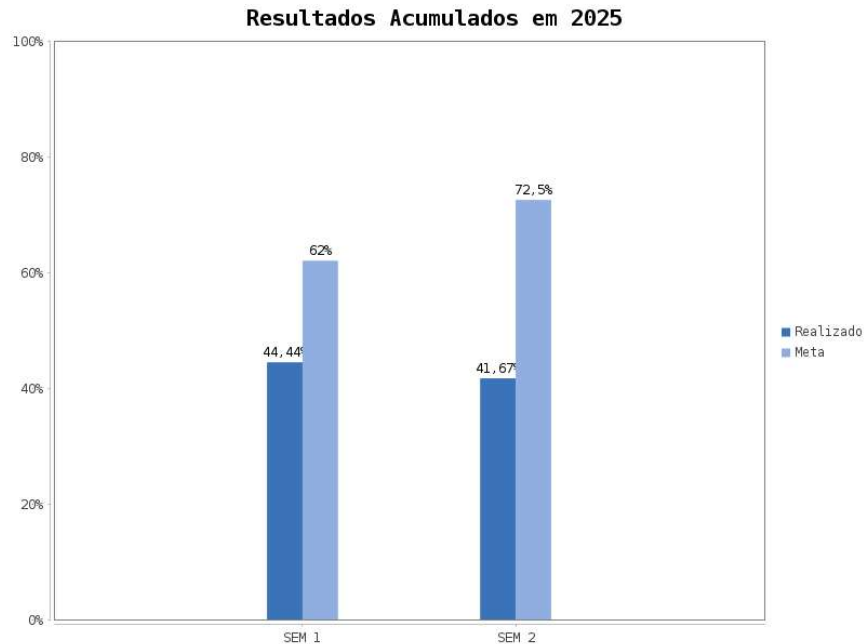
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Serão adquiridos novos computadores que serão utilizados para dar continuidade à atualização do parque de microcomputadores das unidades da Sede e das zonas eleitorais de forma cíclica e constante, mantendo sempre a adequação dos equipamentos às necessidades de cada unidade.

Riscos associados ao objetivo— Não renovação ou descontinuidade dos contratos de outsourcing por problemas do fornecedor;

- Não renovação ou descontinuidade do contrato de postos de trabalho de técnicos em eletrônica.

IE 54 - Taxa de entrega de soluções de TI

Desempenho do Período: 57,47%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSCOR.

Análise de contexto Conforme previsto no semestre anterior, a capacidade de entrega das equipes diminuiu tendo em vista a perda de pessoas.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Continuamos buscando a melhoria contínua dos processos de trabalho de desenvolvimento e implantação de soluções, de modo a manter equipes com alto desempenho. Estamos gradualmente inserindo o uso de IA com o objetivo de ganharmos performance na criação de códigos de programas.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A quantidade de soluções entregues aumentou no ano e isso gera demanda adicional de trabalho para as equipes que precisam garantir a manutenção das soluções entregues. A perda de um analista experiente que saiu da CSCOR e da área de desenvolvimento para o Núcleo de Segurança Cibernética impacta na capacidade produtiva de entregas de resultado, porque a equipe é pequena, então uma pessoa que sai gera um impacto significativo.

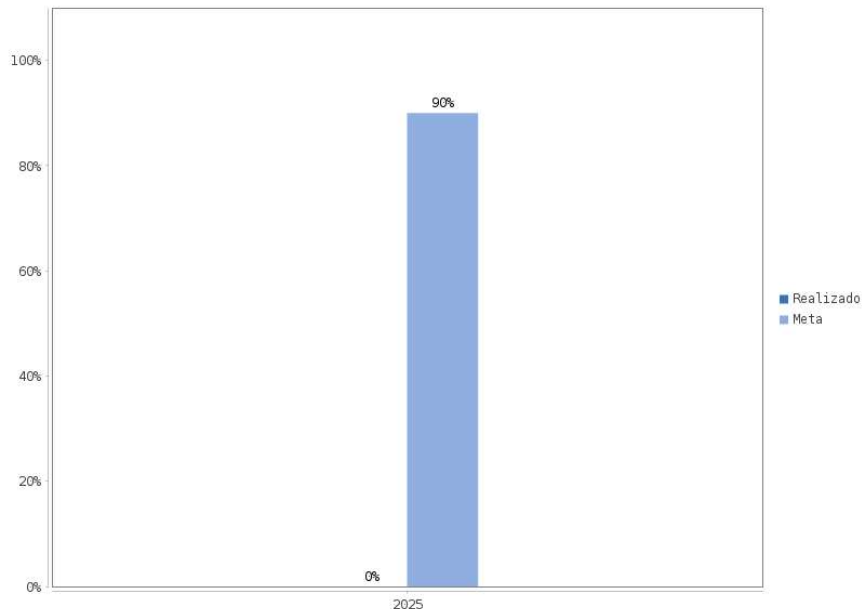
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas É preciso recompor a força de trabalho pois a quantidade atual já está menor do que o necessário, segundo o CNJ. Acrescente-se a isso o fato de que as pessoas que ingressaram em 1996 estarão se aposentando em breve e é preciso ter substitutos adequados.

Riscos associados ao objetivo Perda de pessoas, aumento da quantidade de sistemas e soluções para dar manutenção e sustentação vai gerar diminuição na capacidade de entrega de soluções.

IE 55 - Taxa de atendimento ao Plano de Transformação Digital

Desempenho do Período: 0,00%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: STI.

Análise de contexto

Este indicador foi criado com o objetivo de atender a nova ENTIC-JUD, que em seu Art. 15, parágrafo 1º, prevê a elaboração do Plano de Transformação Digital que deverá conter diversas ações, entre elas a transformação digital de serviços. O PTD 2024-2025 do TRE-RJ foi instituído através do Ato PR, de 24 de junho de 2024, com vigência até 2025.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosO PTD 2024-2025 engloba, a princípio, 4 (quatro) ações de transformação digital. Para o ano de 2024, estavam previstas 3 (três) ações, todas concluídas ao longo do ano. Foram elas: desenvolvimento de solução para disponibilização de Cronogramas, Editais e Atas de Geração de Mídias e Preparação de Urnas na intranet e internet - CODAME; Painel BI para concessão de auxílio-alimentação para os mesários que atuam nos dias dos pleitos; e desenvolvimento de aplicativo de celular para apoio no suporte e contingência de urnas eletrônicas no dia da eleição — SOS URNA.

A ação prevista para o ano de referência é "Antenas de conexão via satélite para Justiça Itinerante"

Atualmente encontra-se com status de 12% de execução.

A previsão de conclusão é 23/03/2026.

Informações sobre a contratação constam do processo SEI 2025.0.000023414-1

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)O principal desafio para este ano será a conclusão da última ação prevista no PTD, que é a aquisição das antenas de conexão via satélite, para realização dos eventos itinerantes em todo o Estado.

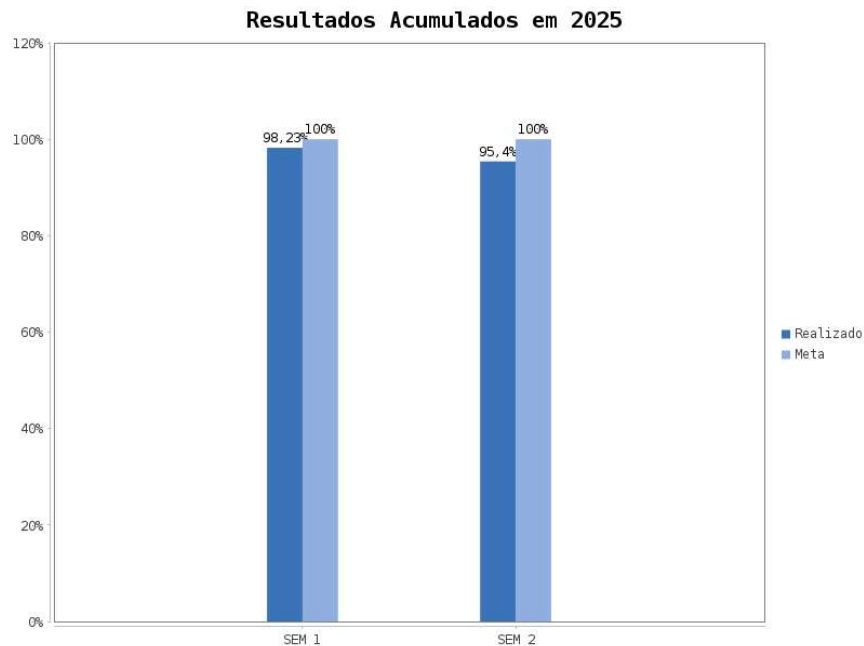
Neste início de ano será elaborado o novo PTD para o biênio 2026-2027.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Em 2026 vamos buscar o alinhamento das ações que eventualmente forem incluídas no PTD com a priorização dos projetos de TIC realizada pelo CGovTIC.

Riscos associados ao objetivo

Este indicador está fortemente relacionado a priorização de projetos de TI feita pelo CGovTIC, mas especificamente de projetos de desenvolvimento de sistemas e business intelligence. O PTD deve estar alinhado com os projetos priorizados pelo Comitê, para que as equipes de desenvolvimento estejam alocadas para estes projetos, caso contrário, é improvável executar o plano em sua maior parte e assim obter um bom índice de atendimento do indicador.

OE 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura**Desempenho do Período: 95,40%****Responsável: SSG.**

Análise de contextoO objetivo estratégico 13 (OE 13) — aperfeiçoar a infraestrutura — refere-se ao fornecimento e aperfeiçoamento da infraestrutura física e de recursos materiais adequados (instalações, mobiliário, logística e equipamentos), pautando-se por critérios de acessibilidade, sustentabilidade, segurança e saúde ocupacional, a fim de assegurar o bom andamento das atividades institucionais do TRE-RJ.

A avaliação do indicador tem como base os resultados das medições do IE 56A - Taxa de unidades com infraestrutura adequada e IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança.

O IE 56A tem ligação direta com as determinações da Resolução nº 1.198/2021 que regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro e que no seu artigo 4º prioriza a utilização de imóveis que comportem polos permanentes, além dos cartórios eleitorais.

Já o IE 57 objetiva avaliar a situação da segurança das instalações da instituição de forma a ter um retrato que possa ser utilizado para adequar suas unidades no quesito de segurança, conforme glossário de indicadores do TRE-RJ.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosO OE-13 obteve desempenho ótimo nos dois semestres, tendo alcançado 98,23% da meta no 1º semestre e 95,40% no 2º semestre.

- IE-56A

No 1º semestre de 2025 foram incorporadas ao indicador as seguintes unidades que mudaram de endereço com infraestrutura adequada: 152ª, 153ª, 154ª e 155ª Zonas Eleitorais em Belford Roxo, adaptação do imóvel da 141ª Zona Eleitoral em Itaguaçu e adaptação do imóvel da 59ª Zona Eleitoral em São Pedro da Aldeia, todas com base em vistorias técnicas conduzidas neste semestre pela ASSENG. Como resultado, o percentual realizado foi de 39,13%, ultrapassando a meta estabelecida de 38,92% prevista para o período.

Já no 2º semestre de 2025, foram incorporadas ao indicador as unidades: 27ª, 84ª, 157ª e 159ª Zonas Eleitorais em Nova Iguaçu; 38ª e 195ª Zonas Eleitorais em Teresópolis; 104ª e 151ª Zonas Eleitorais em Itaboraí; 139ª Zona Eleitoral em Japeri; adaptação do imóvel das 21ª e 162ª Zonas Eleitorais em Olaria; adaptação do imóvel da 64ª Zona Eleitoral em Sumidouro; adaptação das 91ª e 94ª Zonas Eleitorais e polo em Barra Mansa, adaptação da 23ª Zona Eleitoral em Marechal Hermes; adaptação da 225ª Zona Eleitoral em Seropédica; adaptação da 92ª Zona Eleitoral e polo em Araruama e adaptação das 9ª, 119ª e 179ª Zonas Eleitorais da Barra da Tijuca, todas com base em vistorias técnicas conduzidas neste semestre pela ASSENG.

O resultado do indicador no período foi excelente com desempenho no 2º semestre de 2025 de 50,54%, acima da meta de 40,22% prevista para o período.

O percentual total de alcance da meta no ano de 2025 foi de 125,67%, cujo desempenho foi considerado ótimo.

- IE 57

Com relação ao indicador 57, apesar do indicador ter tido um ótimo desempenho no 1º semestre, tendo realizado 77,17% da meta estabelecida de 80%, a POLJUD entendeu que não houve alteração substancial das condições de segurança em quaisquer

das unidades às quais elas se referem, ao menos no que diz respeito ao primeiro semestre do corrente ano. Alcançou 96,47% da meta semestral.

De acordo com a análise do 1º semestre, a POLJUD informa que, como medida inerente à segurança institucional, foi iniciado um diagnóstico das condições de segurança das distintas unidades do Tribunal, sendo possível, desde já, identificar as reais necessidades das unidades que já foram alvo do levantamento.

No 2º semestre, o indicador manteve o desempenho satisfatório, tendo realizado os mesmos 77,17% do 1º semestre, dos 85% da meta estabelecida. O desempenho final do semestre alcançou 90,79 % da meta.

Como avaliação do último semestre, a POLJUD manteve a mesma avaliação feita no 1º semestre, entendendo que não houve alteração substancial das condições de segurança em quaisquer das unidades às quais elas se referem. Entretanto, considerou que foram realizadas algumas melhorias nos imóveis que servem como sede e subdeses do Tribunal.

Os referidos imóveis (excetuando-se o imóvel situado na Av. Presidente Wilson) passaram a dispor de serviço de brigada de incêndio, sendo este um importante reforço em um dos pilares da Segurança Institucional. Além disso, foi iniciado um novo processo licitatório visando ampliar o número de vigilantes, em face ao aumento da demanda. Ainda neste contexto, foram realizados processos de aquisição de diversos materiais a fim de proporcionar melhores condições de segurança, tais como rádios comunicadores portáteis e extintores de incêndio. Por fim, foi realizado, ainda, um diagnóstico para conhecer as necessidades das demais unidades, o que resultou na deflagração de um processo de contratação de serviço de videomonitoramento para atender aquelas unidades.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A Resolução nº 1.198/2021, que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro estabelece uma rotina que se inicia pela determinação/solicitação para instalação da unidade. Nesta oportunidade, define-se o local para instalação levando-se em conta aspectos como os meios de acesso urbano ao cartório, compatibilidade com o uso e com o zoneamento urbano e a segurança do entorno. Na sequência, com escolha do imóvel e superado os critérios legais e de documentação, são observados critérios técnicos como a infraestrutura e a viabilidade de atendimento ao IE 56A.

Neste contexto, as instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados se mostram o critério mais relevante, pois a sua inadequação demandaria obras de grande porte no imóvel. Desta forma, a regra é que a área total do imóvel, as instalações elétricas e hidráulicas, a cobertura e a estrutura estejam em bom estado e sejam compatíveis com a instalação da unidade eleitoral. Em segundo plano temos o critério que cuida da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos imóveis. A experiência mostra que os imóveis totalmente acessíveis normalmente estão concentrados em shoppings ou Fóruns novos. Nos demais imóveis raramente a acessibilidade estará integralmente contemplada, sendo necessárias adequações de pequeno e médio porte, de modo que a ocupação ou primeira locação é o momento oportuno para executar essas adequações de acessibilidade ou negociá-las com o proprietário.

A tendência nos próximos 6 meses é de melhoria com a transferência da 110ª Zona Eleitoral em Magé e da 62ª Zona Eleitoral em Saquarema, adaptações nas 180ª, 182ª e 185ª Zonas Eleitorais na Taquara e na 176ª e 188ª Zonas Eleitorais em Irajá.

Há ainda a previsão de alteração da nova estratégia do Tribunal, com perspectiva de incluir a governança imobiliária como objetivo para definição de políticas internas quanto ao aprimoramento da gestão imobiliária e o direcionamento da referida gestão, incluindo o alinhamento à nova Resolução do CNJ 652/2025, que trata de obras, reformas e estabelecimento de gestão imobiliária no Poder Judiciário. No que se refere à questão de segurança, há intensificação do processo de melhoria das condições de segurança institucional na sede e subdeses do Tribunal, assim como nos cartórios, por meio da aquisição de itens de controle de acesso e contratação de serviços necessários.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Em observância à Resolução CNJ nº 652/2025, há previsão de revisão da Resolução TRE-RJ nº 1.198/2021, bem como de inclusão da governança imobiliária no escopo da nova estratégia institucional do Tribunal. A medida visa subsidiar a deliberação da Alta Administração quanto à padronização e à concentração da estrutura imobiliária, com base em políticas, critérios técnicos e nos objetivos institucionais a serem definidos pelo TRE-RJ.

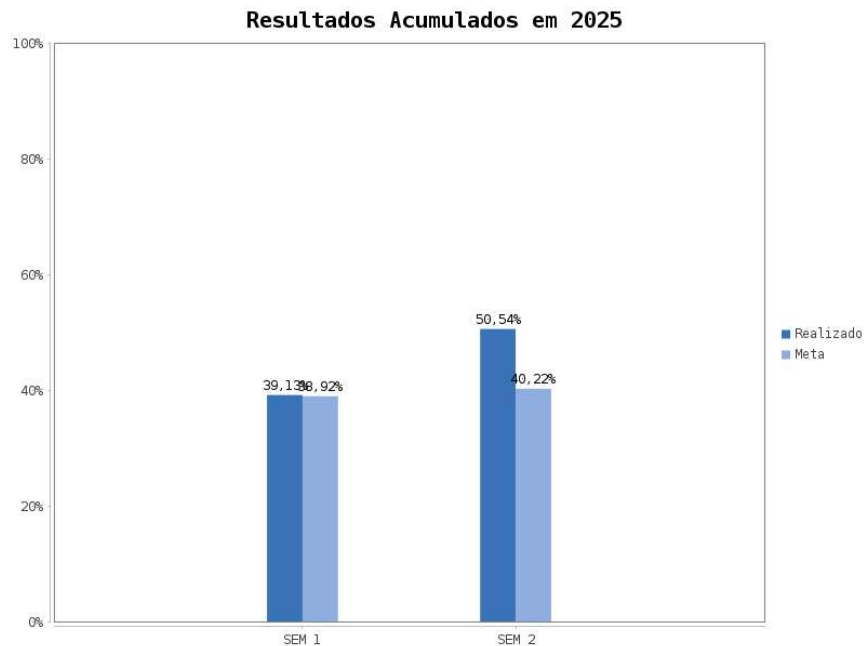
Destaca-se, ainda, a previsão de observância da Resolução CNJ nº 652/2025, que orienta a adoção preferencial de imóveis próprios, bem como da Resolução TRE-RJ nº 1.198/2021, a qual prioriza a utilização de imóveis aptos a comportar polos permanentes.

Acrescente-se a isso, a importância de prosseguimento do processo de aquisição de equipamentos de segurança e contratação de serviços, visando dotar o Tribunal de meios adequados para atingir seus objetivos.

Riscos associados ao objetivo Um dos principais riscos associados ao alcance do objetivo reside na precária infraestrutura de parte dos imóveis cedidos, muitos dos quais não comportam adaptações. Ademais, a capilaridade da ocupação imobiliária e a ausência de padronização da infraestrutura do TRE-RJ tornam as adequações mais complexas e, em determinados casos, inviáveis.

Nesse contexto, o aprimoramento do IE 56A passa, necessariamente, pela transferência de algumas unidades para outros imóveis, observados os critérios de aceitação previstos no respectivo indicador.

Com relação à segurança, há possibilidade de haver dificuldade nas aquisições e contratações simultâneas propostas, tendo em vista o pleito eleitoral que se avizinha.

IE 56A - Taxa de unidades com infraestrutura adequada**Desempenho do Período: 125,67%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COENG.**

Análise de contextoO Indicador Estratégico 56 (IE 56) mede a taxa de unidades com infraestrutura adequada. São consideradas unidades com infraestrutura adequada aquelas que possuam concomitantemente suas instalações acessíveis e compatíveis com o trabalho e os serviços prestados. O IE 56A – “Taxa de unidades com instalações adequada” compõe o Objetivo Estratégico 13 (OE13) - Aperfeiçoar a infraestrutura, logo, o não atendimento deste indicador irá impactar diretamente aquele objetivo do TRE-RJ.

O IE 56A tem ligação direta com as determinações da Resolução no 1198/2021 que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro e que no seu artigo

Ações realizadas no último período e resultados obtidosSegundo os dados levantados, o indicador avaliado foi satisfatório com desempenho acumulado no 2o semestre de 2025 de 50,54% , acima da meta de 40,22% prevista para o período.

Neste 2o semestre de 2025 foram incorporadas ao indicador as unidades que mudaram de endereço com infraestrutura adequada: 27a, 84a, 157a e 159a Zonas Eleitorais em Nova Iguaçu, 38a e 195a Zonas Eleitorais em Teresópolis, 104a e 151a Zonas Eleitorais em Itaboraí, 139a Zona Eleitoral em Japeri, adaptação do imóvel das 21a e 162a Zonas Eleitorais em Olaria, adaptação do imóvel da 64a Zona Eleitoral em Sumidouro, adaptação das 91a e 94a Zonas Eleitorais e polo em Barra Mansa, adaptação da 23a Zona Eleitoral em Marechal Hermes, adaptação da 225a Zona Eleitoral em Seropédica, adaptação da 92a Zona Eleitoral e polo em Araruama e adaptação das 9a, 119a e 179a Zonas Eleitorais da Barra da Tijuca, todas com base em vistorias técnicas conduzidas neste semestre pela ASSENG.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)A Resolução no 1198/2021, que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro estabelece uma rotina que se inicia pela determinação/solicitação para instalação da unidade. Nesta oportunidade, define-se o local para instalação

levando-se em conta aspectos como os meios de acesso urbano ao cartório, compatibilidade com o uso e com o zoneamento urbano e a segurança do entorno. Na sequência, com escolha do imóvel e superado os critérios legais e de documentação, são observados critérios técnicos como a infraestrutura e a viabilidade de atendimento ao IE 56A.

Neste contexto, as instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados se mostram o critério mais relevante, pois a sua inadequação demandaria obras de grande porte no imóvel. Desta forma, a regra é que a área total do imóvel, as instalações elétricas e hidráulicas, a cobertura e a estrutura estejam em bom estado e sejam compatíveis com a instalação da unidade eleitoral. Em segundo plano temos o critério que cuida da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos imóveis. A experiência mostra que os imóveis totalmente acessíveis normalmente estão concentrados em shoppings ou Fóruns novos. Nos demais imóveis raramente a acessibilidade estará integralmente contemplada, sendo necessárias adequações de pequeno e médio porte, de modo que a ocupação ou primeira locação é o momento oportuno para executar essas adequações de acessibilidade ou negociá-las com o proprietário.

A tendência nos próximos 6 meses é de melhora com a transferência da 110a Zona Eleitoral em Magé e da 62a Zona Eleitoral em Saquarema, adaptações nas 180a, 182a e 185a Zonas Eleitorais na Taquara e na 176a e 188a Zonas Eleitorais em Irajá.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Em observância à Resolução CNJ no 114, bem como a Resolução TRE-RJ no 1198/2021, recomenda-se a padronização e concentração da estrutura imobiliária, com base em critérios técnicos e nos objetivos institucionais do TRE-RJ, bem como em observância ao artigo 4o da referida Resolução que recomenda priorizar a utilização de imóveis que comportem polos permanentes.

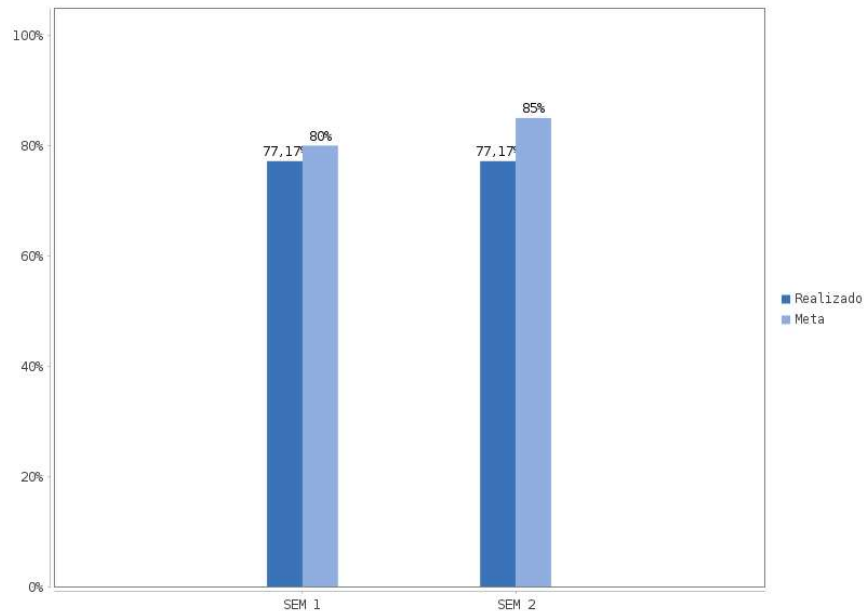
Riscos associados ao objetivo Um dos grandes riscos associados ao objetivo é a quantidade de imóveis cedidos com precária infraestrutura existente, que não comportam adaptações. Além disso, a capilaridade e a falta de padronização da infraestrutura do TRE-RJ tornam as adequações complexas e, em alguns casos, inviáveis.

Assim, o aprimoramento do IE 56 passa necessariamente pela transferência de algumas unidades para outros imóveis, observando-se os critérios de aceitação previstos no indicador.

IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança

Desempenho do Período: 90,79%

Resultados Acumulados em 2025



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: POLJUD.

Análise de contexto Após análise das variáveis PACAS, ZECAS, PPCAS e do indicador IE 57 do Sistema Gerir, foi verificado que não houve alteração substancial das condições de segurança no conjunto de unidades às quais elas se referem, notadamente no que diz respeito aos cartórios eleitorais. Entretanto, inicialmente, foram realizadas algumas melhorias visando os imóveis que servem como sede e subsedes do Tribunal.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Os imóveis que servem como sede e subsedes do Tribunal (excetuando-se o imóvel localizado na Av. Presidente Wilson) passaram a dispor do serviço de brigada de incêndio, sendo este um importante reforço em um dos pilares da Segurança Institucional. Além disso, foi iniciado um novo processo licitatório visando ampliar o número de vigilantes, em face ao aumento da demanda. Ainda neste contexto, foram realizados processos de aquisição de diversos materiais a fim de proporcionar melhores condições de segurança, tais como rádios comunicadores portáteis e extintores de incêndio. Por fim, foi realizado ainda um diagnóstico para conhecer as necessidades das demais unidades, o que resultou na deflagração de um processo de contratação de serviço de videomonitoramento para atender aquelas unidades.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Intensificação do processo de melhoria das condições de segurança institucional na sede e subsedes do Tribunal assim como nos cartórios, por meio da aquisição de itens de controle de acesso e contratação de serviços necessários.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Prosseguir com o processo de aquisição de equipamentos de segurança e contratação de serviços, visando dotar o Tribunal de meios adequados para atingir seus objetivos.

Riscos associados ao objetivo Eventual dificuldade em realizar aquisições e contratações simultâneas tendo em vista o pleito eleitoral que se avizinha.